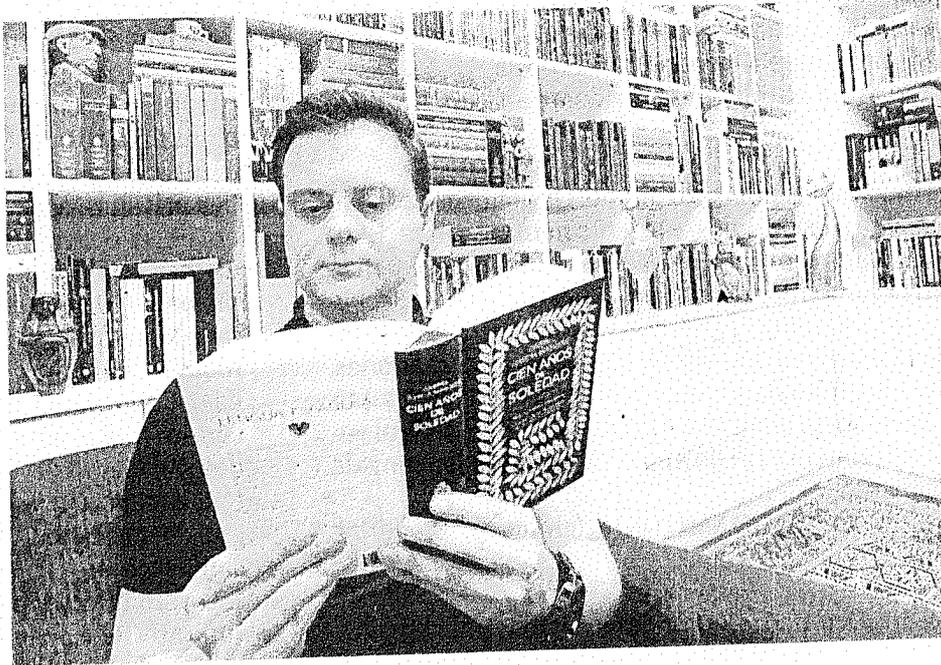


22 OUT 2016

23 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

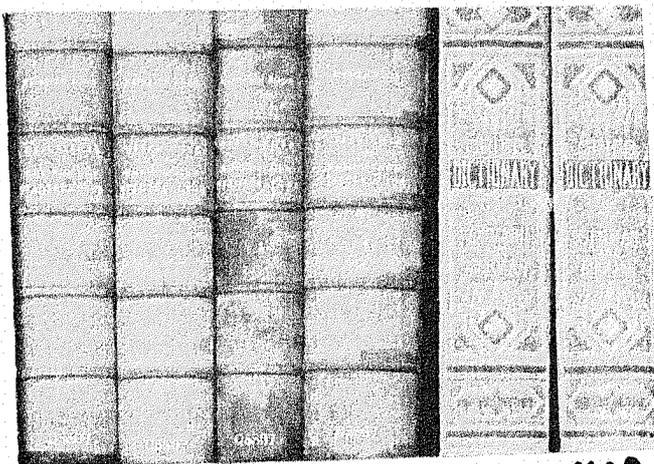
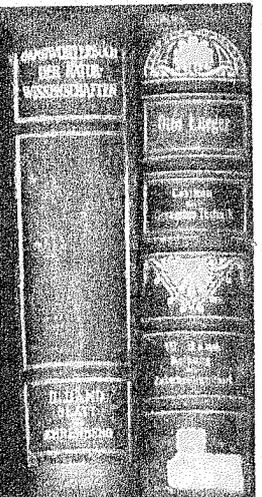


MUNDO DAS PALAVRAS

Semana Nacional do Livro e da Biblioteca chama a atenção para a importância da leitura, hábito compartilhado por famílias e amigos. O juiz Juliano Nanuncio começou a montar sua biblioteca particular ainda menino

Biblioteca, doce biblioteca

Donos de grandes acervos particulares de livros têm em casa locais privilegiados para guardar suas coleções



CONTINUA

22 OUT 2016

23 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A rotina de trabalho de Juliano Nanuncio, 36 anos, não é das mais fáceis. Ele é o titular da 3ª Vara Criminal de Londrina e juiz exclusivo da operação que investiga casos de corrupção na Receita Estadual do Paraná, a Publicano. Tem muito a fazer e decisões importantes a tomar. Passa boa parte do dia lendo peças jurídicas.

Quando chega em casa, Nanuncio continua a ler. Mas, sempre que possível, deixa as obras inerentes à profissão de lado e mergulha no mundo da literatura, aproveitando o acervo da biblioteca particular que foi formando, livro a livro, desde menino.

Ainda na infância, entre uma brincadeira e outra pelas ruas de Jandaia do Sul (18 quilômetros a Oeste de Apucarana), era leitor de Pedro Bandeira, Ziraldo, Ana Maria Machado, Ruth Rocha e de Monteiro Lobato, que ele considera "o maior de todos". Por sinal, lamenta que uma das obras de Lobato, "Caçadas de Pedrinho", de 1933, tenha ido parar no banco dos réus do Supremo Tribunal Federal (STF) sob acusação de racismo. O seguimento ao processo foi negado pelo ministro Luiz Fux, em dezembro de 2014.

"A educação existe para ensinar as pessoas a lerem e interpretar, entendendo o contexto no qual a obra está inserida. Toda criança precisa aprender a ser independente. E, pela leitura, isso se torna mais fácil", defende Nanuncio.

Na adolescência, o gosto pela literatura permaneceu e aumentou depois de conhecer o clássico "Dom Casmurro", de Machado de Assis. Daí em diante, leu tudo do escritor. "Ele nunca foi além de 120 quilômetros da capital onde nasceu. Era pobre, gago, epilético e mulato, em um País que só abolira a escravidão quando Machado já tinha 50 anos de idade. E a tudo superou. Está entre os grandes da literatura universal", destaca, apostando que a vida do escritor foi transformada pelos livros.

Vela a faculdade e com ela os obrigatórios volumes de li-

vros técnicos. Mesmo assim, Nanuncio não abandonou a literatura e continuou a aumentar a biblioteca. Questionado se o hábito de ler lhe ajuda no exercício profissional, o juiz não tem dúvidas.

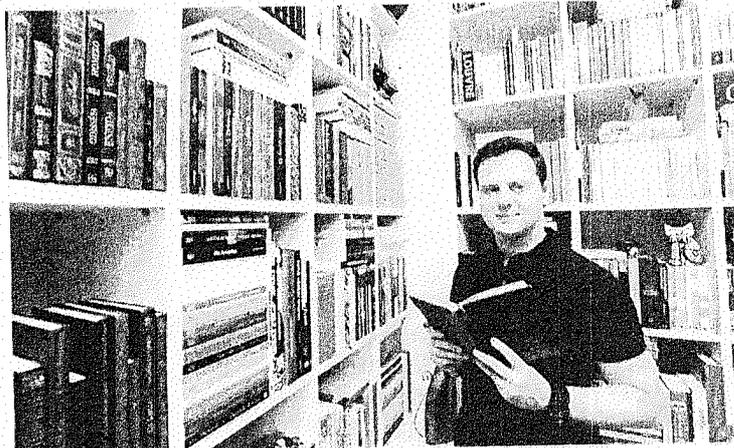
"A partir da leitura, eu compreendi que havia outros mundos fora do meu. Tomei contato com a tradução de um horizonte ilimitado da vida, do pluralismo e da liberdade. A literatura, para mim, sempre foi muito didática, ensinou-me a viver, a sentir-me à vontade em qualquer lugar, a saber e a entender melhor as misérias e as angústias

do homem. Tudo isso é importantíssimo na função de julgar, pois constitui um agente facilitador da incumbência de encontrar a solução mais justa para a resolução dos conflitos que são diariamente apresentados", detalha.

Em relação aos livros da biblioteca, que fica na sala do apartamento onde ele mora e já está com as prateleiras lotadas, relata em apontar prediletos. Porém, aos poucos vai soltando títulos que considera essenciais, como "Os irmãos Karamázov", de Fiódor Dostoiévski, publicado pela primeira vez em 1880; "Hamlet", de William Shakespeare, obra de 1605; e "Grande Sertão Veredas", publicação de 1956 do brasileiro João Guimarães Rosa.

Finalizando a entrevista, o repórter questiona sobre as novas tecnologias para leitura, como os tablets e outros aparelhos eletrônicos específicos. Mas ele não trai a paixão. "Só deixo de ler no papel quando sou obrigado."

WILHAN SANTIN
ESPECIAL PARA A FOLHA



O juiz Juliano Nanuncio começou a sua biblioteca ainda criança: admiração por Monteiro Lobato

22 OUT 2016

23 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Publicidade a processos

O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato em Curitiba, defendeu que dar publicidade a processos que envolvem crimes na administração pública é um “mandamento constitucional” e que a sociedade tem o direito de “escrutinar” governos e os trabalhos da Justiça que envolvam crimes com dinheiro público. “Uma vez superada a fase de investigação criminal, segredo em processo judicial envolvendo crime de corrupção contra a administração pública é uma afronta brutal à Constituição”, afirmou Moro, em palestra no Tribunal de Justiça do Paraná na última quinta-feira (20).

22 OUT 2016

23 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Greca pede perícia em chácara

Suspeito de furto de peças de um museu municipal, o ex-prefeito de Curitiba Rafael Greca (PMN), que concorre ao cargo novamente no segundo turno no próximo dia 30, pediu à Justiça uma perícia em sua chácara na região metropolitana. É lá que, conforme suspeita a prefeitura, pode estar parte do acervo desaparecido do museu Casa Klemtz, em 1995, época em que Greca era prefeito. O pedido de perícia foi feito no mesmo dia em que uma ação popular, movida por advogados que pedem a devolução dos bens à prefeitura, foi divulgada à imprensa.

Investigação suspeita

A defesa de Greca argumenta que a investigação feita pela Prefeitura de Curitiba, aberta um dia depois da reportagem da Folha de S. Paulo, em meio à disputa eleitoral e anos após o sumiço das peças, mostra um "flagrante abuso de poder político". O atual prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), concorria à reeleição. Ele acabou fora do segundo turno, disputado por Greca e pelo deputado estadual Ney Leprevost (PSD). Os advogados pedem a produção de um laudo "imparcial, através de perito isento".

Ao arquivo

A promotora de Defesa do Patrimônio Público Sandra Regina Koch arquivou inquérito que investigava possível ato de improbidade administrativa na gestão do ex-prefeito Barbosa Neto (2009-2012) ao utilizar as cores vermelho, branco e azul em pinturas de obras públicas da cidade. As cores são as mesmas do PDT, partido a que pertencia Barbosa, informou a assessoria de Barbosa. A Promotoria investigou obras construídas ou reformadas naquela gestão e não encontrou "qualquer identificação como nome, símbolo ou imagens que liguem as ações administrativas a pessoa do então prefeito de Londrina", concluindo que "não houve irregularidades".

MAZZA

Ação popular

Uma ação popular do advogado Paulo Rocha Loures contra a Fundação Cultural de Curitiba tenta mexer nos tais objetos artísticos da Casa Klemtz que estariam na chácara de Greca. Nunca se viu tanta retaliação em processo eleitoral como se vê em programas do TRE. É mais desagregação pessoal do que análise das coisas da cidade.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

22 OUT 2016

'Japonês da PF' sem tornozeleira

O agente da Polícia Federal Newton Ishii, celebrizado na Operação Lava Jato como o "Japonês da Federal" (até virou máscara de Carnaval), está livre da tornozeleira eletrônica. Ele foi beneficiado por uma redução da pena a que foi condenado por facilitação de contrabando na fronteira de Foz do Iguaçu. Ele ficou famoso na Lava Jato porque fez a escolta de empreiteiros, doleiros, políticos e ex-dirigentes da Petrobras capturados na grande operação. Ganhou até máscara de Carnaval. O 'Japonês da Federal' pegou quatro anos e dois meses de condenação no processo sobre contrabando. A Justiça autorizou que ele ficasse livre, mas com uso da tornozeleira. Como continuou trabalhando, a pena do "Japonês da Federal" sofreu um abatimento - a legislação sobre execução penal prevê que a cada três dias de labor o réu é beneficiado com um dia a menos da pena.

23 OUT 2016

CLAUDIO HUMBERTO

Cunha pode ser condenado a 160 anos de prisão

Juntando todos os processos em que é acusado, Eduardo Cunha está sujeito à sentença recorde de 160 anos de cadeia. Se depender do desejo da força-tarefa da Lava Jato, será a maior condenação da História, no Brasil, de um político suspeito de crimes de corrupção. Cunha não tem alternativa senão tentar um acordo de delação premiada, para reduzir o tempo de cárcere. Ou vai mofar na cadeia.

Primeiro processo

Cunha havia sido denunciado pelo Ministério Público em agosto por ter recebido US\$ 5 milhões por contratos de navios-sonda da Petrobras.

Que Maravilha

Um dos inquéritos contra Cunha acusa o ex-deputado de ter recebido R\$ 52 milhões em propina por obras do Porto Maravilha, no Rio.

De processo, sabe

Na Câmara, o processo de cassação de Eduardo Cunha durou onze meses. Foi o mais longo da História.

Pioneirismo

Cunha foi o primeiro parlamentar a virar réu na Lava Jato, em março deste ano. Responde por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

24 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Moro e Dallagnol participam de audiência na AL sobre dez medidas contra a corrupção

Moro e coordenador da Lava Jato participam de evento em Curitiba

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O juiz federal Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da operação Lava Jato, serão algumas das atrações de uma audiência pública promovida nesta segunda-feira (24) na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, em Curitiba. O evento acontece a partir das 9 horas e é organizado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar o projeto de lei 4850/2016, que estabelece dez medidas de combate à corrupção no Brasil. A proposição é do deputado federal Diego Garcia (PHS-PR), um dos autores da matéria.

A manifestação do procurador Dallagnol está prevista para ocorrer às 10 horas, enquanto a palestra do juiz acontece às 11 horas. A polêmica fica por conta da participação da jornalista Joice Hasselmann, condenada em fevereiro de 2015 pelo Conselho de Ética dos Jornalistas do Paraná, por ter plagiado



A palestra de Sérgio Moro acontece às 11 horas em audiência pública na AL

65 reportagens de autoria de 42 diferentes profissionais. O encontro prossegue no período da tarde, com exposições de Fábio Oliveira e Patrícia Ferhmann, respectivamente presidente e diretora executiva do Instituto Mude. A delegada Érica Mialik Marena, da Polícia Federal (PF), e a juíza federal Bianca Arenhart, da 8ª Vara Federal de Curitiba, encerram a mesa de debates.

Presidida pelo deputado federal Joaquim Passarinho (PSD-PA), a Comissão Especial foi criada em junho deste ano e já realizou 27 encontros, entre reuniões e audiências. O relator do projeto de iniciativa popular, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), terá o prazo de 40 sessões, prorrogáveis, para apresentar parecer sobre o texto. Se aprovado, ele seguirá ao Senado. A iniciativa deriva de uma campanha do Ministério Público Federal (MPF).

FOLHA DE LONDRINA

Crimes de tortura ficam sem punição

A Pastoral Carcerária acaba de apresentar um relatório apontando que as denúncias de tortura no sistema prisional brasileiro não resultam em qualquer forma de responsabilização. Segundo o estudo "Tortura em Tempos de Encarceramento em Massa", entre 2014 e 2015 a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou mais de 4 mil casos de tortura em presídios brasileiros. Nesse período foram acompanhados 105 casos em 16 estados e no Distrito Federal. Mas as investigações parecem não ter apontando resultados. Segundo a Pastoral Carcerária, em nenhum dos casos apresentados houve responsabilização de um agente público ou do Estado, tanto na esfera civil, criminal ou administrativa. Não foi instaurada qualquer ação penal para apuração de crime de tortura ou de outro tipo penal relacionado, nem foi proposta qualquer ação indenizatória em favor das vítimas. Entre as práticas de tortura denunciadas estão sessões de espancamento, violências sexuais, tratamentos humilhantes e castigos - com morte em alguns dos casos. Há o relato de uma presa que teve o parto realizado enquanto estava presa por algemas. Sessenta e seis por cento dos casos envolvem agressão física. Em entrevista à imprensa, o assessor jurídico da Pastoral Carcerária, Paulo Cesar Malvezzi Filho, criticou o fato que as inovações legais e institucionais dos últimos anos não estão contribuindo para acabar com a prática de tortura e maus-tratos nas penitenciárias. As denúncias foram levadas para ministérios públicos, tribunais de Justiça e defensorias públicas. Em menos de um terço dos casos as vítimas ou testemunhas foram ouvidas pelas autoridades. Por outro lado, o relatório mostra que o testemunho de agentes penitenciários e policiais foi bastante presente e que seus relatos foram decisivos para o arquivamento do caso em questão. Infelizmente, um dos principais fatores que levam vítimas e familiares a não denunciarem é o medo de retaliações. Mas isso só vai mudar quando os agressores foram realmente responsabilizados. É preciso considerar que a superlotação dos presídios é um grande gerador desse problema, assim como a falta de capacitação dos agentes penitenciários e de outros servidores que devem investigar esse tipo de crime.

24 OUT 2016

22 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

O limite

A prisão do ex-deputado Eduardo Cunha coloca problema difícil para a opinião pública brasileira. Por constituir personagem politicamente nefasto, cujas reiteradas atitudes de escárnio conseguiram a proeza de unificar centro, esquerda e direita contra si, há comemoração pela medida decretada pelo juiz Sergio Moro.

De outra parte, o momento em que ela ocorre exige reflexão crítica, sob pena de coonestar o que parece uma escalada autoritária, ainda que sob o disfarce de rigor legal. O farol amarelo foi ligado quando Moro prendeu e soltou o ex-ministro Guido Mantega no espaço de algumas horas um mês atrás. Embora diversos precedentes tenham ocorrido, o episódio do ex-titular da Fazenda, pelo que teve de evidentemente arbitrário, despertou uma consciência mais ampla a respeito do risco que correm os direitos civis fundamentais no país.

Não obstante, Moro duplicou a aposta, mandando prender outro ex-ministro da Fazenda do PT, Antonio Palocci, poucos dias antes da eleição municipal. Talvez o histórico de problemas com os quais Palocci se envolveu no passado explique o silêncio que se seguiu à sua detenção.

Mas persistiu a percepção de que há autoritarismo em Curitiba. Cito, a propósito, o editorial da última edição de "Veja". Insuspeita de proteger Lula, como certamente se dirá da presente coluna, a revista mostra que Moro gostaria de voltar a uma época em que determinado ponto de vista só podia ser publicado após passar por censura prévia.

Para relembrar: em 11/10, o físico Rogério Cerqueira Leite publicou na **Folha** o artigo "Desvendando Moro", com uma visão negativa do juiz. No dia seguinte, o magistrado afirmava que a publicação de opiniões como a do conhecido professor "deveriam ser evitadas" (**Folha**, 12/10). Reparem: ele não queria o direito de discutir a análise do cientista, mas sim alertar o jornal para não voltar a editar manifestações como aquela.

Ao decretar a prisão preventiva de Cunha, Moro, cujo timing de ações é pautado, entre outros motivos, pela política e pela relação com a mídia, voltou a ganhar apoio que periclitava. O editorial da **Folha** a respeito evitou entrar na discussão sobre se havia necessidade técnica de prender o ex-presidente da Câmara. Já "O Globo" apoiou abertamente a decisão.

Moro sabe o que está em jogo. Afirma que "ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária", mas sim uma "aplicação vigorosa da lei", devido ao quadro de "corrupção sistêmica" existente no Brasil (**Folha**, 20/10). Encontrar o limite que separa arbitrariedade de aplicação vigorosa da lei é decisivo para manter o Estado de Direito. Oxalá a opinião pública consiga fazê-lo e, assim, preservar a liberdade que custou tanto construir.

ANDRÉ SINGER escreve aos sábados nesta coluna.

22 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Promotores criticam Moro por assumir caso do tríplex

Acordo ilegal pôs ação sobre Lula no PR, dizem

Os promotores de Justiça Cassio Conserino e Fernando Henrique Araújo afirmaram em juízo que um “acordo de cavalheiros” ilegal feito pelo “Poder Judiciário de 1º Grau” levou ao fatiamento da denúncia sobre o prédio onde fica o tríplex em Guarujá anteriormente reservado ao ex-presidente Lula.

Autores da acusação formal e do pedido de prisão contra Lula em março na Justiça paulista, os promotores criticaram, em tom agressivo, a conduta da juíza estadual Maria Priscilla Oliveira, que decidiu enviar o caso do tríplex para o juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato.

“Não pode o Poder Judiciário de 1º. Grau fazer um ‘acordo de cavalheiros’ e cada juízo assumir uma parte da acusação”, segundo a petição deles, assinada na última quarta-feira (19). Os promotores, porém, não detalharam como chegaram à conclusão de que houve tal acerto.

“Aqui tem Ministério Público! Aqui tem Promotores de Justiça que fizeram uma denúncia com convicção. Não denunciemos com base em achismo. Enfim, temos certeza absoluta que há e havia a possibilidade conjunta de atuação do Ministério Público Federal e Estadual sobre o referido prédio”, afirmaram os promotores.

A assessoria de Lula apontou que a petição revela um “conluio” para que o ex-presidente seja julgado por Moro e que pediu uma investigação sobre o fato à Procuradoria Geral da República.

Em nota, os promotores qualificaram de “distorção” a alegação da assessoria do ex-presidente.

O juiz Moro e a juíza Oliveira informaram que não iriam se manifestar.

22 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Profissão corrupto

SÃO PAULO- Quando você pergunta a uma criança o que ela quer ser quando crescer, dificilmente ouve um “corrupto” como resposta. Não obstante, a corrupção está aí e é invariavelmente praticada por pessoas que já foram crianças que acalentavam outros sonhos profissionais. Como alguém se torna corrupto?

Acaba de sair na “Nature Neuroscience” um artigo de Neil Garrett, Stephanie Lazzaro, Dan Ariely e Tali Sharot que oferece um modelo para compreender essa trajetória. O interessante desse trabalho é que ele mistura um experimento psicológico com técnicas de imagem, o que permite não só levantar evidências empíricas mas também arriscar um mecanismo biológico para explicá-las.

No experimento, a cobaia deveria fazer uma estimativa sobre a quantidade de dinheiro contida num jarro. Tinha a oportunidade de ser desonesto beneficiando a si próprio e prejudicando a um parceiro, beneficiando a si próprio e ao parceiro, beneficiando ao parceiro e prejudicando a si próprio e beneficiando a si próprio sem prejudicar ao parceiro.

O que os pesquisadores constataram é que a desonestidade aumentava com a repetição dos exercícios, o que é compatível com a famosa teoria das janelas quebradas, segundo a qual pequenas transgressões degeneram em crimes mais graves. Igualmente interessante, isso só ocorria quando o participante se beneficiava pessoalmente do ato de desonestidade. Quando ele “roubava” para outros, a escalada não acontecia.

Como uma parte das cobaias realizou o experimento numa máquina de ressonância magnética funcional, deu para ver que a amígdala, uma estrutura do cérebro ligada a emoções negativas, incluindo a repulsa moral, estava envolvida no processo. Ao que parece, ela reage com menos intensidade a cada repetição do ato desonesto. Literalmente, o corrupto vai se acostumando com essa condição, até que já não a sinta mais como algo condenável. E aí, liberou geral.

22 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Colunistas

Parabéns a Hélio Schwartzman por ser o único neste jornal com coragem para elogiar o juiz Sergio Moro (“Guerrilha de abstrações”, “Opinião”, 21/10).

LUÍS ROBERTO NUNES FERREIRA (Guarujá, SP)

22 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Claudia Cruz vai a Curitiba visitar Cunha, que reclama de frio na prisão

Defesa de ex-deputado pede habeas corpus no Supremo e nega risco de fuga do país

DO ENVIADO A CURITIBA
DE BRASÍLIA

Na manhã desta sexta (21) a jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), atravessou o saguão da superintendência da Polícia Federal, de Curitiba, a passos rápidos. A jornalista passou pela recepção e seguiu em direção à carceragem onde está o marido.

No dia anterior, o advogado Marlus Arns havia dito numa entrevista que Cunha não receberia tão cedo a visita de familiares. "A sociedade está com os ânimos exaltados", disse, lembrando que o ex-deputado foi hostilizado ao chegar na carceragem.

Na saída da PF, Cláudia foi abordada por repórteres, mas não disse nada. Não havia manifestantes no local.

As visitas dos presos comuns acontecem sempre às quartas-feiras, mas foi dado a Cunha o privilégio de recebê-la fora do dia determinado por regra.

A PF do Paraná disse que, pelo fato de Cunha ter sido preso num dia de visita, foi permitida a entrada de Cláudia na sexta. Disse ainda que outros presos da Lava Jato ti-

veram o mesmo benefício.

Segundo a **Folha** apurou, Cláudia esteve calma durante a visita. O marido também se manteve impassível, como ocorre desde que foi preso. Não houve choro.

O lamento de Cunha na manhã foi direcionado aos advogados. Ele disse que sentiu frio na cabeça durante a noite. Fez 12º C em Curitiba na madrugada. Seus advogados levaram para ele um boné e uma touca de lã.

O ex-deputado já havia recebido macarrão instantâneo e uma garrafa pet de dois litros de Coca-Cola.

HABEAS CORPUS

A defesa de Cunha pediu nesta sexta que o Supremo Tribunal Federal revogue a ordem de prisão contra ele.

Os advogados dizem que o fato de o ex-deputado possuir dupla nacionalidade (brasileira e italiana) ou manter dinheiro no exterior não são suficientes para atestar a possibilidade de fuga. (WÁLTER NUNES E GABRIEL MASCARENHAS)

22 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Regime de facções

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Não seria papel do governo federal assumir funções no combate a essa modalidade de crime organizado?

PERIODICAMENTE, AS cadeias explodem.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que gerencia 166 unidades prisionais, definiu a rebelião no complexo psiquiátrico de Franco da Rocha, na região metropolitana, como uma "questão pontual": inconformismo com a transferência de líderes. Seu objetivo era diferenciar o episódio das rebeliões de domingo em Rondônia e Roraima, com 18 mortos, atribuídas à disputa entre PCC (paulista) e Comando Vermelho (carioca).

Quinta-feira, a tensão prisional atingiu o Acre, com tiroteio e pelo menos três mortos. Em Rio Branco, no último mês, conforme levantamento do G1, ocorreram 21 homicídios ligados a disputas de facções criminosas.

Em setembro, mais um motim no famigerado presídio de Pedrinhas, no Maranhão. Em Jardinópolis, interior de São Paulo, 470 detentos em regime semiaberto fugiram correndo depois do conflito, a grande maioria recapturada nos canaviais das redondezas e encaminhada para o regime fechado: 1.080 vagas ocupadas por 1.861 homens.

Em matéria de prisões e segurança pública, para onde se olha, a situação é crítica. A sequência de acontecimentos mostra que o Brasil está na contramão da civilidade. O que fazer?

A política de aprisionamento deve ser revertida. Os números são do Ministério da Justiça (dezembro de 2014). São mais de 622 mil detentos e um déficit de aproximadamente 250 mil vagas. No ano 2000 eram 232 mil presos. São Paulo já tem 220 mil.

O país não pode se dar ao luxo de misturar quem ainda não representa perigo fora das prisões com integrantes de organizações criminosas, senhores da "paz" e da guerra no interior dos presídios. A diminuição de presos reduz os custos, facilita o controle e a vigilância.

É um longo e difícil percurso. Requer vontade política, envolve os três Poderes, os Estados e mais de um mandato governamental.

Quanto mais demora, mais a crise irá se acentuar.

Se a gestão da vida entre muros é atribuição dos governadores, que deveriam ser responsabilizados pela falta de tratamento humanitário, o fato é que as facções criminosas se alastram pelo país. Adquiriram caráter nacional, assegurando rotas interestaduais e ampliando sua capacidade financeira.

Não seria papel do governo federal assumir funções de liderança e coordenação? A PF deve se limitar ao combate da corrupção, muito importante, ou deveria cuidar também da repressão a uma modalidade de crime organizado que atinge diretamente a população e faz do homicídio uma cena tão corriqueira? O seu aparato bélico é mesmo necessário para conduzir políticos presos ou poderia se voltar para outras funções estratégicas? E o seu reconhecido know-how em matéria de inteligência não poderia também olhar para o tráfico de armas?

Neste século, o Brasil multiplicou o número de presos, construiu incontáveis presídios, reformou outros tantos (para obter mais "espaço" de alo-

jamento ou para recuperar o que as rebeliões destroem), e viu, além da ação das milícias e do acirramento da letalidade policial, organizações criminosas expandindo sua base de influência. Já se fala em financiamento de campanhas eleitorais.

Se o Haiti não é aqui, a história de países como México e Colômbia recomenda bastante atenção.

22 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Partido da escola

Movimento que pretende eliminar doutrinação política e ideológica nas salas de aula brasileiras ameaça a salutar liberdade de ensino

A Procuradoria-Geral da República (PGR) tomou posição na ceulema desencadeada pelo movimento Escola sem Partido. Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), considerou inconstitucional legislação do Estado de Alagoas patrocinada pelo grupo.

Partiu da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação a ação contra a Assembleia Legislativa alagoana.

Questiona-se norma estadual que veda a escolas públicas e particulares “doutrinação política e ideológica, bem como quaisquer outras condutas por parte do corpo docente ou da administração escolar que imponham ou induzam aos alunos opiniões político-partidárias, religiosa ou filosófica”.

A iniciativa, criada por pais contrários ao que consideram ser “contaminação político-ideológica das escolas”, espalha pelo país um rasilho de desconfiança generalizada contra professores.

Advoga aprovar legislações nos níveis municipal, estadual e federal com vistas a restringir o escopo do ensino e normatizar que a educação moral, sexual e política é competência só da família.

A PGR não defende a doutrinação. Argumenta que a prática de eventuais abusos por alguns do-

centes não justifica impor o policiamento indiscriminado do que se diz e pratica em sala de aula.

“Sem liberdade de ensinar e de aprender não há o próprio direito à educação”, leciona o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. “Entre a vedação apriorística de conteúdos e a liberdade de ensino, esta é preferível.”

Abusos ocorrem, ninguém duvida. Basta passar os olhos por alguns livros didáticos para topar com exemplos flagrantes de marxismo vulgar, sobretudo no ensino de história e geografia, ou de obscurantismo religioso — por exemplo na versão capciosa de que a evolução biológica por seleção natural seria “apenas uma teoria”.

Para além da questão constitucional, os projetos de lei preconizados pelo movimento Escola sem Partido subestimam a capacidade dos próprios alunos — e de seus pais — de encarar de modo crítico o que se veicula nas escolas.

Embora a campanha se apresente como liberal, em defesa do pluralismo, ela termina por revelar-se paternalista ao pretender que aparelhos de Estado substituam os cidadãos no controle social do ensino oficial ou particular.

Por fim, qualquer legislação do gênero padece de um vício de origem: a impossibilidade prática de apontar de modo inequívoco o conteúdo que seja ideológico, ou quando um docente ultrapassa o limiar da doutrinação. Na dúvida, sempre é mais prudente tomar partido da liberdade na escola.

23 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Denúncia para collorir

BRASÍLIA - No dia seguinte à prisão de Eduardo Cunha, o Supremo Tribunal Federal começou a remover a blindagem que ainda protege seu primeiro chefe na política: o ex-presidente Fernando Collor.

Depois de um ano e dois meses, o ministro Teori Zavascki permitiu a divulgação da denúncia da Lava Jato contra o senador. O documento estava em sigilo desde agosto de 2015, quando a Procuradoria-Geral da República acusou Collor de embolsar ao menos R\$ 29 milhões do petrolão.

Em 278 páginas, o procurador Rodrigo Janot sustenta, de forma clara e detalhada, que o ex-presidente usou sua influência na BR Distribuidora para receber propina. A história começa em 2010, quando Collor se aproximou do governo Lula e apoiou a eleição de Dilma Rousseff.

De acordo com Janot, o esquema collorido cobrou pedágio em diversos contratos da subsidiária da Petrobras. Os exemplos vão da troca de bandeira em postos de gasolina à construção de cais flutuantes para abastecer barcos na Amazônia.

A denúncia afirma que a verba desviada da estatal de combustíveis foi investida na compra de carros de alto consumo. Na frota, destacam-se uma Lamborghini Aventador Roadster de R\$ 3,2 milhões e uma Ferrari 458 Italia de R\$ 1,45 milhão.

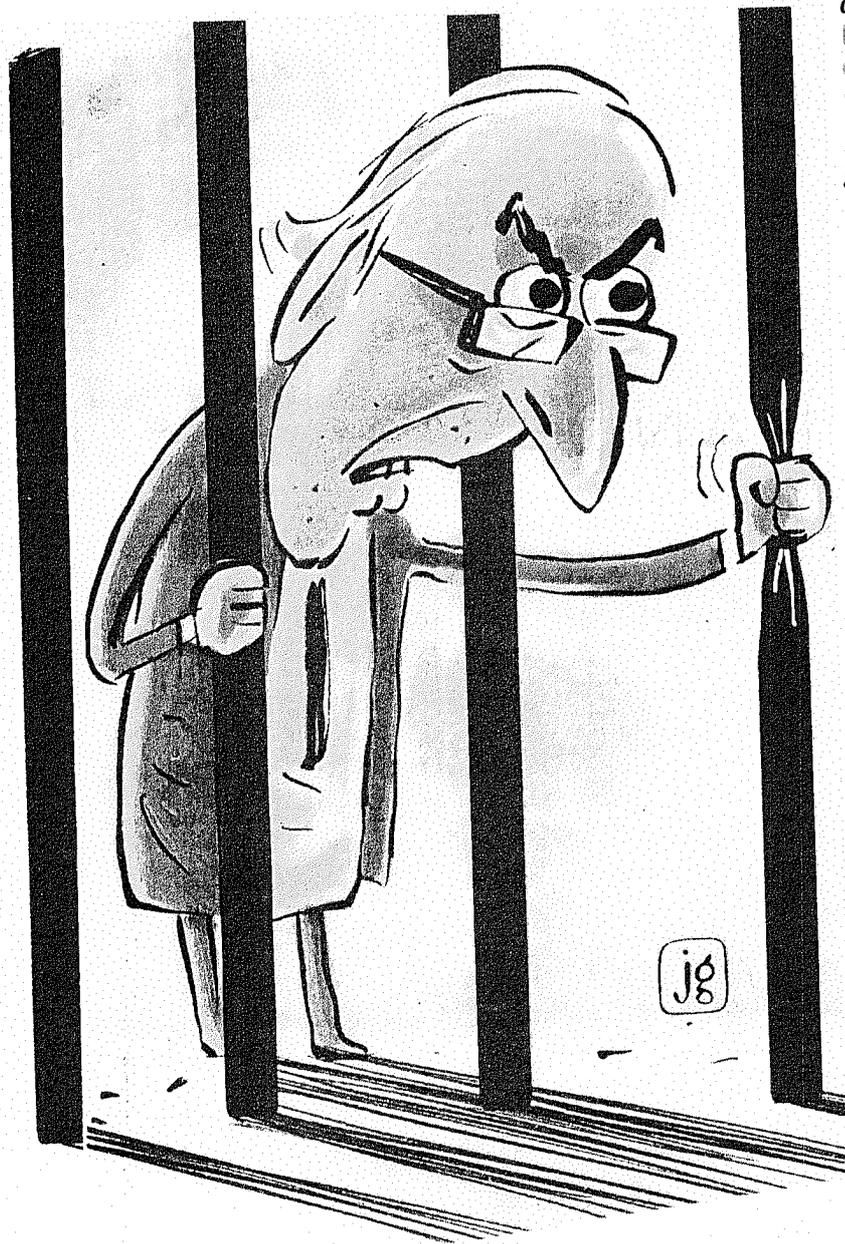
Segundo a Lava Jato, Collor chegou a usar o caseiro e o funcionário que cuida de seus barcos em Maceió como laranjas para disfarçar a movimentação de dinheiro. Os dois estavam lotados em seu gabinete.

“O parlamentar exercia posição de comando no grupo criminoso, o qual era integrado por funcionários públicos, tanto do Senado Federal quanto da Polícia Federal”, diz Janot. Ele ainda acusa o senador de “impedir e atrapalhar as investigações”.

Nesta sexta (21), a PF mostrou como até a Polícia Legislativa atuou para blindar Collor. Em nota, ele declarou que “não tem conhecimento acerca dos fatos” e que “a verdade vai prevalecer diante da acusação vil”. Agora falta a opinião do Supremo.

23 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO



EDUARDO CUNHA

Eu vou ser preso, eu vou ser preso. (...) Estão atrás de mim. Vou acabar pagando esse preço
Ex-deputado federal (PMDB-RJ) cassado e ex-presidente da Câmara, na manhã de sua prisão

SERGIO MORO

A dimensão e o caráter serial dos crimes estendendo-se por vários anos, é característico do risco à ordem pública
Juiz responsável pela Operação Lava Jato, em decisão que determinou a prisão de Cunha

Nossos processos não podem ser um faz de conta
Idem, em palestra no dia seguinte ao da prisão

PEDRO IVO VELLÔSO

Esse pedido ficou mais de quatro meses no STF e não foi admitido. Se houvesse motivos, o Supremo teria prendido
Advogado de Cunha

JARBAS VASCONCELOS

Ele sabe que não tem mais saída, não tem escapatória
Deputado federal (PMDB-PE), sobre a possibilidade de Cunha fechar acordo de delação premiada

Os estoques de Rivotril em Brasília vão desaparecer das gôndolas das farmácias
De um general da Operação Lava Jato para a colunista Natuza Nery

FINANCIAL TIMES

'Frank Underwood' do Brasil é preso sob acusações de corrupção
Jornal britânico, em manchete sobre a prisão

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

23 OUT 2016

TRÊS LETRAS

Eremildo é um idiota, leu a carta que o juiz Sergio Moro escreveu condenando um artigo do professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite, e percebeu que ele se intitulou "ora magistrado".

O cretino deduziu que o "ora magistrado" poderá vir a ser outra coisa, inclusive candidato a cargo eletivo.

Com os candidatos cujos rostos estão na vitrine, o ora idiota Eremildo vota nele para qualquer cargo.

FALAR, ELE FALA

De um sábio que conhece os corredores de Brasília, a carceragem de Curitiba e os gabinetes da Lava Jato:

"Falar, o Eduardo Cunha fala. A questão é saber se o Ministério Público tem interesse em ouvir o que ele quer contar. Ele precisa mostrar aos procuradores caminhos nunca antes percorridos".

DOIS MEDOS

Um curioso perguntou ao empreiteiro Fernando Cavendish:

—Você não tem medo de acabar preso?

—Não. O que eu tenho medo é de ficar pobre.

Negociando sua colaboração com a Viúva, Cavendish luta para se livrar do segundo pesadelo.

UMA NOITE NO COPA

O Ministério Público julga ter encontrado indícios de que o casamento da filha de Eduardo Cunha, em 2011, foi pago com a reciclagem de propinas.

Se o doutor resolver falar, poderá contar como organizou aquela esplêndida festa.

Cunha fechou todos os salões do Copacabana Palace e recebeu mil convidados. Festa parecida, só em 1985, com o casamento de Antônia Mayrink Veiga com Guilherme Frering, herdeiro do magnata Augusto Trajano de Azevedo Antunes.

A investigação achou despesas que somam uns R\$ 300 mil. Isso não dá um décimo do custo real. Pelos R\$ 44,6 mil da documentação, não se decora sequer o Golden Room.

Entre os convidados, testemunhas oculares do regabofe, o ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) e Romero Jucá, atual presidente do PMDB.



23 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO
ANGELA ALONSO

A república das Marcelas

"MARCELA AMOU-MÊ durante 15 meses e 11 contos de reis, nada menos." Esta Marcela foi a paixão de juventude de Brás Cubas, o personagem-síntese do Brasil. Mas o nome também evoca outra Marcela, contemporânea e em tudo distinta da literária.

A de Machado de Assis era mulher livre, dona de seu nariz. Perigosa. Tanto assim que o Cubas pai tratou de afastar o filho da moça. A Marcela de carne e osso carrega menos risco e nenhuma ambiguidade. Compartilha com a ficcional o enquadramento num certo ideal de mulher, regido pela beleza. Mas aí se esgota o paralelo.

A primeira-dama reza por brevíssimo mais simples e bem conhecido. Trafega em zona ultrassegura, nada precisa provar ou provar. Tem as contas pagas, as falas prontas, a vida decidida. Nem o nome do filho careceu escolher: no menino se reproduziu o senhor seu pai.

Marcela não se exprime, comparece. No papel de compor a paisagem, talvez visasse o estilo Jackie Kennedy, da simplicidade elegante. Mas acabou em campo retrô, meio Barbie, meio Rapunzel, entre dois mundos, o da boneca, boa moradia para ex-miss dedicada ao consumo, e o reino do faz de conta, onde se encastela qual a mocinha do cabelão.

A senhora Temer pertence a uma linhagem, a das primeiras-damas decorativas, afeitas ao serviço social — a caridade, a filantropia e outras formas de generosidade talhadas para camuflar a desigualdade.

O que surpreende nela não é tanto a dedicação ao frívolo conjugada à inocência sobre o país — nisso, sua versão municipal, dona Bia Dória, já ocupa incontestemente o pódio. O que espanta é que, sendo tão jovem, seja tão tradicional. E que tome para si, no perfeito equilíbrio de orgulho e timidez esperado das recatadas, o papel de submissa, de secundária. Espanta que mulher de sua geração jogue o jogo de gênero de modo tão apaziguado.

Termos tido uma presidente inflou fantasia maior que a dos contos de fada, a da igualdade de gênero

Excluído o zumbido dos que protestam à sua porta contra o marido, nada parece perturbar seu prazer contido em habitar uma gaiola dourada. Obviamente não espanta a todos. Um bom naco do país festeja o retorno das coisas aos lugares de costume: os senhores no comando, as senhoras em casa — ou no shopping.

Termos tido uma presidente inflou fantasia maior que a dos contos de fada, a da igualdade de gênero, que se desmancha nos resultados eleitorais. Em São Paulo, onde reinará dona Bia, elegeram-se 11 candidatas, 20% da vereança, embora as mulheres sejam 52% da população municipal.

Dados que decerto pouco afligem a nova primeira-dama paulistana. Dela pouco sobrou a dizer. Ela disse tudo em entrevista à **Folha**. Da cidade nada sabe. Sua geografia ajunta o Minhocão à Etiópia e não separa a Vila Nova Conceição da Park Avenue. Mas, afinal, quem vai gerir é o senhor seu marido.

A questão ultrapassa pessoas. O estilo das duas primeiras-damas exemplifica um modelo de comportamento feminino esperado. Recomendam às meninas se distanciem dos assuntos públicos em troca de um reinado doméstico.

Mais perigosa que sua xará ficcional, a Marcela de verdade encarna um ideal: o da princesa. É também o que orienta uma herdeira do reino Abravanel. Como não falta à moça capital para pôr devaneio em prática, tornou-se feliz proprietária de uma franquia da Escola de Princesas.

Segundo seu site, a escola visa meninas de 4 a 15 anos e promete "resgatar a essência feminina que

existe em seus corações". As páginas são cor de rosa, com uma coroa em destaque. Na primeira, mini-Marcelas loirinhas e sorridentes propagandeiam o que aprendem: etiqueta e moda, casa e família, e todos os maneirismos das antigas sociedades aristocráticas. Saberão entreter, decorar, vestir, andar, receber e pensar como princesas.

E o que pensa uma princesa? O site (escoladeprincesas.net) explica: "O passo mais importante na vida de uma mulher é sem dúvida nenhuma o matrimônio. Nem mesmo a realização profissional supera as expectativas do sonho de um bom casamento. Enfim, a ideia do 'felizes para sempre' é o sonho de toda princesa".

A educação para o casamento avança com candura, como avançam pelo país os profetas do reino de Deus e os arautos do Estado liberal. Aí se abre amplo mercado para a herdeira de Silvio Santos. Se seguir a trilha dos negócios paternos, sua franquia logo abastecerá o país com profusão de princesinhas, prontas a seguirem em júbilo os passos de Marcela.

Neste universo, de circunferência cada vez mais dilatada, a primeira-dama não destoa, reina. O lema da escola é o seu: "Todo sonho de menina é tornar-se uma princesa". O sonho de toda menina devia ser se tornar o que quiser.

A próxima presidente, se a tivermos, prestará grande serviço se extinguir o cargo das senhoras Temer e Dória. O país não precisa de primeiras-damas nem de princesinhas. Precisa de mulheres de nervo e cérebro. As princesas podem ir morar lá no reino ao qual pertencem, o do passado.

Formação de candidatos vira tema em Curitiba

Ney Leprevost e Rafael Greca são alvo de críticas por currículo acadêmico

Leprevost fez curso em uma universidade descredenciada, e seu adversário não pode ser chamado de 'urbanista'

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA
BELA MEGALE
DE BRASÍLIA

Num segundo turno ainda morno e com adversários improváveis, a formação acadêmica dos candidatos à Prefeitura de Curitiba virou tema de campanha e de ataques.

O deputado Ney Leprevost (PSD), que começou como azarão e acabou chegando à etapa final, se formou numa graduação a distância que chegou a ser descredenciada pelo Ministério da Educação.

Documentos obtidos pela **Folha** mostram ainda que o curso era ligado a um de seus principais apoiadores políticos e atual coordenador de campanha, o ex-ministro da Saúde Borges da Silveira (governo José Sarney).

Leprevost, 42, cursou Administração à distância na Unitins (Universidade Estadual do Tocantins), entre 2007 e 2011 —segundo ele, pela flexibilidade de horários. Na época, ele já exercia mandato como deputado.

O curso era organizado pela Eadcon, empresa fundada por Borges da Silveira e parceira da Unitins na educação à distância.

Ela era responsável por elaborar o projeto dos cursos, contratar tutores e coordenar o programa.

A Unitins chegou a ter quase 100 mil estudantes pelo país. Apesar de pública, cobrava mensalidade —cerca de R\$ 300 por mês, em média.

O Ministério questionou a cobrança e, depois de queixas de alunos sobre a estrutura dos polos de educação, a Unitins foi descredenciada na modalidade de educação à distância, em 2009.

Os alunos que já estivessem na graduação, como Leprevost, puderam concluir o curso e obter o diploma normalmente. A Unitins voltou a ser credenciada em 2010.

Borges da Silveira, que era diretor-presidente da Eadcon, se desligou da empresa em 2008.

A **Folha** afirmou que não tinha “qualquer relação política” com Borges da Silveira na época, e considerou “o material didático de excelente qualidade e o ambiente de aprendizagem virtual com vasto conteúdo de apoio”.

URBANISTA

Concorrente de Leprevost, o ex-prefeito Rafael Greca (PMN) também virou vidro: seu título de “urbanista” foi questionado na Justiça pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

Greca, engenheiro civil por formação, se intitula urbanista na propaganda eleitoral.

O CAU entende que as disciplinas de urbanismo cursadas pelo candidato durante sua graduação na UFPR (Universidade Federal do Paraná) não lhe dão a prerrogativa de ser chamado de urbanista.

“Seria a mesma coisa que um estudante de Direito, que teve Medicina Legal, se intitular médico. É uma confusão”, diz Claudia Dudeque, assessora jurídica do CAU.

A Justiça Eleitoral, porém, autorizou o uso do título nos programas de Greca, por entender que não há prejuízo à disputa eleitoral.

“O material didático era de excelente qualidade, e o ambiente de aprendizagem tinha vasto conteúdo

NEY LEPREVOST
candidato à Prefeitura de Curitiba

Seria como um estudante de Direito que teve medicina legal se intitular médico

CLAUDIA DUDEQUE
assessora do CAU

JOSÉ SIMÃO

E Curitiba: Greca e Leprevost! Que nomes? É eleição na Bélgica. E os dois vomitam em pobre ou é só o Greca?

23 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Dia de Doria tem de peso a gorjeta de R\$ 50

Prefeito eleito de São Paulo costuma fazer compras em boutique especializada em cashmere e caminhar até igreja

Dono de empresas de comunicação, tucano costuma almoçar em restaurante no shopping Iguatemi, na zona oeste

CHICO FELITTI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Todo dia ele faz tudo sempre igual. João Doria Junior, 58, acorda antes das 6h para levantar peso ao lado da mulher, a artista Bia Doria, 56.

A rotina diária do prefeito eleito de São Paulo inclui café da manhã com ela e parte da rua Itália, no Jardim Europa (zona oeste), antes das 9h.

Leva três minutos, de Porsche, Pajero ou Jimny, para chegar ao Grupo Lide, seu conglomerado de empresas (produtora de eventos, editora, agência de comunicação) no Plaza Iguatemi. Com 21 andares, é um dos metros quadrados mais caros da cidade.

“Durante a semana, às vezes João vai a pé até a escola dos filhos e ao Pão de Açúcar, ambos na vizinhança”, disse nota enviada pela assessoria do futuro prefeito, que declinou pedido de entrevista para esta reportagem. Aos finais de semana, afirma ir a pé à missa na Igreja São José, a três minutos de caminhada.

Meio-dia e meia é o horário oficial de almoço de Doria, que atravessa a avenida Faria Lima para ir ao restaurante Piselli SUD, no shopping Iguatemi.

Escolhe uma mesa redonda reclusa, colada a uma parede coberta por plantas.

Seus prediletos: peixe com crosta de alho-poró (R\$ 89) e ravióli recheado de queijo fontina com creme de trufa negra e cogumelos (R\$ 74).

Jantares acontecem em restaurantes das cercanias da casa, como os também italianos Serafina, no shopping JK, e o La Tambouille, na avenida Nove de Julho. A família vai pouco ao centro. Mais para ir ao Famiglia Mancini.

Ali, os garçons são só elogios aos Doria. O casal tem fama de simpático e generoso —os vallets também ganham gorjeta, em notas de R\$ 50 enroladas e passadas de uma palma da mão para a outra, num aperto que um deles define como “firme”.

A arquiteta Brunete Fracárolí conhece o novo prefeito há décadas. “Ele me chamou para fazer o primeiro apartamento dele, quando ainda não era riiiico”, conta.

Há hoje nos 3.304 m² de área construída da mansão de Doria salas de jantar, salas de estar, quadras de futebol, tênis e piscinas.

Atualmente, a imagem de Doria é associada a tecidos nobres. Especialmente ao cashmere, fibra tecida com os pelos de cabras da região da Caxemira (fronteira da Índia com o Paquistão). Mas uma socialite amiga diz que seu tecido predileto é outro: “Gente, ele usa vicunha, que é muito mais fino!”

Quem quiser ver o novo prefeito abastecendo o guarda-roupas com peças no estilo náutico deve ir ao shopping Cidade Jardim, onde fica sua grife predileta: Ralph Lauren. A loja vende cashmere e vicunha. E ainda tem um bar interno, onde é possível bebericar drinques —Doria, entretanto, não bebe. Prefere água e sucos.

“ Ele me chamou para fazer o primeiro apartamento dele, quando ainda não era riiiico. Ele gosta de chão de mármore

BRUNETE FRACÁROLI
arquiteta

Lava Jato é usada para fortalecer corporações e seus privilégios

MINISTRO DO STF DIZ QUE OPERAÇÃO É GRANDE INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO, MAS QUE PRÁTICAS DO JUIZ SERGIO MORO E DE PROCURADORES NÃO PODEM SER CANONIZADAS

ENTREVISTA DA 2ª GILMAR MENDES

'Decisões de juiz Moro não devem ser canonizadas'

O combate à corrupção é usado para defender "oportunisticamente" privilégios do Judiciário, do Ministério Público e de corporações, diz Gilmar Mendes, ministro do STF. Embora seja um marco, diz, a Lava Jato não significa que "temos que canonizar todas as decisões do juiz [Sergio] Moro".

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), diz que juízes e procuradores que atacam a proposta de lei que pune abuso de autoridades "imaginam que devam ter licença para cometer abusos". Para ele, o combate à corrupção e a Operação Lava Jato estão sendo usados "oportunisticamente" para a defesa de privilégios do Judiciário, do Ministério Público e de outras corporações.

Mendes diz que a Lava Jato é um marco no combate à corrupção, mas nem por isso "práticas ou decisões do juiz Moro e dos procuradores" devem ser canonizadas. Leia abaixo os principais trechos da entrevista dada à **Folha**.

Folha - Os juízes estão se insurgindo contra a proposta de lei que pune o abuso de autoridades. Sergio Moro diz que ela é um atentado à magistratura. Procuradores ameaçam deixar a Operação Lava Jato. Eles têm razão para temer?

Gilmar Mendes - Parece que eles imaginam que devam ter licença para cometer abusos! O projeto é de 2009 e não trata exclusivamente de juízes e de procuradores, mas sim de todas as autoridades: delegados, membros de CPIs, deputados. Tanto que a maior resistência à proposta partiu de delegados de Polícia Civil na época. Por isso o projeto ficou tanto tempo arquivado.

Agora, nós temos que partir de uma premissa clara: a definição de Estado de Direito é a de que não há soberanos. Juízes e promotores não são diferentes de todas as outras autoridades e devem responder pelos seus atos.

E a verdade é que nós temos um histórico de abusos que vai de A a Z, do guarda de trânsito ao promotor, de prisões abusivas, de vazamento de informações sigilosas, para falar apenas das coisas correntes. Esse é o quadro.

Há também insurgências contra a PEC 241, que limita gastos. Nota da PGR (Procuradoria-Geral da República) faz críticas a ela. E defende que, se a receita crescer, seja destinada ao "combate à corrupção", ou seja, ao próprio Ministério Público, entre outros.

A AGU (Advocacia-Geral da União), a Receita Federal, a PF também fazem o discurso de que os salários deles têm que ser elevados porque são combatentes da corrupção. Isso se tornou estratégia de grupos corporativos fortes para ter apoio da população.

É uma esperteza midiática. Não tem nada a ver com a realidade. Os juízes todos estão agora engajados no combate à corrupção? São 18 mil Sergio Moros? Sabe? No fundo estão aproveitando-se oportunisticamente da Lava Jato.

CONTINUA

Mas não há uma luta legítima pelo fortalecimento do Estado em suas funções essenciais?

A questão do devido aparelhamento dos órgãos vai muito além da questão salarial. O Judiciário estadual tem salários extremamente generosos, mas estrutura mínima. Não tem funcionários, faltam peritos. E a discussão está concentrada no salário dos juízes. Nós não vemos juízes estaduais defendendo a melhoria do Judiciário estadual.

Nós chegamos a discutir no STF portaria [do procurador-geral da República, Rodrigo Janot] que determinava que os procuradores viajassem de classe executiva. Quer dizer, perdemos as medidas! E isso é preciso ser dito para o distinto público, que é quem paga a conta. Se o procurador que vai à Itália fazer um convênio, ou à Suíça obter o retorno de dinheiro, viaja de classe executiva ou de econômica, isso tem a ver com combate à corrupção?

O Judiciário brasileiro é um macrocéfalo com pernas de pau. É o mais caro do mundo. E muito mal estruturado. Há uma distorção completa.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, me disse que não há nenhum desembargador ganhando menos do que R\$ 55 mil no Estado. O teto nacional é de R\$ 33 mil.

Eu estive com o governador Francisco Dornelles, do Rio, que enfrenta situação extremamente difícil. Ele tem receita de R\$ 34 bilhões. Gasta R\$ 17 bilhões com 220 mil aposentados, muitos do judiciário, do legislativo e do MP.

Ele tem dificuldade de saber quanto ganha um juiz. Um representante do Ministério Público pediu a ele que antecipasse o repasse [ao órgão], num total alheamento da realidade. E nenhuma disposição para participar do sacrifício pedido a todos.

E uma loucura que tem método. Chegou-se ao caos porque se escolheu esse caminho. E isto em razão do quê? De governos débeis, às vezes com base ética frágil, que se curvam às imposições.

Com medo do Judiciário?

Com medo do Judiciário. Diante da sugestão de que levasse para a Assembleia Legislativa os cortes necessários e a divisão por todos os partícipes, Dornelles me disse: "Dificilmente a Assembleia aprovaria porque está submetida a constrangimentos impostos pelo MP e pelo Judiciário, decorrentes da Lei da Ficha Limpa". Foi uma surpresa para mim. Algo que aparentemente veio para o bem empoderou grupos que transformaram isso num instrumento de chantagem.

A PEC dos gastos não pode estender ao país o que ocorre no Rio? Cortes na saúde em benefício de poderes organizados?

Será a grande chance de se trazer todos os poderes para uma realidade institucional, com publicidade de seus gastos na internet para que sejam submetidos a uma supervisão geral.

A autonomia administrativa e financeira não dá blindagem para ninguém sair gastando de maneira secreta.

A autonomia, pensada para tirar o Judiciário e o MP da dependência do Executivo, está sendo manipulada, lida como soberania, o direito de fazer qualquer coisa. A Defensoria Pública da União conseguiu autonomia e seu primeiro ato foi se conceder auxílio moradia.

Órgãos que poderiam cumprir função racionalizadora, como o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), acabaram cooptados. O último ato da gestão

passada do CNJ foi estender o recesso de 20/12 a 6/1, da Justiça Federal, que deveria ter sido extinto, para a Justiça Estadual. O CNJ se transformou, em certas gestões, num instrumento de corporação.

Quando há alteração de vencimentos na esfera federal, cada legislador estadual teria que deliberar sobre os vencimentos na esfera estadual. O CNJ decidiu que isso seria automático, violando a autonomia dos Estados. Em suma, criamos um monstro.

As autoridades não estariam navegando na Lava Jato também para fortalecer projeto político de avanço de ideias que defendem, como as "10 medidas contra a corrupção"?

Deixa eu dizer logo: a Lava Jato tem sido um grande instrumento de combate à corrupção. Ela colocou as entranhas do sistema político e econômico-financeiro à mostra, tornando imperativas uma série de reformas.

Agora, daí a dizer que nós temos que canonizar todas as práticas ou decisões do juiz Moro e dos procuradores vai uma longa distância.

É preciso escrutinar as decisões e criticar métodos que levam a abusos. Eu mesmo já votei em favor da concessão de habeas corpus e defendo limites temporais para as prisões preventivas. Da mesma forma, as chamadas dez medidas têm que ser examinadas com escrutínio crítico. Medidas propostas como iniciativa popular não têm que ser necessariamente aprovadas pelo Congresso.

CONTINUA

O senhor acha que as 2,2 milhões de pessoas que assinaram a proposta das dez medidas leram e entenderam cada uma delas?

Claro que não. E vocês em São Paulo já nos ensinaram que não é tão difícil obter uma massa de assinaturas, desde que se conte com um sindicato competente como o dos camelôs.

Quando pessoas de certa credibilidade [como os procuradores] colocam a pergunta "Você é a favor ou contra o combate à corrupção?", é claro que muitos firmarão o documento. As pessoas não são do mundo jurídico e não conhecem suas peculiaridades. Mas certamente não concordam que se valide tortura ou prova ilícita nem que se dificulte o habeas corpus.

Cada um tem seu ofício por verdadeiro, e talvez eles [procuradores] estejam traduzindo essa visão. Mas estão usando a Lava Jato para fortalecer a corporação e seus privilégios e, além disso, a visão de mundo deles. Que não é necessariamente a de todos nem coincide, em suas linhas básicas, com o Estado de Direito. O Congresso tem que examinar isso de maneira crítica.

O Congresso tem condições de fazer isso, com o número de parlamentares que estão envolvidos na Lava Jato?

O Congresso é mais do que essas pessoas. Ele representa a sociedade. E não somos uma comunidade de botocudos. Temos analfabetos, mas temos pessoas que sabem ler e escrever. Que não precisam de pacotes de iluminados.

O STF não poderia ser incluído nas críticas que o senhor faz ao Judiciário? Ele não é moroso em casos como o de Eduardo Cunha (PMDB-RJ)?

Cunha foi eleito presidente da Câmara, com uma for-

ça e respaldo institucional enormes. Era parlamentar, tinha imunidade, só poderia ser preso em flagrante.

A competência penal do STF foi pensada para casos excepcionais. Não se espera que a criminalidade na política se instalasse de forma tão ampla. Ele não tem, portanto, a dinâmica de quem se dedica a isso exclusivamente [juízes]. E suas decisões são paradigmáticas, têm efeito irradiador. O Supremo não pode banalizar suas ações.

O senhor jantou com o presidente Michel Temer recentemente. E foi criticado, já que vai julgá-lo numa ação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Sobre questões ligadas ao processo não se conversa. Nós dois sabemos os limites éticos. Agora, é impossível um presidente do TSE não conversar com o presidente da República. Há questões, por exemplo, orçamentárias que precisam ser discutidas. Quando Lula era presidente da República e eu, do STF, cansei de visitá-lo em sua residência. Jantei com o pessoal do PC do B recentemente, almocei com o José Eduardo Cardozo [ex-ministro da Justiça e advogado de Dilma Rousseff]. Converso com inúmeros políticos. No mais é trololô, é mimimi, tentam na verdade fazer carimbos.

O senhor se expõe mais do que outros ministros. É natural que receba mais críticas.

Convivo com isso com naturalidade. Há uma falta de institucionalidade no país, de pessoas que cumpram a função de fazer as críticas adequadas. Os parlamentares temem criticar juízes porque amanhã estarão submetidos a um deles. Não falam sobre o Ministério Público nem sobre a Ordem dos Advogados. É razoável que alguém que não tenha que ter esse tipo de

reverência possa falar e apontar rumos. Alguém que tenha responsabilidade institucional, que passou pela presidência do Supremo, que não deve ser um idiota e que não tem medo de críticas.

“ A Defensoria Pública conseguiu autonomia e seu primeiro ato foi se conceder auxílio moradia

Chegamos a discutir no STF se procuradores viajariam de classe executiva. Quer dizer, perdemos as medidas!

“ O governador do Maranhão me disse que nenhum desembargador ganha menos do que R\$ 55 mil

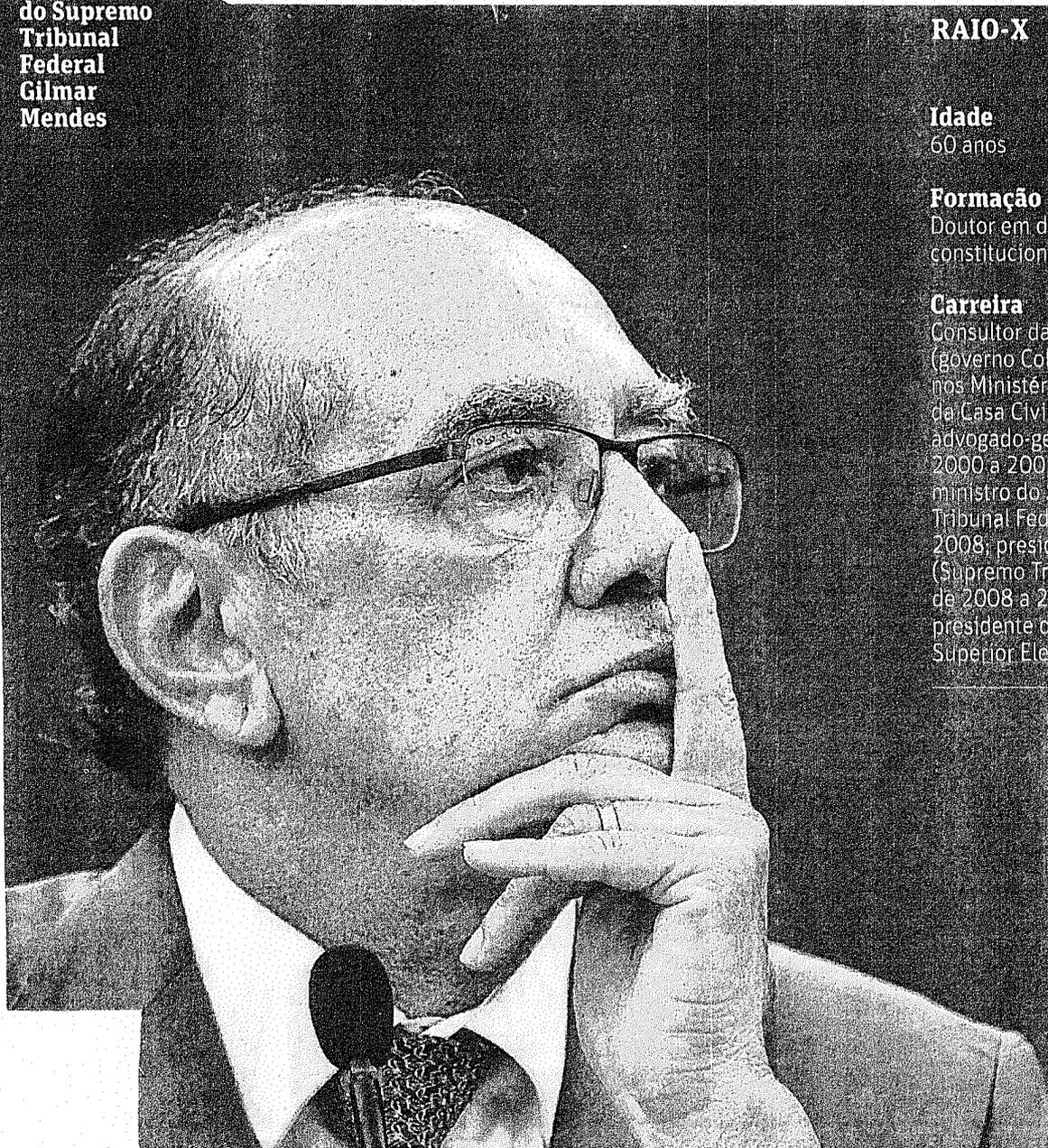
Chegou-se ao caos porque se escolheu esse caminho. Em razão do quê? De governos débeis, às vezes com base ética frágil, que se curvam às imposições

CONTINUA

24 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

O ministro
do Supremo
Tribunal
Federal
Gilmar
Mendes



RAIO-X

Idade
60 anos

Formação
Doutor em direito
constitucional

Carreira
Consultor da Presidência
(governo Collor); assessor
nos Ministérios da Justiça e
da Casa Civil (governo FHC);
advogado-geral da União de
2000 a 2002 (governo FHC);
ministro do STF (Supremo
Tribunal Federal) desde
2008; presidente do STF
(Supremo Tribunal Federal)
de 2008 a 2010;
presidente do TSE (Tribunal
Superior Eleitoral)

24 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Retrato justo

Ineficiente e muito caro. Esse é o retrato que emerge do Poder Judiciário brasileiro a partir da leitura de mais uma edição da publicação "Justiça em Números", que acaba de ser divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De 2009 a 2015, aumentou 19,4% no número de autos acumulados, que passou a 73,9 milhões. Apesar de ganhos recentes na produtividade, permanece a impressão de que os magistrados fazem pouco mais que enxugar gelo.

No ritmo atual, seriam necessários três anos sem nenhuma demanda nova para que o estoque represado baixasse a zero.

O tamanho dessa pilha de ações, salvo pela atualização dos dados, não chega a ser novidade; há alguns anos ela é conhecida, talvez como a ponta de um iceberg.

O relatório deste ano, contudo, traz uma novidade: o tempo médio de duração dos processos. Embora seja difícil reunir num único indicador temporal situações muito heterogêneas, a tarefa foi cumprida a contento pelos técnicos do CNJ, o que permite fazer comparações nem sempre favoráveis ao Brasil.

Por aqui, leva-se em média um ano e seis meses para produzir uma sentença de primeira instância. Na Dinamarca, na Estônia, na Áustria e na Holanda, por exemplo, anun-

cia-se a decisão em menos de cem dias; em Portugal ou na Grécia, a tarefa toma em torno de dois anos.

Na Europa, todavia, a prolação da sentença indica que o processo está chegando ao fim; no Brasil, trata-se apenas do começo. Depois dela ainda se somam mais quatro anos e quatro meses, o tempo médio para a decisão ser executada.

O quadro se torna realmente assustador quando se consideram os custos. O Judiciário brasileiro consome 1,3% do PIB do país. O valor vai a 1,8% se a ele acrescentamos as despesas com os Ministérios Públicos e as Defensorias.

Na Europa, nenhum país investe mais de 1% do PIB no Judiciário. O mais pródigo é a Bélgica, com 0,65%, mas a maioria das nações fica no patamar de 0,3%.

O exemplo externo, infelizmente, pouco reflete aqui. Registra-se no Brasil uma tendência de aumento dos gastos como proporção do PIB. Como comprova o relatório, a alocação de cada vez mais recursos não basta, por si só, para conferir maior efetividade à Justiça.

Nesse quadro desanimador, destaque-se o esforço do "Justiça em Números". Conhecer os gargalos e as dificuldades do Judiciário é um passo importante para que a primeira frase deste texto deixe de representar um retrato justo.

24 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Servidor aposentado custa o triplo de empregado privado

No longo prazo, valor médio para os cofres públicos
pode superar R\$ 3 milhões

**Projeção da Consultoria
de Orçamento da Câmara
mostra as distorções
históricas dos regimes
de Previdência do Brasil**

LAÍS ALEGRETTI
DE BRASÍLIA

Um funcionário público da União que se aposentar neste ano, aos 60 anos de idade e com expectativa de viver até os 80, custará R\$ 3,34 milhões para os cofres do governo.

Esse é o valor médio, por servidor, que será desembolsado pela União para garantir o pagamento das aposentadorias ao funcionalismo, segundo cálculo da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Se esse servidor for um militar, o montante é ainda maior: R\$ 4,92 milhões.

No caso dos empregados da iniciativa privada, que contribuem com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o valor por pessoa apresenta um desequilíbrio menor, mas ainda assim tem impacto considerável para os cofres públicos.

Um trabalhador da área privada que se aposentar neste ano, com expectativa de mais 20 anos de vida, custará, em média, R\$ 1,1 milhão aos cofres públicos.

Esse custo existe devido a desequilíbrios históricos dos regimes de Previdência no Brasil, que têm distorções e beneficiaram grupos específicos. Esse valor extra não deveria existir em nenhum caso, porque representa um desembolso além daquilo que o governo já paga à Previdência na condição de empregador.

“A sociedade já está pagando, por meio do empregador, a contribuição patronal. Então não era para ter de pagar mais nada depois”, afirma o consultor de Orçamento da Câmara Leonardo Rolim.

Esse desequilíbrio é chamado tecnicamente de deficit atuarial dos regimes de Previdência e significa que, se fosse necessário pagar hoje todos os benefícios — atuais e futuros —, não haveria recursos suficientes, e o Tesouro seria obrigado a desembolsar esse montante.

O cálculo relativo ao regime geral foi feito pela Consultoria de Orçamento da Câmara a pedido da **Folha**.

Rolim esclarece que, como o regime geral prevê entrada de novas pessoas e tem avaliação atuarial só até 2060, o cálculo é aproximado e considera um deficit estável a partir de 2061.

ESTADOS

Para Estados e municípios, o deficit atuarial per capita também é menor que o da União. Nos Estados e no Distrito Federal, é de R\$ 1,03 milhão. Nas capitais, é de R\$ 161 mil, e, nos demais municípios, de R\$ 97 mil.

Com a reforma da Previdência que o governo Michel Temer vai enviar ao Congresso, a ideia é criar uma regra única de aposentadoria — com idade mínima de 65 anos e tempo mínimo de contribuição de 25 anos — para funcionários públicos e privados.

Embora afirme que os militares têm de ter regras diferentes, Rolim defende a necessidade de equiparar a contribuição deles, hoje em 7,5%, à dos civis, que é de 11%. Além disso, sugere a criação de idade mínima — atualmente, só é exigido tempo de contribuição, de 30 anos.

“Primeiro, a contribuição dos militares é menor. Segundo, o gasto com pensão é muito maior. Terceiro, eles se aposentam muito mais jovens. Juntando essas três coisas, dá essa bomba.”

No caso dos civis, segundo Rolim, o problema são os privilégios concedidos no passado. “A Constituição criou um trem da alegria gigantesco. Ela trouxe para o Regime Jurídico Único [que abrange o funcionalismo] os funcionários das fundações federais, principalmente os das universidades”, afirma.

CONTINUA

AS DUAS PREVIDÊNCIAS

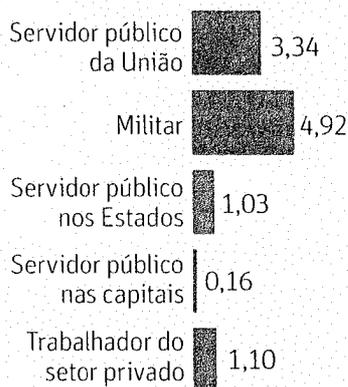
Os custos e as diferenças entre os regimes dos funcionários do setor privado e do público

CONTINUAÇÃO

Para a Consultoria de Orçamento da Câmara, a União tem o regime de Previdência "mais desestruturado", que não tem uma unidade gestora e tampouco um conselho gestor. Além disso, cada Poder tem o seu próprio sistema de pessoal e apenas envia informações uma vez por ano ao Ministério da Fazenda para elaboração da avaliação atuarial.

O CUSTO NO LONGO PRAZO

Em 20 anos, em R\$ milhões



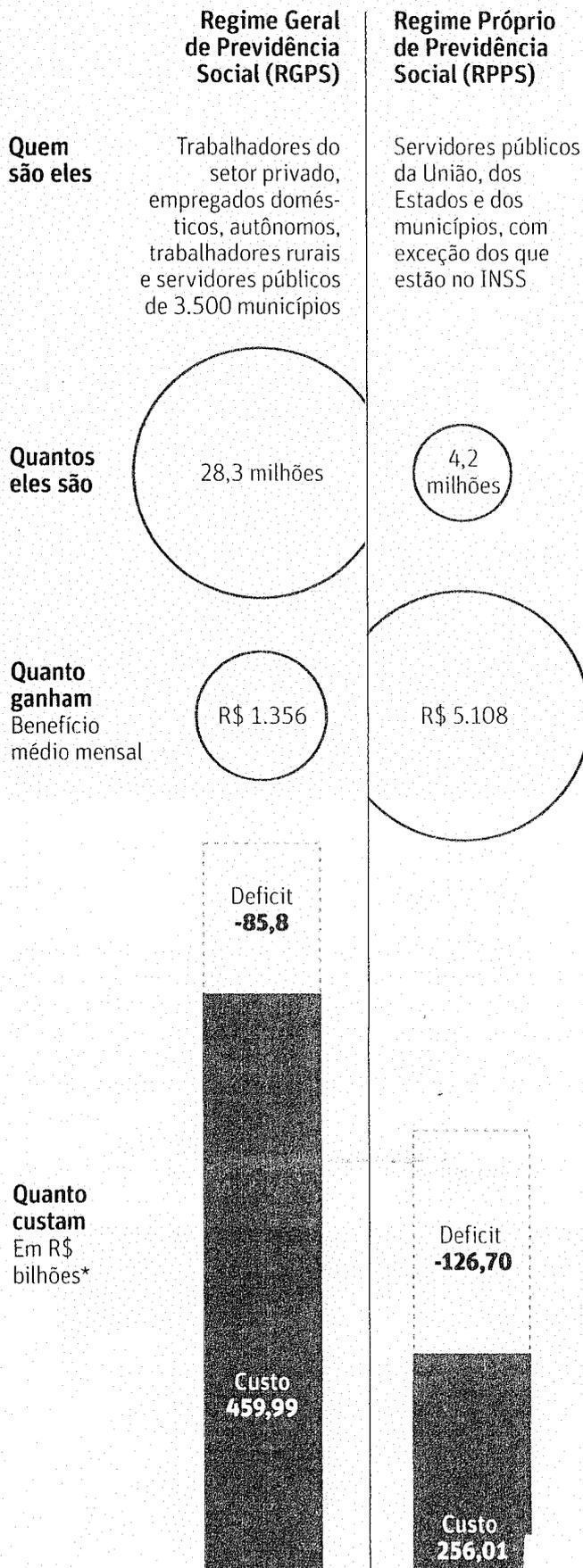
Que conta é essa?

A estimativa indica o custo para o governo dos benefícios pagos a um trabalhador que se aposentasse hoje aos 60 anos de idade e vivesse até os 80, já descontadas as contribuições de seus empregadores

Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara

SAIBA MAIS SÉRIE DISCUTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A série "Corrida contra o tempo" discute a situação da Previdência e os esforços do governo Temer para corrigir os seus desequilíbrios, um dos principais desafios econômicos do país.



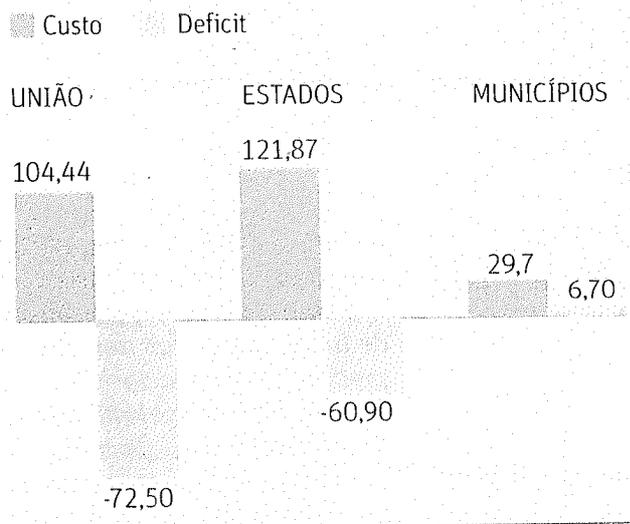
CONTINUA

24 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Como essa conta é dividida



COMO SE APOSENTAM

		Regime Geral de Previdência Social (RGPS)		Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
		Por idade	Por tempo de contribuição	
Idade mínima	Homens	65	Não há	60
	Mulheres	60	Não há	55
Tempo mínimo de contribuição	Homens	15	35	35
	Mulheres	15	30	30

*Em 2015
Fontes: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e Grupo Técnico de Previdência do governo federal

PROPOSTAS PARA A PREVIDÊNCIA

Idade mínima

O projeto em estudos no governo prevê idade mínima de **65 anos** para a aposentadoria de homens e mulheres, sem distinção

Contribuição

O tempo mínimo de contribuição exigido para aposentadoria deve subir de 15 para **25 anos**

Transição

Proposta do governo prevê uma regra de transição para homens com mais de **50 anos** de idade e mulheres com **45** ou mais que ainda não tiverem condições de se aposentar no momento da aprovação das mudanças

Podágio

Quem entrar na regra de transição terá de trabalhar **50%** mais tempo para poder se aposentar pela regra atual

Sem transição

Homens com menos de **50 anos** e mulheres com menos de **45** só poderão se aposentar de acordo com as novas regras

Nova fórmula

O projeto de reforma muda a maneira como as aposentadorias são calculadas. O benefício seria equivalente a **75%** da média salarial, mais **1** ponto porcentual por ano de contribuição adicional além do mínimo exigido

Partilha de bens no divórcio ou morte

MARCIA DESSEN

Partilha chama-se meação nos casos de divórcio; na morte de um dos cônjuges, herança ou sucessão

TODOS QUEREM saber quem fica com que no caso de separação ou morte em família. E muita gente confunde meação com herança. Em ambos os casos estamos falando de divisão de bens, de partilha. Mas são coisas bem diferentes. Se ninguém morreu não há de se falar em herança. No divórcio, todos vivos, entra em cena a meação. Como o assunto não tem nada de simples, contei com a ajuda da advogada Luciana Pantaroto, da Dian & Pantaroto.

Nos casamentos com bens em comum, quando não há previsão diferente no pacto antinupcial, cada cônjuge tem direito à metade do patrimônio. Quando o casamento acaba, os bens são divididos e cada cônjuge fica com metade dos bens em comum. É a chamada meação.

No caso de falecimento de um dos cônjuges, o cônjuge sobrevivente é titular da metade do patrimônio em comum. Em determinadas situações, ele pode também ser herdeiro do patrimônio do cônjuge falecido.

Tudo depende do regime de casamento e se há herdeiros. Segundo o Código Civil, o cônjuge sobrevivente figura entre os herdeiros necessários e concorre, em alguns casos, com os descendentes ou ascendentes do falecido. Na ausência destes, pode receber a herança toda.

Segue resumo dos principais impactos patrimoniais de cada regime de bens na dissolução do casamento por divórcio ou por falecimento de um dos cônjuges. Consideramos os regimes de casamento previstos no Código Civil e também que o cônjuge morto não deixou testamento.

Comunhão parcial de bens ou participação final nos aquestos:

No divórcio, cada cônjuge tem direito à metade do patrimônio (meação).

Na sucessão, o cônjuge sobrevivente continua tendo direito à metade do patrimônio do casal (meação). A metade pertencente ao cônjuge falecido, bem como eventuais bens particulares, deve ser transmitida aos herdeiros, respeitando a ordem prevista no Código Civil. O cônjuge sobrevivente pode ser meeiro e herdeiro concomitantemente.

Comunhão universal de bens:

No divórcio, cada cônjuge tem direito à metade do patrimônio (meação).

Na sucessão, o sobrevivente continua tendo direito à meação. A metade pertencente ao cônjuge falecido é a herança e será transmitida aos herdeiros. Dependendo da situação, a herança, ou parte dela, pode ser destinada ao cônjuge sobrevivente.

Separação total de bens: *No divórcio, como não há patrimônio em comum, não há partilha ou meação. Cada cônjuge continua proprietário de seus bens particulares.*

Na sucessão, em decisão recente, o STJ considerou que o cônjuge é herdeiro necessário ainda que o regime adotado seja o de separação total de bens. Nesse entendimento, o patrimônio do cônjuge falecido é a herança e deve ser transmitido aos herdeiros. Dependendo da situação, a herança, ou parte dela, pode ser destinada ao cônjuge sobrevivente.

Um exemplo: antes do casamento, Antonio possuía imóvel de R\$ 200 mil e Bruna não possuía patrimônio.

Durante o casamento, sob o regime de comunhão parcial de bens,

acumularam onerosamente um patrimônio de R\$ 1 milhão, sendo que cada cônjuge contribuiu com metade desse valor. Alguns anos após o casamento, os pais de Bruna faleceram e ela recebeu herança no valor de R\$ 400 mil. O casal tem um filho.

Qual seria o patrimônio de cada um na dissolução do casamento por divórcio ou por falecimento de Antonio? Recapitulando, o patrimônio particular dele é de R\$ 200 mil; o de Bruna, R\$ 400 mil; e o patrimônio em comum deles é de R\$ 1 milhão.

Se ocorresse o divórcio, cada cônjuge teria direito a metade do patrimônio do casal (meação): R\$ 500 mil. Os bens particulares de cada cônjuge não entrariam na partilha.

Se Antonio viesse a falecer, Bruna teria direito à metade do patrimônio do casal (R\$ 500 mil). A metade dele seria herdada pelo filho. Por fim, o patrimônio particular de Antonio, adquirido antes do casamento, seria dividido entre Bruna e seu filho, R\$ 100 mil para cada um.

Assim, seu filho receberia herança de R\$ 600 mil. Bruna teria R\$ 400 mil recebido por herança de seus pais; mais meação de R\$ 500 mil devido à dissolução do casamento; e ainda R\$ 100 mil recebidos como herança de Antonio, acumulando um patrimônio de R\$ 1 milhão.

Existem diversas questões relativas ao regime de bens no casamento e aos seus desdobramentos patrimoniais e sucessórios que ainda não estão pacificadas na doutrina e jurisprudência. Este artigo se baseou em posicionamentos dominantes, mas não tem a pretensão de esgotar um tema tão polêmico. Consulte sempre um advogado.

MARCIA DESSEN, planejadora financeira pessoal, diretora do IBCPF (Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros) e autora do livro "Finanças Pessoais: o que Fazer com Meu Dinheiro" (Trevisan Editora, 2014). Escreve às segundas nesta coluna.

marcia.dessen@gmail.com

A perversa "eugenia preventiva"

Está nas mãos da nova presidente do STF, Cármen Lúcia, colocar ou não na pauta da corte um julgamento crucial para o respeito à vida no Brasil: trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5581, proposta pela Associação Nacional dos Defensores Públicos e que pede a liberação do aborto caso a mãe tenha o vírus zika — que, sabe-se, pode causar microcefalia na criança. O detalhe macabro do pedido dos defensores públicos está no fato de que, ao contrário da eugenia aprovada pelo próprio STF nos casos de anencefalia, o que se está a solicitar agora é praticamente uma eugenia preventiva.

A microcefalia só pode ser detectada na segunda metade da gravidez — os diagnósticos mais precisos ocorrem já no estágio final da gestação. Aparentemente, até mesmo os defensores públicos consideram que matar uma criança indefesa e inocente nos meses finais de sua formação seria — como de fato é — uma crueldade. Mas, em vez de estender esse raciocínio aos nascituros mais novos, igualmente humanos, igualmente indefesos e inocentes, os proponentes da ADI resolveram inverter completamente a lógica e adotar uma postura ainda mais nefasta que a defesa da eliminação dos bebês comprovadamente microcefálicos: a ação quer que a gestante com zika passe a ter o "direito" de matar seu filho independentemente do diagnóstico do bebê. Ele pode ser perfeitamente saudável e mesmo assim poderia ser morto porque, no fundo, é melhor não esperar até o fim da gravidez para ter certeza do seu real estado de saúde. Na dúvida, mate-se — é isso que desejam os abortistas por trás da ADI 5581.

O tema colocou em lados opostos a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República. O parecer da AGU apenas recorda o óbvio: a microcefalia não é, de forma alguma, um problema incompatível com a vida, e as

crianças com essa anomalia merecem ter seu direito à vida protegido pela legislação. Já a PGR alega que gestar um filho com microcefalia poderia ser visto até mesmo como uma forma de "tortura" da mulher. Infelizmente, perde-se de vista aqui a correta hierarquia dos bens: não há o menor sentido em sobrepor o bem-estar mental de uma pessoa ao direito à vida de outra. Se este raciocínio é válido em qualquer circunstância do convívio social, ainda mais o é no caso em que o potencial eliminado, como já dissemos, é indefeso e inocente. A argumentação da PGR inclusive omite que, ao propor o direito ao aborto, transforma-se a mulher em corresponsável por um assassinato — o que não elimina a angústia, mas a perpetua, como lembrou a professora da UnB Lenise Garcia em artigo na **Gazeta do Povo** — e, no caso específico da ADI 5581, adiciona-se ao fato de saber-se responsável pela morte do próprio filho uma dúvida que jamais será esclarecida: sabendo-se que apenas 1% das gestações em que a mãe tem zika resultarão em filhos com microcefalia, ela terá eliminado uma criança realmente portadora da doença ou um bebê anatomicamente perfeito?

No fundo, trata-se de usar a dor — que é real e não pode ser desprezada — das mulheres que carregam um filho com microcefalia para promover uma agenda que nega o direito à vida a qualquer nascituro, independentemente de suas condições. No caso da anencefalia, alegava-se a impossibilidade de vida fora do útero para se defender a eliminação de seres humanos. Agora, mesmo doenças que não são fatais — ainda mais que isso: a mera possibilidade de o filho ter tais doenças — servirão de pretexto para o aborto. Não há como descrever essa situação com outra palavra a não ser "perversidade".

As mães que se sabem grávidas de um filho com microcefalia — ou com qualquer outra anomalia — precisam de acolhimento e apoio psicológico e, se for o caso, financeiro; o que não precisam é de alguém que as incentive a negar ao filho o direito de nascer. E uma criança não pode ser resumida a uma condição física ou mental: ela é muito mais que isso, é uma vida que merece ser vivida em todo o seu potencial, seja qual for. Que nossa sociedade e nossos magistrados saibam reconhecer essa verdade evidente.

22 OUT 2016

23 OUT 2016

22 OUT 2016
23 OUT 2016

GAZETA DO POVO

● DESPESA COM SERVIDORES

Em oito anos, folha de inativos vai superar gasto com ativos no PR

Descontrole

Governo defende mudanças nas regras para reduzir aposentadorias precoces e evitar rombo crescente

Rogério Waldrigues Galindo
e Rosana Felix

● O gasto mensal do governo do Paraná com funcionários aposentados e pensionistas vai superar em oito anos a despesa com servidores da ativa. De acordo com estimativas oficiais da Secretaria da Fazenda, em 2024, o Estado pagará o equivalente a R\$ 10,7 bilhões anuais (mais a inflação) para os ex-funcionários — mais do que o destinado à folha de pessoas que ainda prestam serviços.

O governo do estado vê isso como uma distorção e acredita que é necessário fazer algo para impedir que a folha de inativos se torne um peso cada vez maior nas despesas do estado. Atualmente, os inativos já custam R\$ 8,5 bilhões anualmente — o que significa 82,5% da folha de servidores da ativa, com gasto anual de R\$ 10,3 bilhões. Em 2027, a despesa pode chegar a R\$ 11,4 bilhões com inativos e R\$ 10,9 bilhões com ativos.

Hoje, pelo menos uma categoria — a de policiais — já tem folha de inativos maior do que a da ativa. A sociedade paranaense desembolsa

mensalmente R\$ 151 milhões para pagar funcionários da ativa da segurança pública, enquanto a despesa com policiais reformados soma R\$ 167 milhões ao mês.

Segundo o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, um dos fatores que fazem a folha de inativos crescer mais rápido do que a de ativos são as aposentadorias precoces. O governo do estado, porém, diz não ter nenhuma medida prevista por enquanto para evitar que a despesa com inativos continue ganhando espaço no orçamento.

O governo Beto Richa (PSDB) chegou a anunciar um projeto para limitar a aposentadoria ao teto do INSS — acima disso, o funcionário teria de contribuir voluntariamente, à parte. Mas esse projeto não foi adiante e a ideia, agora, é primeiro ver como fica a reforma previdenciária estudada pelo governo federal.

Enquanto isso, o Paraná registra rombos constantes na previdência estadual. Em 2015, segundo levantamento do consultor legislativo Leonardo Rolim Guimarães, o déficit financeiro chegou a R\$ 1,8 bilhão. Isso equivale a 5,9% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Na comparação com outros estados, a situação do Paraná é uma das mais confortáveis. O comprometimento da RCL com aposentadorias é uma das mais baixas do país. O estudo de Guimarães aponta que em 2015 Minas Gerais registrou resultado negativo de R\$ 10 bilhões; Rio Grande do Sul, R\$ 7,5 bilhões; e Rio de Janeiro, R\$ 6,3 bilhões.

Atualmente, o déficit das previdências estaduais chega a R\$ 64,2 bilhões. Se as regras continuarem as mesmas, em 2020 esse rombo chegará a R\$ 100 bilhões, estima Guimarães. “A crise fiscal dos estados já paira há muitos anos, mas agora se tornou emergencial, já que muitos deles não estão conseguindo cumprir funções básicas”, diz.

CONTINUA

APÓS ENTADORIA ESPECIAL Tempo de contribuição tende a aumentar para professores e policiais

● O governo federal já foi procurado por diversos governadores que pedem que a reforma da Previdência, a ser encaminhada em breve para o Congresso Nacional, contemple mudanças também nos regimes estaduais. Uma das alterações diz respeito às aposentadorias de professores e policiais, que hoje ocorre mais cedo do que nas demais categorias.

Professores podem se aposentar cinco anos antes; forças policiais e outros agentes de atividades de risco podem passar à inatividade já com 15, 20 ou 25 anos na função, a depender da situação.

Para o secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, o tempo de contribuição das categorias com aposentadoria especial precisa aumentar. O consultor legislativo Leonardo Rolim Guimarães afirma que a alteração é necessária. "Em primeiro lugar, é preciso igualar a idade de aposentadoria de homens e de mulheres, e depois rever as condições gerais. Como está hoje gera peso excessivo sobre os estados", afirma.

Ele concorda que os regimes precisam passar por auditorias que revelem irregularidades e favorecimentos, mas que o déficit só será revertido com mudanças estruturais. Um dos caminhos é a criação de fundos específicos a serem administrados individualmente pelos poderes de Estado. "Hoje os órgãos concedem benefícios como querem e depois só comunicam ao governo. É preciso criar fundos específicos e cada um usufrui dos rendimentos ou ajuda a pagar os prejuízos." A divisão de esforços com os servidores, com aportes extras, para zerar o déficit é outro pleito de governadores.

RDMBO PREVIDENCIÁRIO

Se não houver mudanças nas regras de aposentadoria de servidores, em quatro anos o Paraná estará na situação que hoje se encontra o Rio de Janeiro, tendo que destinar quase 14% das receitas para pagar inativos:

Valor do déficit (R\$ milhões) em proporção à Receita Corrente Líquida dos estados mais endividados

ente	ano	Déficit financeiro	
		R\$	% RCA
União	2015	-72,51 milhões	10,8
	2020	-112,85 milhões	13,1
Minas Gerais	2015	-10,07	19,5
	2020	-15,07	27,1
Rio Grande do Norte	2015	-1,29	16,2
	2020	-2,33	27,1
Rio Grande do Sul	2015	-7,6	25,2
	2020	-8,39	25,8
Distrito Federal	2015	-2,59	14,0
	2020	-4,64	23,4
Paraíba	2015	-0,92	11,5
	2020	-1,78	20,7
Santa Catarina	2015	-3,32	17,1
	2020	-4,21	20,1
Ceará	2015	-1,22	8,0
	2020	-3,18	19,5
Alagoas	2015	-0,59	9,3
	2020	-1,32	19,4
Rio de Janeiro	2015	-6,36	12,4
	2020	-10,63	19,3
Piauí	2015	-0,63	9,5
	2020	-1,29	18,1
Espírito Santo	2015	-1,58	13,2
	2020	-2,29	17,8
Sergipe	2015	-0,79	12,4
	2020	-1,09	15,9
São Paulo	2015	-15,98	11,4
	2020	-23,47	15,5
Pará	2015	-2,12	12,6
	2020	-2,71	15,0
Paraná	2015	-1,87	5,9
	2020	-4,75	13,9
Todos os estados	2015	-64,27 milhões	11,7
	2020	-101,14 milhões	17,0

Fonte: Leonardo José Rolim Guimarães, consultor legislativo da Câmara de Deputados. Infografia: Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO

A Lava Jato

no centro

do poder

22 OUT 2016

23 OUT 2016

A prisão de Eduardo Cunha e a Operação Mêtis , que deteve agentes da Polícia Legislativa, colocam o Congresso na mira da força-tarefa ao mesmo tempo em que Renan Calheiros pretende dar prioridade no Senado ao projeto do abuso de autoridade, que poderá impor limites à ação de juizes e investigadores.

Congresso vira alvo da Lava Jato

Parlamentares entram na mira da força-tarefa enquanto o presidente do Senado, Renan Calheiros, pretende avançar com projeto que limita ação de juizes e investigadores

Fernando Martins

● A Lava Jato chegou com força ao Congresso Nacional na semana em que parlamentares começaram a se movimentar para desengavetar e votar ainda neste ano um projeto de lei que aumenta a punição para o abuso de autoridade. A proposta é vista pela força-tarefa como uma tentativa de dificultar as investigações contra políticos.

O Congresso virou foco da Lava Jato em duas ocasiões nos últimos dias. Primeiro com a prisão do ex-presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que pode implicar outros parlamentares de sua rede de influência. Depois com a detenção de agentes da Polícia Legislativa do Senado, acusados de atrapalhar as apurações da força-tarefa. A Polícia Legislativa é formalmente subordinada à direção-geral da Casa, cujo titular é nomeado pelo presidente Renan Calheiros (PMDB-AL).

Autor da proposta que endurece as penas para o abuso de autoridade, Renan disse na terça-feira (18) considerar prioritário o projeto e garantiu que a votação no plenário vai ocorrer ainda neste ano. Lideranças do Senado se articulam para reiniciar a tramitação da proposta no início do mês que vem, logo depois do segundo turno das eleições. Renan também é investigado pela Lava Jato.

O juiz Sergio Moro, responsável pela operação na primeira instância da Justiça, afirma que o projeto, do modo como está, é um "atentado à magistratura". Vários integrantes da força-tarefa já haviam dito anteriormente que a proposta teria o objetivo de obstruir as investigações.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Pontos polêmicos

O projeto prevê punições mais duras para servidores públicos, juízes, procuradores e promotores do Ministério Público que abusem de sua autoridade. Políticos não estão incluídos na proposta.

Dentre os casos previstos estão, por exemplo, o vazamento de informações sigilosas de investigações (algo que tem sido corriqueiro na Lava Jato) e o uso de escutas telefônicas que, além de gravarem investigados, atinjam pessoas que não estejam incluídas formalmente no inquérito ou no processo. Investigadores alegam que é impossível saber para quem um investigado vai fazer uma ligação telefônica. Esse foi o caso do grampo autorizado por Moro contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que gravou uma conversa dele com a ex-presidente Dilma Rousseff.

Outro ponto controverso é o artigo que prevê punições para o agente público que, com ameaça de prisão, pressionar um réu a depor sobre fatos que possam incriminá-lo. Para muitos, esse artigo será usado para dificultar as delações premiadas. Também há críticas à previsão de punir o juiz que decreta uma prisão que posteriormente, num tribunal superior, venha a ser considerada irregular. Os críticos do projeto avaliam que isso vai limitar a autonomia dos juízes de primeira instância de interpretar a lei para determinar uma prisão.

PRISÕES NO SENADO

Quatro policiais legislativos do Senado foram presos pela Polícia Federal na sexta-feira (21) – entre eles o diretor da força, Pedro Ricardo Carvalho, tido como homem de confiança do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Eles teriam vasculhado imóveis particulares de senadores investigados na Lava Jato em busca de escutas telefônicas configurando, segundo a PF, em desvio de finalidade de suas atribuições. A ação teria beneficiado ao menos dois parlamentares – Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Fernando Collor (PTC-AL) – e dois ex-senadores – Edison Lobão (PMDB-MA) e José Sarney (PMDB-AP). Todos negam ter cometido ilegalidades. A Operação Médis foi determinada pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal.

22 OUT 2016

23 OUT 2016

Força-tarefa e políticos estão num jogo de forças, diz analista

● O professor de Ética e Filosofia Política Roberto Romano, da Unicamp, avalia que os acontecimentos dos últimos dias mostram que a Lava Jato e os políticos estão numa espécie de jogo de forças. Segundo ele, já era esperada a reação de autodefesa dos congressistas, exemplificada pelas tentativas de obstruir as investigações e pelo projeto que aumenta a punição para o abuso de autoridade.

“Foi isso que aconteceu na Itália com a Operação Mãos Limpas”, diz Romano. A Mãos Limpas atingiu duramente os políticos italianos, tal como a Lava Jato no Brasil. A reação do Parlamento da Itália foi criar leis para dificultar investigações. O professor diz que o Brasil tem de evitar que isso ocorra.

Remédio tópico

Romano alerta que, embora a Lava Jato cumpra um papel importante, a operação tem sido apenas um “remédio tópico” contra a corrupção no país. De acordo com ele, prisões como a do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) revertem a expectativa negativa que a sociedade tem sobre o funcionamento das instituições brasileiras. Mas não atacam o grande problema: a própria estrutura do Estado, que concentra o orçamento na União. Essa estrutura faz com que prefeitos e governadores fiquem dependentes do governo federal e do Congresso para obter verbas. E, a partir dessa necessidade, se estabelecem relações de influência que fomentam a corrupção. Romano afirma que o país só vai sair desse círculo vicioso quando modificar essa estrutura. (FM)

22 OUT 2016

23 OUT 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Divulgação/TJPR

O desembargador Fabio Haick Dalla Vechia, do Tribunal de Justiça, cumprimenta o juiz Sergio Moro após a palestra que ele deu aos magistrados e servidores da justiça estadual na manhã de quinta-feira sobre Corrupção sistêmica e Justiça Criminal.



22 OUT 2016

23 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CASO CASA KLEMTZ

Greca autoriza entrada em chácara e pede que Justiça indique perito

● O candidato Rafael Greca (PMN) pediu formalmente que o juízo da 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba nomeie um perito para analisar as peças que estão na sua chácara em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. O caso foi alvo de polêmica durante o primeiro turno da campanha eleitoral na capital, após vir à tona a suspeita de que três itens extraviados da Casa Klemtz, sob responsabilidade da Fundação Cultural de Curitiba, estariam na Chácara São Rafael, de propriedade do ex-prefeito. Entre os objetos estão uma fonte, um lavatório e uma cristaleira. Segundo a advogada da coligação Curitiba, Inovação e Amor, Vanessa Volpi, a perícia foi solicitada porque, terminada a polêmica eleitoreira, Greca sentiu a necessidade de passar o problema a limpo. "Agora é uma questão pessoal para o Rafael Greca. Ele foi chamado de tudo de horrível", explicou a advogada.

A divulgação do pedido de perícia acontece após o recente ingresso de um advogado na Justiça para que o caso das peças que sumiram da Casa Klemtz seja apurado. Até então, Greca se negava a abrir a propriedade para averiguação da imprensa dizendo que só permitiria a visita após as eleições.

24 OUT 2016

GAZETA DO POVO

● MAGISTRATURA

Mais de 10 mil juizes recebem acima do teto

Agência O Globo

● Três em cada quatro juizes brasileiros receberam remunerações acima do teto constitucional, revela levantamento feito pelo jornal *O Globo* analisando as últimas folhas salariais dos 13.790 magistrados da Justiça comum brasileira, a maioria de agosto. São 10.765 juizes, desembargadores e ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que tiveram vencimentos maiores do que os R\$ 33.763 pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Pela Constituição, esse deveria ser o maior valor pago aos ocupantes de cargos ou funções públicas, e lá está expresso que nesse limite estão incluídas “vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza”.

Para driblar o teto, porém, os tribunais pagam aos magistrados recursos a títulos variados de “indenizações”, “vantagens” e “gratificações”, com respaldo legal dado por decisões do próprio Judiciário ou resoluções dos conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e da Justiça Federal (CFJ), que têm a atribuição de fiscalizar esse poder.

Média

O levantamento revela que a média das remunerações recebidas por magistrados da Justiça comum é de R\$ 39,2 mil. Esse valor exclui, quando informado pelas cortes, os pagamentos a que fazem jus todos os servidores dos três poderes: férias, 13.º salário e abono permanência, montante pago a todo servidor que segue na ativa mesmo já podendo ter se aposentado.

A média dos rendimentos nos tribunais estaduais ficou em R\$ 39,4 mil, acima da obtida na Justiça Federal, de R\$ 38,3 mil. No entanto, no âmbito federal nove em cada dez magistrados (89,18%) ultrapassaram o limite constitucional, porcentual maior que os 76,48% registrados nos tribunais estaduais. No STJ, 17 dos 31 ministros receberam mais do que os ministros do STF, graças a indenizações como auxílio-moradia e ajuda de custo.

Ex-ministra do STJ e ex-corregedora do CNJ, Eliana Calmon critica os dribles ao teto: “Isso desgasta a imagem do Judiciário. Auxílio-moradia: todo mundo mora. Por que o juiz vai receber? É ridículo”.

DEFORMAÇÃO

Atual secretário do Programa de Parceria de Investimentos do governo federal, o ex-deputado Moreira Franco foi o responsável por relatar a emenda constitucional que fixou o teto, em 1998. “Lembro que eu sempre insistia: teto é teto, não pode ter claraboia. Com o tempo, e uma certa leniência com o rigor na fiscalização, foi se gerando essa deformação”.

Plenário do STF durante a posse da ministra Cármen Lúcia como presidente. No Brasil, 10.765 magistrados ganham mais do que os membros da corte suprema.

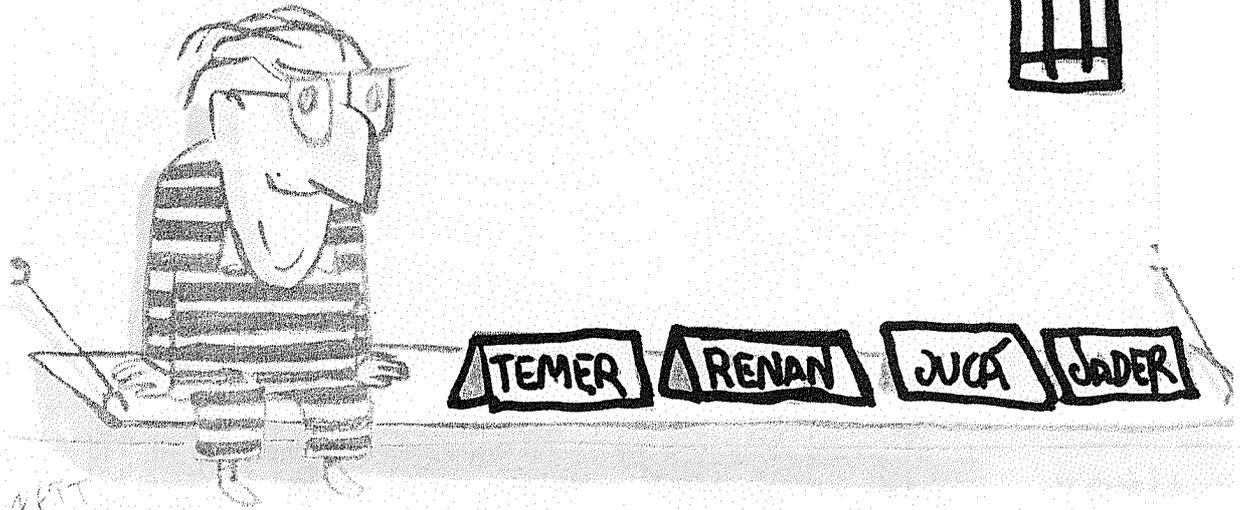


24 OUT 2016

GAZETA DO POVO

BENETT

GUARDANDO LUGAR



24 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Rio tem novo caso de estupro coletivo

● O Rio de Janeiro teve mais um caso de estupro coletivo. Uma mulher de 34 anos foi abusada por dez homens. O caso ocorreu na segunda-feira passada (17), em São Gonçalo, no Grande Rio, mas só veio à tona neste fim de semana.

A delegada titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher em São Gonçalo, Débora Rodrigues, vai pedir a inclusão da mulher que foi vítima de estupro coletivo na última segunda-feira (17) no bairro da Lagoinha no Programa de Proteção à Testemunha. Segundo a delegada, ela vem sendo ameaçada de morte pelos criminosos que ainda não foram presos.

“Tendo em vista que ela denunciou traficantes do local, entendo que o caso é muito grave. Depois que fez o registro (da ocorrência) ela passou a ser ameaçada”, disse a delegada. O pedido será encaminhado nesta segunda-feira (24) à subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, mas a vítima já foi retirada de São Gonçalo.

REINALDO BESSA

Argumento

- Os deputados que fazem parte da Comissão Especial que analisa o projeto de lei anticorrupção participam do encontro regional hoje na Assembleia Legislativa, às 9h, com a presença do juiz Sergio Moro, do procurador Deltan Dallagnol e de representantes do Instituto MUDE.

22 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Os podres da República e a sorte de Moro

Bastou a prisão de Eduardo Cunha para que as nuvens ficassem mais carregadas e os dilemas da República se agigassem.

Já se sabia de tudo, mas a prisão trouxe à tona uma trajetória que chama atenção pela longevidade, pela desfaçatez e pelo tamanho das ilicitudes. Cunha tem peso próprio, não é um qualquer quando se trata de exploração das brechas existentes na legalidade e na cultura político-administrativa do Estado brasileiro. É um profissional. As acusações contra ele abrangem um leque impressionante de fraudes, negócios escusos, abusos e irregularidades. Vêm lá de trás, mais ou menos do final dos anos 1980. Como foi possível sobreviver durante tanto tempo e seguir uma carreira ascendente que poderia tê-lo levado à Presidência da República? O sistema assistiu impassível à performance, que teria continuado se não houvesse a Lava Jato.

No mínimo por isso, o juiz Sergio Moro merece aplausos. Ele está a desnudar os podres de nossa vida estatal, valendo-se de uma obstinação que o tem ajudado a resistir a intempéries mil, ainda que o levando em certos momentos ao limite da temperança e da moderação.

As vozes mais sensatas e certas da República afirmam que a pressão sobre Moro aumentará terrivelmente. A prisão de Cunha fará um tsunami desabar sobre o juiz, impulsionado tanto pelos ventos que sopram do lado dos que não desejam o prosseguimento da Lava Jato, quanto pelos vagalhões produzidos por aqueles que não gostam do estilo de Moro e o veem como autoritário. No governo Temer, no Congresso,

No governo Temer, no Congresso, na oposição, quem tem rabo o preso está suando frio

e na oposição, quem tem o rabo preso está suando frio. A lógica das coisas aponta na direção deles. Decaído o chefe, é de esperar que o restante dos dominós caia também, ou seja ao menos ameaçado. Sobretudo se Cunha der com a língua nos dentes, contar o que sabe, com quem tramou, por que o fez, quanto ganhou e quanto distribuiu. Nitroglicerina pura, que será por ele usada com inteligência estratégica e instinto de sobrevivência, atributos que não lhe faltam.

Noday after da prisão, não faltou quem fizesse a ilação apresada: Cunha derrubará Temer ou lhe roubará as bases de apoio a ponto de levar seu governo à asfixia. Setores da direita e sebastianistas de esquerda deram-se as mãos, desavergonhadamente, para atacar as detenções preventivas decretadas por Moro. Alegaram que elas ferem o Estado de Direito, que a prisão de Cunha não passaria de pretexto para prender Lula, que a Lava Jato teria criado a imagem da “corrupção sistêmica” só para justificar o arbítrio da república de Curitiba e “criminalizar o PT”. Cunha seria mais uma vítima desse procedimento judicial que fere a justiça, abusa da autoridade e desrespeita direitos.

Moro respondeu quase de imediato. Em palestra feita em Curitiba para desembargadores e juizes do Paraná, reiterou que a “aplicação vigorosa da lei” é o único meio de conter casos de “corrupção sistêmica”. As detenções cautelares seriam indispensáveis, até para

deixar estabelecido que “processos não podem ser um faz de conta”. E explicou: “Jamais e em qualquer momento se defendeu qualquer solução extravagante da lei na decretação das prisões preventivas”. Seria preciso manter viva a “fé das pessoas para que a democracia funcione”, ou seja, impedir que se perca a “fé maior, de que a lei vale para todos”.

Evidenciou-se assim que o juiz sabe que a pressão sobre ele continuará a crescer. A coisa toda, no fundo, pode ser vista de forma mais simples.

Quando gente de direita e de esquerda se une para atacar um juiz, é porque há algo de muito errado no xadrez político. A causa, no mínimo, torna-se suspeita de antemão, especialmente quando estruturada para proteger pessoas que estão a ser investigadas há tempo, com provas que se superpõem e se acumulam.

Um juiz tende a ter atrás de si todo o sistema da Justiça: outros juizes, promotores, procuradores, tribunais, leis, jurisprudências, ritos consagrados, policiais federais. Moro não é, evidentemente, uma unanimidade entre seus pares e há muito conflito entre os órgãos e os aparatos de investigação e penalização. Mas, de algum modo, atacar hoje um juiz como ele pode significar um ataque ao conjunto do sistema.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 OUT 2016

Afinal, tudo parece indicar que a “corrupção sistêmica” está aí e atingiu níveis graves, que precisam ser contidos não só por uma questão de justiça, mas também por uma questão operacional: o sistema enfartará se não for “purificado” e esvaziado de trambiques e sujeira. Se é assim, em maior ou menor grau, Moro tem razão quando fala que “a condição necessária para superar a corrupção sistêmica é o funcionamento da Justiça”. Não haveria por que propor alguma espécie de “solução autoritária”, mas é preciso que se tenha vontade para que os processos cheguem a bom termo.

Ações judiciais na esfera política são acompanhadas com interesse pela sociedade, especialmente numa época de informações intensivas e protagonismo das opiniões. O cidadão assiste àquilo como parte de uma “limpeza” que ele gostaria de ver realizada. Muitas vezes joga o bebê fora junto com a água do banho: condena todos os políticos sem se esforçar para perceber que há diferenças entre eles, raciocina com o fígado e bate em todos como se fossem farinha do mesmo saco.

Se uma sociedade rejeita a corrupção sistêmica, o enriquecimento ilícito e os políticos “sujos”, com seus empresários a tiracolo, então não será o ataque a um juiz que vai convencê-la do contrário. Tal ataque, porém, se bem-sucedido, poderá fazer com que ela não se mobilize.

Até prova em contrário, se a sociedade assim quiser e souber se manifestar, Moro seguirá em frente, contra o sistema político que deseja seu silêncio, contra o governo e a oposição, contra o histrionismo da direita e as lágrimas de crocodilo da esquerda.



PROFESSOR TITULAR DE TEORIA
POLÍTICA E COORDENADOR DO
NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISES
INTERNACIONAIS DA UNESP

22 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

'Aprovação da lei de abuso pode ser o fim da Lava Jato'

Procurador regional da República Carlos Fernando dos Santos Lima vê influência do governo em projeto que pode dificultar a operação

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

Fausto Macedo

O procurador regional da República Carlos Fernando dos Santos Lima faz um alerta: "A aprovação da lei de abuso de autoridade pode significar o fim da Operação Lava Jato". O mais experiente dos investigadores da força-tarefa criada em Curitiba para investigar corrupção na Petrobrás disse ainda ver "influência" do governo Michel Temer (PMDB) na proposta em tramitação no Senado e afirmou que deixará a força-tarefa se o projeto virar lei.

"A aprovação da lei de abuso de autoridade pode significar o fim da Operação Lava Jato, inclusive eu, pessoalmente, se essa lei for aprovada, não vou continuar (na força-tarefa)", afirmou o procurador ao Estado.

No mais duro ataque de um membro da Procuradoria da República à proposta de lei que estipula punições a autoridades por abuso de poder, Carlos Fernando diz "ver a influência" do governo na tentativa de aprovar o projeto. "Eu vejo, nisso tudo, apesar de todas as negativas, a influência do governo atual, porque não podemos deixar de perceber que as pessoas que patrocinam essas medidas, são exatamente aquelas que fazem parte do comando da base de apoio do atual presidente."

O projeto de lei para reformar a antiga Lei de Abuso de Autoridade, que é de 1965, estava engavetado desde 2009 até receber,

neste ano, um texto substitutivo, de autoridade do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) – que quase não faz propostas de lei na Casa.

A nova proposta é criticada por investigadores e entidades representativas do Judiciário e do Ministério Público, que veem no texto uma forma de engessar investigações contra criminosos de colarinho branco.

"O texto do projeto tem por finalidade principal criar constrangimento para quem investiga situações envolvendo pessoas poderosas, especialmente empresários e políticos. Nós não vamos ficar à mercê, como já acontece hoje com as inúmeras representações que a gente recebe, de ações penais privadas propostas por qualquer um que se sinta incomodado", avaliou o procurador.

Carlos Fernando foi alvo de representação movida pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho Nacional no Ministério Público, por conduta indevida nos processos da Lava Jato – caso arquivado pelo colegiado. "É uma lei absurda. Justificam (os defensores do projeto) que a proposta é para punir a 'carteirada', mas ela não está lá no texto. Mas criam tamanha dificuldade para julgadores e investigadores e acusadores."

"O que uma lei dessa vai propiciar é um esquema – e aí está a inteligência do negócio – no qual não vai haver mais lava jatos de nenhuma espécie. A não ser que a pessoa arrisque sua vi-

da pessoal e profissional. Porque ela vai ser ameaçada por corruptos e bandidos em geral, porque vai estar exposta a todo tipo de retaliação. Eu posso sofrer uma ação penal privada, é um absurdo", disse o procurador.

Contraofensiva. Para o procurador da Lava Jato, seria uma primeira contraofensiva efetiva do governo contra o combate à corrupção no País, que apresentará a volta do sistema em que ricos e poderosos não vão para a cadeia. "Vamos voltar para o modelo de Justiça criminal para os pobres. Que é o que sempre vimos. Até o Caso Banestado, tem um livro da doutora Ela (Wiecko) Castilho (ex-procuradora da República) em que ela mostra que até aquela época (fim da década de 1990) não havia punição por colarinho branco. Até hoje, se juntar toda população carcerária, não chega nem perto de 1%."

CONTINUA

22 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● **Constrangimento**

“A aprovação da lei de abuso de autoridade pode significar o fim da Operação Lava Jato, inclusive eu, pessoalmente, se essa lei for aprovada, não vou continuar *(na força-tarefa)*.”

“O texto do projeto tem por finalidade principal criar constrangimento para quem investiga situações envolvendo pessoas poderosas, especialmente empresários e políticos. Nós não vamos ficar à mercê, como já acontece hoje com as inúmeras representações que a gente recebe, de ações penais privadas propostas por qualquer um que se sinta incomodado.”

Carlos Fernando dos Santos Lima

PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA

Renan tirou texto da ' gaveta '

O projeto que altera a lei de abuso de autoridade voltará a ser discutido e votado no Senado mês de novembro, segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR), presidente da comissão especial e relator da proposta. O texto de 2009 foi desengavetado em junho deste ano pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Entre as medidas passíveis de punição a agentes públicos estão, por exemplo, a publicidade da investigação antes da ação penal instaurada ou o constrangimento causado por depoimento sob ameaça de prisão.

CONTINUA

22 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Gilmar Mendes diz que Brasil 'necessita' da proposta

Para ministro do STF, há no País 'prática de abuso de autoridade'; ele afirma não se incomodar com representação de entidade

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes reforçou ontem o apoio à proposta que atualiza a lei de abuso de autoridade, em tramitação no Senado. Gilmar considerou a necessidade da proposta porque, segundo ele, no País, "há uma prática de abuso de autoridade que vai de A a Z".

"No Brasil há uma prática de abuso de autoridade que vai de A a Z, do juiz ao promotor, ministro, guarda de trânsito, parlamentares. Por isso, nós necessitamos de uma nova lei de abuso de autoridade", comentou o ministro, que também disse que vai continuar fazendo comentários que julga pertinentes.

Gilmar também afirmou ontem que não se incomoda com a representação feita pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) contra ele. A entidade protocolou na Procuradoria-Geral da República anteontem pedido de apuração e "possível abertura de inquérito criminal", em função de declarações do ministro durante sessão plenária no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na terça-feira. Na ocasião, Gilmar, que preside o TSE, disse que "promotores e juizes ameaçam parlamentares com a Lei da Ficha Limpa (...) e não querem a Lei de Abuso de Autoridade porque praticam, às escâncaras, o abuso de autoridade. (...) Ao empoderarmos determinadas corporações, estamos dando a eles o poder que eles precisam para fazer esse tipo de chantagem."

● Necessidade

"No Brasil há uma prática de abuso de autoridade que vai de A a Z, do juiz ao promotor, ministro, guarda de trânsito, parlamentares. Por isso, nós necessitamos de uma nova lei de abuso de autoridade."

"Com o Bolsa Família, generalizado, querem um modelo de fidelização que pode levar à eternização no poder. A compra de voto agora é institucionalizada."

Gilmar Mendes

MINISTRO DO STF E PRESIDENTE DO TSE

O ministro participou ontem do seminário Soluções para Expansão da Infraestrutura no Brasil, promovido pela Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Acraham) e pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), em São Paulo.

Gilmar criticou ainda o programa Bolsa Família, que considera como uma forma de comprar votos e "eternizar" um governo no poder. "Com o Bolsa Família, generalizado, querem um modelo de fidelização que pode levar à eternização no poder. A compra de voto agora é institucionalizada (*com o programa*)", comentou o ministro.

O presidente do TSE também defendeu a realização de uma reforma político-eleitoral. "Estamos vivendo no âmbito político-eleitoral uma realidade de caos, verdadeiro caos. Nós temos que fazer uma reforma político-eleitoral." Ele citou a existência de 35 partidos políticos, sendo 28 no Congresso, e que muitos deles são criados para arrecadar recursos do Fundo Partidário e negociar tempo de propaganda eleitoral. / **ÁLVARO CAMPOS, DANIEL WETERMAN, DAYANNE SOUSA e LUCIANA COLLET**

22 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Gilmar Mendes compara TST a tribunal soviético

Para ministro do STF, Justiça trabalhista trata o trabalhador quase como um 'sujeito dependente de tutela'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes comparou ontem a Justiça trabalhista brasileira a uma estrutura soviética. "Isso é curioso, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) é na maioria formado por pessoal que poderia integrar até um tribunal da antiga União Soviética", disse. Ele falou que essa situação foi superada no Supremo, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal de Contas da União (TCU).

Mendes apontou que há uma "má vontade" no excesso da judicialização no TST, fazendo com que o capital exporte o emprego do Brasil para fora. "Houve aqui uma radicalização à jurisprudência, no sentido de uma hiperproteção ao trabalhador, tratando quase como um sujeito dependente de tutela", complementou o ministro, que participou do seminário "Soluções para Expansão da Infraestrutura no Brasil", promovido pela Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Acmham) e pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), em São Paulo.

Para Mendes, o aparelhamento na Justiça do Trabalho ocorreu por segmentos surgidos do modelo sindical que se desenvolveu no País.

O ministro defendeu que é preciso fortalecer a desjudicialização das relações de trabalho e

consumo, para dar prioridade ao julgamento de crimes contra a vida. "Grandes desvios estão sendo feitos e nós estamos nos ocupando de ações menores", falou. Ele chamou a atenção para o fato de a Justiça brasileira ser "mais cara do mundo", consumindo 1,3% do PIB.

Em resposta a Gilmar Mendes, o presidente do TST disse, em nota, que "lamenta profundamente o ocorrido, registrando ter sido infeliz a forma como se expressou Sua Excelência, não se admitindo dar à Corte tal tratamento, nem a nenhum de seus ministros".

Bolsa Família. Gilmar Mendes, que é também o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também criticou o programa Bolsa Família como forma de comprar votos e "eternizar" um governo no poder.

"Com o Bolsa Família, generalizado, querem um modelo de fidelização que pode levar à eternização no poder. A compra de voto agora é institucionalizada (com o programa)", comentou o ministro. Ele apontou que a Justiça Eleitoral não se preparou para esse tipo de situação, como quando apontou o arquivamento da ação que pedia investigação das contas de Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2014. / **ÁLVARO CAMPOS, DANIEL WETERMAN E DAYANNE SOUSA**

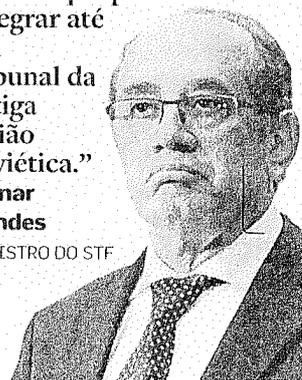
● Avaliação

"Isso é curioso, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) é na maioria formado por pessoal que poderia integrar até

um tribunal da antiga União Soviética."

Gilmar Mendes

MINISTRO DO STF



22 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

'Japonês da Federal' retira a tornozeleira eletrônica

Newton Ishii, conhecido pela escolta de presos na Lava Jato, tem a pena por facilitação de contrabando reduzida

O agente da Polícia Federal Newton Ishii, que se tornou conhecido durante a Operação Lava Jato como o "Japonês da Federal", está livre da tornozeleira eletrônica. Ele foi beneficiado por uma redução da pena a que foi condenado por facilitação de contrabando na fronteira de Foz do Iguaçu.

Ishii ficou famoso na Lava Jato porque fez a escolta de empreiteiros, doleiros, políticos e ex-dirigentes da Petrobrás capturados durante a operação.

O "Japonês da Federal" foi condenado a quatro anos e dois meses no processo sobre contrabando. Em 10 de junho deste ano, a Justiça autorizou que o agente da PF ficasse livre, mas com uso de uma tornozeleira eletrônica.

Ishii voltou à cena no início de setembro passado, quando escoltou à prisão da Polícia Federal o empreiteiro Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, detido por ordem do juiz federal Sérgio Moro na ação penal em que é réu com o ex-senador Gim Argello (PTB-DF).

Trabalho. Como continuou trabalhando, a pena do "Japonês da Federal" sofreu um abatimento – a legislação sobre execução penal prevê que, a cada três dias de labor, o réu é beneficiado com um dia a menos da pena. / F.M., JULIA AFFONSO e MATEUS COUTINHO

Alberto Youssef é autorizado a ir para prisão domiciliar

Dois anos e oito meses depois de ser preso na Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef, delator que apontou o envolvimento de empreiteiros e políticos no esquema de corrupção o na Petrobrás entre 2004 e 2014, poderá ir para casa. Ele foi autorizado pelo juiz Sérgio Moro a cumprir sua pena em regime domiciliar, mas terá de cumprir uma série de medidas.

Youssef vai sair da carceragem da PF no dia 17 de novembro – ele foi condenado em vários processos, mas pelos termos do acordo de colaboração recebeu pena máxima de três anos em regime fechado.

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Pode, não pode

O Poder Judiciário pode, sim, autorizar a polícia a fazer uma investigação no Senado, sem que isso signifique desrespeito a um poder da República. Quem afirma é o jurista **Carlos Ari Sundfeld**, lembrando que o Congresso é “um prédio público como os outros” – e, desde que autorizada, a PF pode até buscar pessoas lá dentro. “O Senado não é território autônomo e não é Embaixada”.

Sundfeld falou à coluna, também, sobre outra polêmica que tomou o mundo político ontem: a polícia legislativa pode, sim, adotar medidas que garantam o direito dos congressistas à privacidade, e não só dentro do Congresso. “É normal que eles tratem de assuntos de natureza sigilosa. Cabe à Justiça, em caso específicos, provar que houve abuso ou ilicitude.”

Quem sobe

À sombra da Lava Jato, da Greenfield e de outras operações da PF, quem está em alta são as seguradoras que trabalham com o chamado Seguro Garantia Judicial.

Para que serve? Com ele, a empresa obtém garantia de honrar compromissos nos acordos feitos – ou por fazer – com o Ministério Público, sem penhora de bens nem fiança bancária. Em uma dessas seguradoras, a BR Insurance, o setor cresceu 45%, este ano, comparando com o mesmo período de 2015.

Tamo junto

Temer fez parceria com **Gilmar Mendes** e **Dias Toffoli**... em um livro. O presidente fez o prefácio, Gilmar atualizou o texto (com ajuda de **Arnoldo Wald**) e Toffoli fez o posfácio de nova edição de *Mandado de Segurança e Ações Constitucionais*, de **Hely Lopes Meirelles**.

Para marcar os 100 anos do autor e 50 da primeira edição.

22 OUT 2016

STF pode rever regra que blinda governadores

Está nas mãos da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, a decisão de pausar ou não um tema polêmico que afeta diretamente os governadores. São ações que questionam a necessidade de autorização prévia dos deputados estaduais para processar e julgar os chefes de Estado locais. No modelo atual, os governadores se tornam intocáveis, nas palavras de um ministro, uma vez que formam maioria parlamentar com razoável facilidade e conseguem controlar as votações dentro das Assembleias Legislativas.

➤ **Dados.** Nos últimos 15 anos, apenas a Assembleia de Rondônia autorizou o STJ a processar o então governador Ivo Cassol.

➤ **Arquivo morto.** No período, contabilizam-se 15 pedidos negados e 35 nem sequer foram analisados no mandato do chefe de Estado. No momento, seis processos esperam ordem das Assembleias para andar.

➤ **Pode mudar.** Um dos casos mais recentes envolve o governador de Minas, Fernando Pimentel, indiciado pela PF por corrupção e lavagem de dinheiro. O caso está parado à espera da Assembleia. Se o STF mudar o entendimento antes, o processo volta a andar no STJ.

23 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO
Reportagem Especial *
Violência contra a mulher

A JUSTIÇA SOLTOU. E ELES MATARAM AS MULHERES

Elas denunciaram ameaças e agressões e,
mesmo assim, os homens ficaram livres

Alexandre Hisayasu

Uma vela de sete dias ainda queimava ao lado do corpo de Mariana Marcondes, de 44 anos, quando ela foi encontrada por familiares no apartamento onde morava, no Belém, zona leste de São Paulo. Segundo a polícia, após uma discussão, a mulher foi morta pelo ex-marido, o consultor financeiro Chateaubriand Bandeira Diniz Filho, de 51 anos, em 17 de setembro. Vizinhos disseram que ouviram gritos da vítima e de um dos filhos pedindo que o pai parasse. Após o crime, ele arrumou as malas junto com as duas crianças, um menino e uma menina, e foi para o Rio, onde deixou os filhos na casa da avó.

O homem voltou para São Paulo dois dias depois e teve a prisão temporária decretada pelo juiz Roberto Zanichelli Cintra, do 1.º Tribunal do Júri. O mesmo magistrado, porém, mandou soltar Diniz, no dia 4 deste mês, após se convencer de que ele não oferecia mais risco ao andamento do processo e que também havia confessado o crime. O promotor Felipe Zilberman recorreu da decisão, ofereceu denúncia e pediu a prisão preventiva do acusado. A juíza Marcela Raia de Sant'Ana deferiu o pedido, e Diniz foi preso novamente na terça-feira, no Rio.

Levantamento do Ministério Público Estadual (MPE) aponta que, antes de denunciar um crime de violência

doméstica, a mulher já sofre agressões, em média, há mais de nove anos. Ela chega até as autoridades abalada e sem confiar em ninguém. É preciso um trabalho psicológico intenso para que comece a dar detalhes que possam instruir uma investigação.

Há casos em que a Justiça nega proteção à mulher mesmo quando ela pede socorro. A consequência é que os agressores voltam a atacar, uma ação que não raro termina na morte de suas vítimas. O **Estado** encontrou três casos desse tipo nos fóruns da capital paulista.

Para o irmão de Mariana, Maurício Marcondes, de 48 anos, a morte dela poderia ter sido evitada. Em dezembro de 2015, Diniz foi condenado a dois anos de reclusão por agressão e cárcere privado contra a mulher. Um ano antes, ela pedira medidas protetivas à Justiça, por meio do Ministério Público, para ficar longe do então companheiro. O juiz Luís Fernando Decoussau Machado negou a medida, que foi mantida no Tribunal de Justiça.

Em seu despacho, o juiz afirmou que não havia provas ou testemunhas que comprovassem as acusações de agressão. Na ocasião, Mariana disse que recebeu puxões de cabelo, empurrões, levou socos no rosto e nas costas. "Nós todos estamos muito tristes, porque a Justiça não fez nada. É só mais um caso para as estatísticas criminais", disse o irmão.

CONTINUA

23 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ameaça. Em 1.º de fevereiro de 2015, a passadeira Perla Ramirez, de 40 anos, parou uma viatura da Polícia Militar e pediu socorro. Ela afirmou que havia acabado de ser agredida e ameaçada de morte pelo ex-companheiro. Os PMs foram até a casa deles, no Bom Retiro, região central. Lá, encontraram um simulacro de uma arma, que era usado por Gustavo Ramon Mendez Albizo, de 31 anos. Ele foi preso em flagrante com base na Lei Maria da Penha.

Dois dias depois, o mesmo juiz Decoussau, que atua na Vara de Violência Doméstica e decidiu também no caso de Mariana Marcondes, soltou Albizo e aplicou medidas protetivas para que ele mantivesse distância da vítima e não a procurasse no trabalho. Albizo matou Perla no dia 21 do mesmo mês. Ele foi condenado a 15 anos de prisão.

Já a enfermeira Fernanda Sante Limeira, de 35 anos, teve dois pedidos de medidas protetivas negados pela Justiça antes de ser morta pelo ex-marido, Ismael dos Santos Praxedes, de 38, na porta da Unidade Básica de Saúde (UBS) onde trabalhava, na República, região central de São Paulo, em julho. Ela se queixava de agressões e ameaças.

Segundo as investigações da polícia, Fernanda e Praxedes disputavam a guarda da filha, e o ex-companheiro não aceitava a separação. Depois que as agressões começaram, ela buscou ajuda na Justiça e pediu medidas protetivas.

No último indeferimento, 52 dias antes de Fernanda ser morta, a juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves disse que "os elementos são frágeis, haja vista a violência que se vislumbra na intensa disputa pela filha, desde a separação, a qual não se confunde com violência baseada no gênero". Para Dalva Limeira, tia de Fernanda, "a Justiça sempre foi omissa com ela. Há um calhamaço de boletins de ocorrência e ninguém fez nada". / COLABOROU FELIPE RESK

Segundo TJ, até agosto, 7 mil medidas protetivas foram deferidas em SP

● O Estado pediu entrevista com os juizes citados na reportagem. O Tribunal de Justiça informou que a Lei Orgânica da Magistratura impede que juiz fale sobre o processo em que atuou. O TJ-SP informou que foram deferidas 10.711 medidas protetivas na capital em 2015, e 7.141 até agosto deste ano. Mas não informou a quantidade de pedidos negados.

O Ministério Público Estadual constatou que 71 mil casos, entre processos e inquéritos, tramitaram nas Varas de Violência Doméstica da capital em 2015. Sobre o caso de Mariana Marcondes, o promotor Felipe Zilberman disse que é um exemplo de feminicídio. "A vítima vem de um histórico de agressões e humilhações, pediu socorro ao Estado e o socorro não veio. No fim, o ex-companheiro cumpriu a promessa e a matou." O advogado de Chateaubriand Bandeira Diniz Filho, Alexandre de Sá, não respondeu aos telefonemas da reportagem.

Para a promotora Fabiola Sucasas, do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), a sociedade tem a tendência de banalizar a violência contra a mulher. "Quando ela pede socorro e é negado, ela não tem mais a quem recorrer." A desembargadora Ivana David explicou que as decisões judiciais são baseadas nos indícios apresentados pela polícia ou promotoria. "Os pedidos devem ser feitos com profundidade, pois quem vai decidir não teve contato com a vítima." / A.H.

CONTINUA

ACUSADO DE ESTUPRAR A NETA DURANTE DEZ ANOS ESTÁ LIVRE

Um ano e oito meses após ser preso por suspeita de abusar sexualmente da neta durante dez anos, José Carlos de Almeida, de 68, ganhou da Justiça, na quarta-feira, o direito de responder às acusações em liberdade. Segundo as investigações, Almeida violentou a neta dos 5 aos 15 anos e filmou os abusos. No computador dele, os investigadores acharam mais de 12 mil fotos e vídeos de seus crimes.

A decisão do juiz Xisto Albarelli Rangel Neto, da Vara de Violência Doméstica de São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo, levou em consideração o fato de Almeida estar há mais de um ano preso e que, no entender do magistrado, não oferece mais risco ao andamento do processo.

A família da menina está indignada. A vítima ficava sozinha com o acusado enquanto a mãe, a avó (mulher dele) e o tio saíam para trabalhar. “Ele colocou várias câmeras no apartamento e ninguém entendia o motivo. Ele dizia que era questão de segurança. Só depois soubemos que era para gravar os estupros”, contou o tio da menina, que hoje mora em Brasília com a mãe.

O tio e os demais familiares só ficaram sabendo da rotina de abusos praticados por Almeida no dia em que ele foi preso, em fevereiro do ano passado. “Ele tinha de ficar preso o resto da vida. Como pode ele não oferecer mais risco? Soubemos que tentou abusar da prima da vítima, que é mais nova, mas ela conseguiu escapar. Ele tem de voltar para a cadeia”, afirmou.

A Delegacia de Combate à Pedofilia apurou que, após abusar da menina, Almeida a pressionava para não contar nada para ninguém. “Ele dizia que, se alguém ficasse sabendo, ele mataria algum familiar dela”, contou um dos investigadores.

Foi a própria vítima quem revelou os abusos à mãe, quando se mudou para Brasília. Ela voltou a São Paulo para prestar depoimento e fez um mapa do apartamento, indicando o posicionamento das câmeras que gravavam os abusos. “Ela confiou na Justiça. E a Justiça soltou esse homem, que a violentou por 10 anos e filmou tudo. Eu nunca mais consegui dormir depois que vi os vídeos na delegacia”, contou o tio. /A.H.

O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS AYRES BRITTO

23 OUT 2016

Bob Dylan e a Constituição brasileira

Justa é a concessão do Prêmio Nobel de Literatura a Bob Dylan. Isso a partir da fidedignidade da decisão ao significado mesmo do termo "literatura". Que traduz a arte de se expressar por letras ou signos linguísticos. Equivale a dizer: literatura e arte de se exprimir por letras de um dado vernáculo mantêm entre si uma relação necessária. Relação de olho e pálpebra ou de tímpano e audição. É só consultar "O Aurélio" para ver que literato é sinônimo de escritor. De homem de letras. De pessoa que faz da sua língua-pátria um veículo de comunicação intersubjetiva tão facilitada quanto clara e sedutora. Atraente. Que não é senão um modo estético-original de se comunicar.

Ora, Bob Dylan costuma fazer as letras de suas próprias canções. É um letrista, portanto. Alguém reconhecidamente identificado com um tipo vocabular de comunicação que é meio de vida e razão de viver. O ar profissional, consciencial e ainda espiritual que ele respira. Por isso que letrista inatamente afeiçoado ao ritmo, à pulsão, à plasticidade, às pausas, à sonoridade, aos links e possibilidades semânticas dos termos e fraseados que adiciona à sua comunicação propriamente melódica. Fazendo-o por um modo inovadoramente poético. Poético na forma e de um conteúdo otimizada-mente conciliador de emoções e ideias. Emoções tão profundas quanto abertas, ideias tão arejadas quanto corajosas, pois somente assim, pela mais entranhada simbiose entre quociente emocional (QE) e quociente intelectual (QI), é que letra de música se pode ele-

**Que os civilizados e
pinaculares princípios de
humanidade orientem
as medidas contra a crise**

var à dimensão da poesia. A arte da poesia, que passa a se colocar a serviço da arte da música. Ou vice-versa: a arte da música a se colocar a serviço da arte da poesia, quando a letra que se faz poema vem antes da composição musical.

Não se esgota, porém, nessa opinião do justo prêmio o ato da Academia Sueca. Ele também resgata o correto juízo de que literatura e poesia não são como água e óleo. São, isso sim, gênero e espécie, respectivamente. Continente e conteúdo, se se prefere dizer. A literatura a abarcar a poesia, então, assim como abarca o romance, o conto e a crônica, pouco importando se os respectivos conteúdos sejam obra de realidade ou de ficção. Ou de ficção e realidade, mescladamente. Tanto quanto é possível categorizar como literatura toda empreitada biográfica. Apenas com a peculiaridade de que as obras de cunho biográfico ainda ocupam o espaço das pesquisas e descrições historiográficas. Já no que toca aos artigos, reportagens e editoriais jornalísticos, bem, é do meu pensar constituírem eles uma realidade à parte. A realidade em si do jornalismo, tão distinta da literatura quanto diferentes são os escritos dos teóricos e dos profissionais do Direito. Cada qual dessas duas categorias com o seu preciso e elegante estilo redacional.

Sigo em frente, agora para dizer que todo poeta verdadeiro, assim como todo artista de fato, substitui a memória pela imaginação ("Imaginação é a memória que enlouqueceu",

pontuou Mário Quintana). Faz a intuição ou percepção instântanea das coisas anteceder toda reflexão. Compreende primeiro e só depois é que busca entender. Autoconhece-se, antes de conhecer. Quase sempre chega às grandes sínteses sem precisar de nenhuma análise. Pega as coisas no ar, e não no tranco. Labora muito mais no campo da formação do que da informação. Além de personalizar tudo; isto é, o artista não coisifica ninguém e ainda personaliza as coisas. Por isso que humanista. Com esta superlativa diferença quanto aos poetas: eles personalizam até as palavras. Como ninguém o faz. Sabem que o sangue da vida também flui pelas veias de cada vocábulo. E pelos personalizados vocábulos é que mais recebem da Existência recados estalando de novo. O desconhecido a ter gosto em visitá-los, feito condecoração por intuírem e praticarem a máxima de que as palavras são dados elementares do ser humano. Fazem parte da compostura neural do *Homo sapiens*. Acessam-no sem que ele, ser afetivo-racional e ainda anímico, precise fazer nada diferente daquela postura existencial da mais entranhada combinação entre QE e QI, nessa ordem ("Primeiro, estranha-se; depois, entranha-se", na exata percepção de Fernando Pessoa).

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 OUT 2016

Novo passo adiante: é por efeito desse estado de alumbra-mento (Bandeira) com a silhuetta e a aura de cada vocábulo que letristas-poetas como Bob Dylan combinam por um modo tão intenso e harmonioso emoção e razão, que frequentemente saltam para o topo da sua consciência. Ali onde a Vida coreografa a dança da sua própria unidade, diria a poeta Elvira de Macedo Nascimento. Ali onde Cecília Meirelles foi buscar inspiração para homenagear a língua luso-brasileira com estes versos (cito de memória): “Ai, palavras, ai palavras, que estranha potência a vossa! Todo o sentido da Vida começa à vossa porta”. Ali onde Hegel proclamou que “a poesia é a arte da palavra”, na linha do que muito depois, porém com o mesmo acerto, sentenciou Manoel de Barros: “Só a poesia salva a palavra da esclerose”.

Que esse justo prêmio ao humanista Bob Dylan contribua para a sedimentação do juízo técnico de que também humanista é a Constituição brasileira. Por isso é que faz dos direitos sociais a necessária ponte entre o Constitucionalismo Liberal e o Constitucionalismo Fraternal. Assim está no inciso I do seu artigo 3.º, tanto quanto nestes precisos enunciados: o do artigo 170, cabeça, que imprime à nossa ordem econômica o fim de “assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”; e o do artigo 193, que põe “o primado do trabalho” como base de toda a ordem social brasileira, também a ter por explícitos objetivos “o bem-estar e a justiça sociais”. Se ainda é certo (e é) que a Constituição governa quem governa, o que se espera é que tais civilizados e pinaculares princípios não deixem de orientar a discussão das medidas legislativas de enfrentamento da atual crise econômica do País.



EX-PRESIDENTE DO STF

23 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Os tempos do STF



Diante do que se sabe a respeito do personagem, a prisão preventiva de Eduardo Cunha tem um claro significado moralizador. A condescendência com o crime causa deletérios efeitos, e a ordem de prisão expedida pelo juiz Sergio Moro contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados é um poderoso símbolo do combate à impunidade.

A prisão revela também outra face, não menos importante, da vida institucional brasileira. Ela evidencia, mais uma vez, a disparidade que existe entre a primeira e a última instância do Poder Judiciário a respeito do significado do tempo. O pedido de prisão foi formulado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no início de junho, quando a ação ainda estava no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Teori Zavascki. Na ocasião, Eduardo Cunha, ainda no exercício do mandato de deputado federal, tinha foro privilegiado. Pois bem, o pedido da PGR ficou por quatro meses sem qualquer resposta da parte de Zavascki. Uma vez cassado o mandato de Cunha, a ação foi remetida à 13.^a Vara Federal de Curitiba. O juiz Sergio Moro precisou de apenas uma semana para analisar o processo e expedir um fundamentado mandado de prisão.

Não se trata de caso isolado. É evidente que a Lava Jato na primeira instância anda. Basta ver que, até meados de setembro, foram lavrados 106 condenações, 112 pedidos de cooperação internacional, 70 acordos de colaboração premiada, 49 acusações criminais contra 239 pessoas, R\$ 38,1 bilhões em pedidos de ressarcimento e multas. Já na última instância, o ritmo é outro. Não se nega a existência de avanços na Lava Jato no STF, mas numa velocidade bem diferente da que se constata em Curitiba, por exemplo.

Há quem pretenda justificar a lentidão do STF com o argumento de que esta não é uma corte penal. Alega-se que a sociedade brasileira deveria ter uma natural compreensão com um

ritmo mais pausado do STF, tendo em vista sua natureza de tribunal constitucional.

A desculpa, porém, não prospera. Não é de hoje que o STF tem competência penal nos casos de foro privilegiado. A Constituição de 1824, quando o Brasil ainda era Império, já previa a competência da mais alta Corte do País para julgar “delictos, e erros do Officio, que commetterem os seus Ministros, os das Relações, os Empregados no Corpo Diplomático, e os Presidentes das Províncias”. Tal sistema foi mantido nas Constituições republicanas, com expressa previsão da competência do STF para julgar ações penais de algumas autoridades. Como, então, o Supremo não está preparado para se desincumbir de seu mister?

Também não se pode alegar excesso de trabalho. É conhecido o expressivo número de processos que cada ministro do STF tem sob sua responsabilidade, mas cada um também tem – havendo necessidade – a prerrogativa de requisitar juízes que o auxiliem em seu abundante trabalho.

A questão principal não é o volume de trabalho nem a identidade da Suprema Corte. Os tempos do STF revelam como a Corte administra suas prioridades. Tem-se a impressão que as questões penais de foro privilegiado entram na fila comum dos processos. Certamente, se assim for, razão há para um ritmo bem lento. Não faz muito o STF julgou uma ação de reconhecimento de paternidade que tramitava na Corte há 33 anos. Quando por unanimidade os ministros decidiram o desfecho do caso, o pai, a mãe e o filho já haviam falecido. É um caso escandaloso, mas afeto, enfim, a uma única família. Os casos da Lava Jato dizem respeito à moralidade da administração, à lisura da atividade política e à sanidade da vida social. Aqui, a família não é a família nuclear, mas a família nacional que está à espera de desfechos.

A competência do STF nas ações penais em casos de foro privilegiado revela a importância desses julgamentos para a vida institucional brasileira.

Tais ações merecem absoluta prioridade na pauta de cada ministro. Causaria muito mal ao País a ideia de que as autoridades que se deixam enredar pela Justiça e têm seus casos avocados pelo Supremo contem as horas em ritmo diferente dos mortais que começam a pensar na primeira instância.

Eduardo Cunha não precisou de muito tempo para perceber como a Justiça pode ser célere. Seria muito positivo que os investigados no STF pudessem ter também semelhante experiência.

24 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Corrupção institucionalizada



A informação de que 18 ex-ministros dos governos de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva são suspeitos de envolvimento em esquemas de corrupção, conforme levantamento feito pelo Estado em investigações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), é mais uma evidência de que a bandalheira não era nem episódica nem acidental ao longo do período lulopetista. A singularidade dos governos do PT nesse quesito se revela não pela corrupção em si, pois a prática de desviar dinheiro público, infelizmente, é bastante antiga e recorrente no Brasil. O que torna tão especial esse nefasto período de nossa história é que, pela primeira vez, a corrupção tornou-se um método de governo, de onde resulta o envolvimento direto – e a mancheias – de tantos ministros de Estado.

Os casos levantados dizem respeito somente àqueles ministros que estão formalmente sob investigação ou que já foram acusados ou condenados. Não incluem, por exemplo, os ex-ministros que foram apenas citados em delações premiadas de envolvidos no esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. Também não citam os processos de ex-ministros suspeitos ou acusados de envolvimento em crimes quando já não estavam mais no governo – caso, por exemplo, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que foi ministra da Casa Civil de Dilma e responde a ação sob acusação de ter recebido dinheiro roubado da Petrobrás para financiar sua campanha ao Senado.

Isso significa que, mais cedo ou mais tarde, a lista de auxiliares de

Dilma e Lula com contas a prestar à Justiça deverá aumentar em breve. O quadro se torna ainda mais complexo quando se observa que os próprios ex-presidentes Lula e Dilma estão sob investigação. O primeiro, como é de amplo conhecimento, é réu em três ações penais sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro, obstrução da Justiça e organização criminosa – da qual, segundo o Ministério Público, o petista seria o chefe. Dilma, por sua vez, é suspeita de ter tomado providências, durante seu mandato, para obstruir as investigações da Lava Jato a respeito de Lula.

O mais espantoso desse levantamento é o contraste entre as palavras e os atos de Lula e companhia. Criado como o partido da ética, o PT, uma vez no poder, revelou-se não apenas tão ou mais corrupto do que aqueles grupos políticos que vivia a denunciar, mas foi ainda mais longe do que todos eles jamais sonharam: a corrupção, até então praticada basicamente por políticos interessados em enriquecer, tornou-se sistêmica.

Não se pode considerar que quase duas dezenas de ministros de Estado tenham se envolvido em alguma forma de falcatura sem que a roubalheira tenha sido considerada, em algum momento, como parte do próprio planejamento administrativo. A “faxina” que Dilma promoveu logo que chegou ao poder, em 2011, custou o cargo a sete ministros e parecia desmentir essa percepção. Mas eis que, não muito tempo depois, Dilma não apenas reabilitou alguns desses políticos, como os transformou em interlocutores no processo de escolha de novos ministros, como se nada tivesse acontecido.

Não foram poucas as vezes em que os petistas, diante dos escândalos

que o PT e seus associados protagonizaram, deram a entender que, no Brasil da corrupção generalizada, não há outra forma de alcançar os nobres objetivos do partido senão dançando conforme a música. A história, bradavam, haveria de lhes fazer justiça.

Essa visão deletéria, felizmente, foi devidamente desmentida pela multidão de brasileiros que saiu às ruas do País clamando pela ética na política, aquela que o PT prometeu e não entregou. A acachapante derrota do partido nas eleições municipais mostrou o tamanho da indignação dos eleitores com o embuste petista. As urnas e as manifestações populares, que fazem parte da alma da democracia, deixaram claro aos líderes do PT que, para a maioria dos brasileiros, a corrupção não é, em nenhuma hipótese, um meio aceitável para se atingir um fim.

24 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

STJ suspende ações penais da Operação Caixa de Pandora

Decisão ocorre após pedido da defesa do ex-governador José Roberto Arruda para perícia em vídeos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu suspender as ações penais referentes ao esquema de corrupção revelado pela Operação Caixa de Pandora, caso que levou à prisão do então governador Distrito Federal José Roberto Arruda (ex-DEM), em fevereiro de 2010. A decisão cautelar, tomada pelo ministro Reynaldo Soares da Fonseca na sexta-feira passada vale até a conclusão do julgamento sobre um recurso apresentado pela defesa de Arruda.

A defesa do ex-governador alega que as conversas gravadas pelo ex-secretário de Relações Institucionais Durval Barbosa, delator do esquema conhecido como "mensalão do DEM" foram editadas e pediu que fosse realizada uma perícia no material. Os advogados também pedem que sejam anuladas as decisões judiciais e provas produzidas no processo que investiga Arruda.

A Quinta Turma do STJ começou a analisar o recurso de Arruda na quinta-feira passada. O ministro Reynaldo Fonseca, relator do processo, atendeu o pedido da defesa de Arruda apenas no que diz respeito à perícia. O julgamento, no entanto, foi suspenso depois de pedido de vista do ministro Felix Fischer.

A decisão cautelar tomada por Fonseca atinge todos os réus dos processos penais oriundos da Caixa de Pandora, inclusive Arruda.

O ex-governador foi preso em fevereiro de 2010 sob a acusação de coagir testemunhas e obstruir as investigações sobre o esquema de corrupção no governo do Distrito Federal. Ele foi liberado dois meses depois.

Em acordo de delação premiada com a Polícia Federal durante a operação Caixa de Pandora, em 2009, Durval denunciou um esquema de corrupção envolvendo o alto escalão do governo do DF e que culminou na queda de Arruda e de seu vice, o empresário Paulo Octávio. / RAFAEL

MORAES MOURA

24 OUT 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

O ADEUS DO CADEIÃO

Antigo Presídio do Ahú deve ser demolido. **Tribuna** fez um último passeio pelos corredores sombrios

Lucas Sarzi
lucass@tribunadojparana.com.br

Documentos e muitas histórias, é o que vai sobrar do prédio da desativada Prisão Provisória de Curitiba, conhecida como Presídio do Ahú, que está prestes a ser demolido. As mais de 150 celas, que não abrigam presos desde agosto de 2006, ainda permanecem quase da mesma forma: claustrofóbicas, frias e cercadas de mistérios pelo que já viram acontecer ao longo dos mais de 100 anos de existência.

Antes de se tornar presídio, o Ahú foi inaugurado como Hospício Nossa Senhora da Luz de 1903 a janeiro de 1907 quando, no ano seguinte, começou a receber presos. Embora tenha abrigado por muito mais tempo criminosos do que doentes, a sensação é de que o hospício, na verdade, nunca saiu do prédio.

Na entrada do prédio ficava o espaço destinado aos advogados e seus clientes, divididos por grades. O corredor das celas frio e um pouco sombrio, abrigava inúmeras portas que davam acesso aos locais onde os presos viviam. Dentro das celas, o banho era gelado (exceto aos que tinham recomendação médica para o direito ao chuveiro elétrico) e a organização era feita pelos próprios presos,

que chegavam a ocupar o mesmo espaço em até nove pessoas.

As paredes grossas aguentaram muitas rebeliões e brigas. Hoje, pelos corredores vazios, era possível até ouvir o barulho das portas de outras galerias se abrindo e fechando. O silêncio, que hoje faz até ecoar a voz de quem lá dentro conversa, antes abrigou até 900 presos.

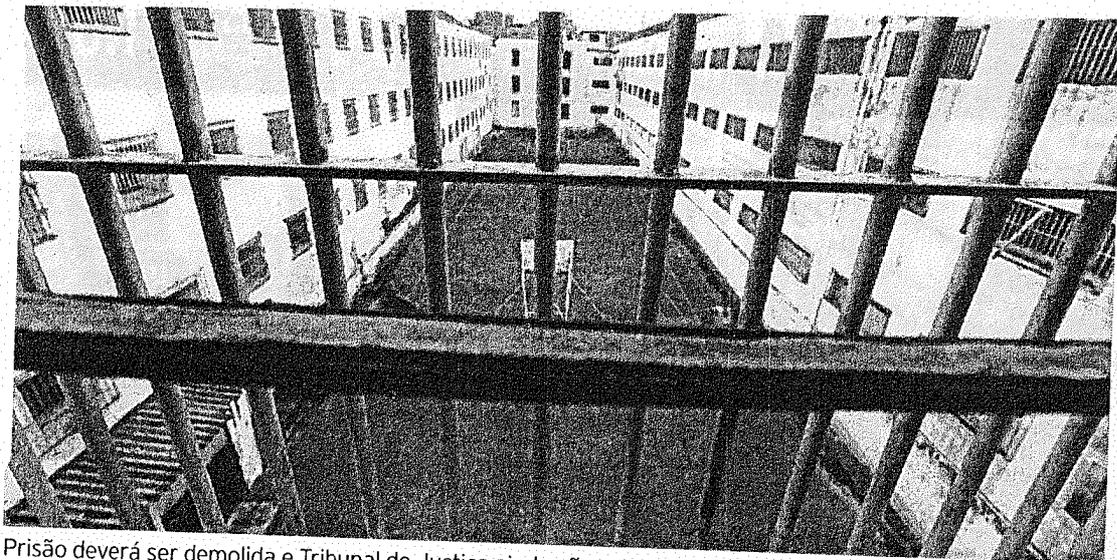
Ao final da galeria chegava-se na parte de visita íntima, onde mais de 30 divisórias uniam os casais separados pelo mundo do crime. As relações sexuais eram feitas lado a lado, separadas apenas por divisórias. Perto ficava a capela ecumênica. Naquele lugar foi feito o que os agentes consideraram como o primeiro casamento do sistema prisional do Paraná.

No pátio, espaço que os presos usavam para articular seus planos de fuga, onde acabavam consumindo droga, houve também mortes. Praticamente intactas estavam pinturas e grafias feitas naquela época, algumas em alusão à liberdade, outras a Deus.

DESTINO

O que será do presídio ainda não está claro. Uma ideia inicial, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), era transformar todos os 67,7 mil metros quadrados em um Centro Judiciário. Mas o projeto foi adiado por falta de recursos. Desde 2012, o espaço vem sendo mexido por etapas. De qualquer forma, a ideia é a de que pelo menos parte do prédio histórico do Ahú seja preservada para abrigar um museu penitenciário. Afinal, as histórias que ali são contadas devem permanecer sendo contadas, pois fazem parte do imaginário da população curitibana.

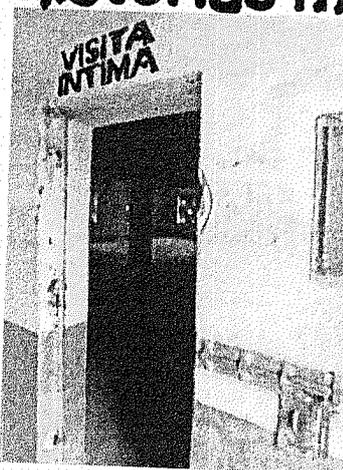
CONTINUA



Prisão deverá ser demolida e Tribunal de Justiça ainda não sabe o que fará com o local. Agente Marcelo relembrou histórias de arrepiar.

Cheio de histórias misteriosas

As lendas que cercam o presídio do Ahú são muitas. Histórias que mexem com o imaginário da população. Uma delas, segundo o agente penitenciário Adir Santos, aconteceu no isolamento. “Os presos se reuniram para matar um detento que estava no setor de isolamento. Eles renderam o agente que estava de plantão, o prenderam em uma das celas e conseguiram abrir as portas todas até chegar ao preso que eles queriam. Ele foi morto de uma forma brutal”, contou. Uma das lendas envolve a brincadeira do copo. “Há quem diga que sim. Mas o que sabemos é apenas a lenda. Dizem que os presos fizeram a brincadeira, invocaram almas de quem tinha morrido ali e no outro dia todos da cela estavam mortos”, con-



Visita íntima era perto da capela.

tou o agente Marcelo Leônico. De bola de fogo, que um agente disse ter visto na galeria, existe ainda a lenda de espíritos no pátio do presídio. “Dizem que na

sexta-feira 13, do lado de fora do presídio é possível ver as almas dos presos que morreram”. Além disso, um agente penitenciário disse ter visto um preso do isolamento andando pelos corredores, mas na verdade, esse homem tinha se enforcado dentro da cela. “Há também a história de que habita no presídio um homem com uma cartola e que ele sai andando pelos corredores na madrugada. Eu nunca vi, se visse, sairia correndo”, brincou Marcelo. Apesar de todo o mistério, as tristes histórias do que aconteceu lá dentro e tudo que envolve o presídio, os agentes sentem falta. Mesmo que seja demolido, conforme a promessa de que será, a história da Prisão Provisória de Curitiba nunca vai acabar. (LS)

Vizinhos conviviam com o perigo

Quem vive aos arredores da desativada Prisão Provisória de Curitiba, conhecida como Presídio do Ahú, que está prestes a ser demolido, viu e ouviu muita coisa. Essa visão, que passou de temida para acomodada, se tornou tão rotineira que muitos moradores passaram a simplesmente ignorar a existência do prédio gigante ao lado de casa.

“Confesso que temia. A gente ouviu muito. Vimos também. Inclusive no dia em que os presos, usando um caminhão planejaram uma fuga em massa, foi aqui, em

nossa rua. Eles derrubaram o muro e foi homem correndo pra todo lado. Depois disso, passamos a ver as coisas por aqui de outra forma”, contou um homem, que cresceu ao lado do presídio, na Rua Chichorro Júnior.

Já para Doroti Schlichta, de 74 anos, morar ao lado do presídio sempre foi parte de sua vida. “Vivo aqui há mais de 50 anos. Se parássemos para contar as histórias, teria muitas. Lembro de um domingo que eles começaram uma rebelião e botaram fogo em tudo. Nos sentíamos seguros, por-

que havia muitos policiais de prontidão”, lembrou.

Alguns dos moradores abordados pela **Tribuna** se mostraram receosos. Com a retirada dos presos do prédio, a sensação de tranquilidade aumentou e a tensão se foi junto com o policiamento de prontidão, que já não precisa mais ficar a postos aos arredores do presídio. Agora vão ficar apenas as histórias, mas isso os moradores têm de sobra para contar. (LS)

24 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gilmar diz que TST tem má vontade com empresas

Para o ministro, o tribunal defende os trabalhadores além do necessário

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, disse na sexta-feira que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) desfavorece as empresas em suas decisões. “Esse tribunal é formado por pessoas que poderiam integrar até um tribunal da antiga União Soviética. Salvo que lá não tinha tribunal”, disse em tom de brincadeira, fazendo rir a plateia do seminário que tinha como tema Soluções para Infraestrutura no Brasil. “[Eles têm] uma concepção de má vontade com o capital”, continuou ao palestrar no evento promovido pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abidib) e pela Câmara Americana Comércio (Amcham).

Para o ministro, o tribunal defende além do necessário os trabalhadores ao analisar as causas. “Eu tenho a impressão de que houve aqui uma radicalização da jurisprudência no sentido de uma hiper proteção do trabalhador, tratando-o quase como dependente de tutela, em um país industrialmente desenvolvido que já tem sindicatos fortes e autônomos”, acrescentou em entrevista após a exposição.

Na opinião de Mendes, os problemas que ele aponta podem estar relacionados à própria composição do TST. “A mim parece

que essa foi uma inversão que se deu. Talvez um certo aparelhamento da própria Justiça do Trabalho e do próprio TST por segmentos desse modelo sindical que se desenvolveu”, disse.

O TST informou que não vai se pronunciar sobre as declarações do ministro Gilmar Mendes.

JUSTIÇA CARA

As críticas de Mendes foram, durante sua palestra, estendidas à Justiça como um todo. “A Justiça brasileira é a mais cara do mundo”, ressaltou ao citar os dados de um estudo divulgado nesta semana pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A pesquisa indicou que as despesas totais do Judiciário brasileiro foram de R\$ 79,2 bilhões em 2015. O valor representa 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas pelo Brasil. Segundo o levantamento, cada cidadão pagou no ano passado R\$ 387,56 para garantir o funcionamento do serviço de Justiça.

“Às vezes custa muito para dar pouco resultado”, enfatizou Mendes, que acredita que os recursos muitas vezes não são destinados às áreas prioritárias. Ele criticou, como exemplo, o fato de que um crime contra a vida pode levar dez anos para se levado a júri

BEM PARANÁ

Corrupção

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar o projeto



que estabelece medidas de combate à corrupção promove hoje uma audiência pública para debater o assunto no Plenário da Assembleia Legislativa, em Curitiba. O evento é uma iniciativa do deputado federal paranaense Diego Garcia (PHS), um dos autores do projeto, com apoio do deputado estadual Evandro Araújo (PSC), e contará com a participação do juiz federal Sérgio Moro e do procurador da República, Deltan Dallagnol, protagonistas da operação Lava Jato.

Moro

A manifestação do procurador Dallagnol está prevista para ocorrer às 10 horas, enquanto a palestra do juiz Sérgio Moro está programada para às 11 horas. O evento também continua no período da tarde, começando com palestras de Fábio Oliveira e Patrícia Ferhmann, respectivamente presidente e diretora executiva do Instituto Mude. A delegada Érica Mialik Marena, da Polícia Federal, e a juíza federal Bianca Arenhart, da 8ª Vara Federal de Curitiba, seguem com exposições que, segundo os organizadores, devem prosseguir até às 15h30. O projeto deriva da campanha "10 Medidas Contra a Corrupção", do Ministério Público Federal.

24 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Perícia judicial

O candidato à prefeitura de Curitiba Rafael Greca (PMN) informou (21) que pediu à Justiça a designação de um perito judicial para analisar os móveis que estão em sua chácara, em Piraquara, na região metropolitana. Na campanha do primeiro turno das eleições, Greca foi acusado de ter se apropriado de objetos da Casa Klemtz, espaço cultural no bairro Fazendinha. Segundo o candidato, as obras que estão na chácara São Rafael pertencem ao acervo de sua família.

Locais de votação

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) alterou 205 locais de votação em Curitiba, Maringá e Ponta Grossa, cidades que terão segundo turno, em função da ocupação das escolas por estudantes. Serão alterados 146 locais em Curitiba, 32 em Maringá e 27 em Ponta Grossa. O custo total da operação será de R\$ 3 milhões, um adicional de 15% ao orçamento geral das eleições no estado, que foi de R\$ 22.252.000. A lista dos novos locais está no site do TRE-PR.

22 OUT 2016

CARTA CAPITAL

MAURICIO DIAS

Fala, Cunha. Fala!

► Não falta quem espere que o notável preso do momento abra a boca na prisão. Caso atirasse em Temer, o presidente passaria por maus bocados

Há quem pense em propor ao juiz Sérgio Moro o bloqueio de uma possível delação de Eduardo Cunha. O ex-deputado, preso há poucos dias, poderia empurrar o Brasil para o abismo, como dizem as línguas mal acomodadas à boca. Ele seria, e de fato é, senhor de muitos segredos.

Por isto é necessário Cunha falar mesmo se perturbar, por exemplo, a tranquilidade de Michel Temer, substituto de Dilma na Presidência da República a partir de um golpe parlamentar.

Resgate-se contra essa proposta indecente o brado retumbante de Stanislaw Ponte Preta: "Restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos".

Temer e Cunha, ou Cunha e Temer, são irmãos siameses na teoria e na prática política.

A prisão de Cunha arrancou da mídia manchetes sobre o enorme desassossego brotado no Palácio do Planalto. Seria preocupação com os ministros da casa? Moreira Franco, Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima ou o senador Romero Jucá?

Moro criou o maior obstáculo para a estabilização de um governo que navega sem rumo, atento apenas a um curto programa com reações diretas nas camadas mais pobres do Brasil.

A pressão vai aumentar. Os movimentos sociais vão reagir. Pesquisa recentemente divulgada pelo Instituto MDA mostra uma rejeição à proposta de aumentar a idade para a aposentadoria.

Resultado entre as cinco regiões cobertas

pela pesquisa: no Sudeste, há um apoio de 19%, a maior aprovação; no Sul, cai para 15%; no Centro-Oeste, desce para 11%; e no Norte/Nordeste desaba para 9%.

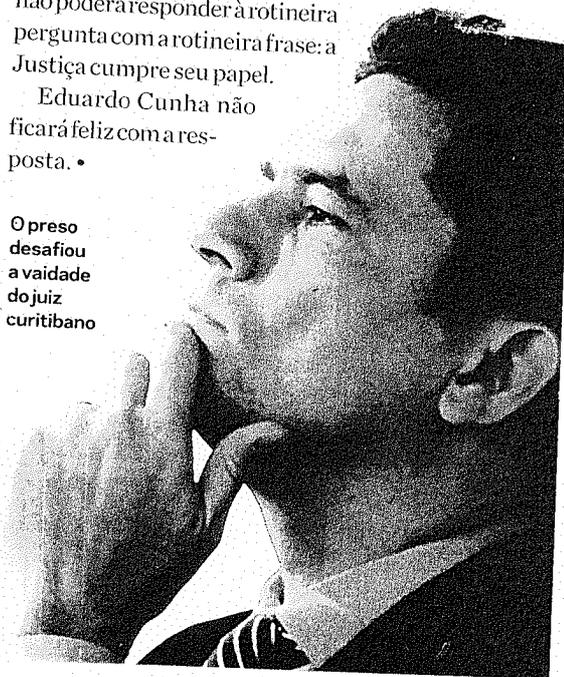
Em abril passado, Michel Temer passou pelo Palácio dos Bandeirantes para conversar com Geraldo Alekmin. A cabeça da presidenta Dilma Rousseff, ambos sabiam, seria mesmo decapada. Os advogados de Temer, àquela altura, já estudavam a forma de separar as contas de campanha sob investigação. Gilmar Mendes, na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, terá de fazer milagre. Esse problema, no entanto, é secundário. O problema é Cunha.

O presidente orientou seus ministros a não cederem ao choque da prisão de Cunha. Tenta evitar, com isso, o carimbo do desânimo na administração, mas ele terá de falar isoladamente sobre o caso. Neste ponto, será obrigado a contornar o bloqueio armado por Cunha. O ex-deputado, em nota, considerou "absurda" a própria prisão e contestou a competência de Moro para prendê-lo. Desafiou a vaidade.

Temer, perguntado sobre isso, não poderá responder à rotineira pergunta com a rotineira frase: a Justiça cumpre seu papel.

Eduardo Cunha não ficará feliz com a resposta. •

O preso desafiou a vaidade do juiz curitibano



22 OUT 2016

CARTA CAPITAL

Cunha: prisão e consequências

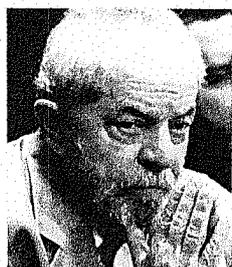
LAVAJATO A detenção preocupa o governo na perspectiva de uma eventual delação e abre suspeitas quanto ao destino de Lula

POR RENAN TRUFFI

Na última segunda-feira 17, o juiz Sergio Moro intimou o deputado cassado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) a apresentar, em dez dias, sua defesa prévia como réu na Operação Lava Jato. Suspeito de receber propina do contrato de exploração de petróleo no Benin (África) e de usar contas na Suíça para lavar dinheiro, Cunha não teve nem três dias para elaborar suas explicações sobre o caso. Foi preso preventivamente, de maneira súbita, na quarta-feira 19, em um apartamento funcional em Brasília.

A prisão gerou, de imediato, apreensão entre parlamentares e integrantes do governo Michel Temer. O receio é de que o acusado possa conseguir um acordo de delação premiada que afete tanto o Congresso quanto o Palácio do Planalto. Ainda que o discurso oficial do governo seja de “normalidade”, pouco depois de a notícia se espalhar, o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), resolveu encerrar a sessão no meio do dia. Alegou falta de quórum e negou que houvesse alguma relação com a principal notícia da semana.

Enquanto deputados e senadores de oposição aproveitavam o momento para dar entrevistas sobre a notícia e lembrar os atos do peemedebista, antigos apoiadores de Cunha deixaram o Congresso. Alvo de inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi um dos primeiros a serem ouvidos pelos repórteres. A resposta deu o tom do sentimento na Casa. “Não é bom comentar”, respondeu. Mais tarde demonstrou irritação, insólita nele, com os questionamentos repetiti-



Seria este o prólogo?

vos. “Não sou especialista em Cunha, vocês são”, disse Calheiros.

Poucos aliados da chamada “tropa de choque” de Cunha se prontificaram

Esta prisão parece pretender calar quem critica a parcialidade da Lava Jato. Observação de Eugênio Aragão

a comentar a prisão. Para surpresa da imprensa, um deles foi o deputado Paulinho da Força (SD-SP). No Salão Verde, o deputado apareceu sozinho, concedeu entrevistas sobre o tema e defendeu que a Câmara deveria seguir com os trabalhos em função de “projetos importantes”, como a PEC 241. O deputado afirmou, no entanto, que “alguns” poderiam estar preocupados com uma possível delação de Cunha. Não ficou claro se o recado vinha diretamente do ex-presidente da Câmara, com quem Paulinho admitiu ter conversado nos últimos dias.

“Acho que o Eduardo Cunha tem muitos amigos aqui na Casa. E não vejo por que (a Câmara) temer uma delação dele”, disse. “Acho que algumas pessoas podem, sim, ter medo de uma delação, mas a maioria, com certeza, não tem nada a ver com isso”, disse o parlamentar, um dos dez deputados que votaram contra a cassação do peemedebista. O sindicalista ainda confirmou que Cunha já esperava a detenção.

Desde que foi afastado da presidência da Câmara pelo STF, o Congresso convive com a expectativa de que Cunha possa retaliar antigos aliados. Essa possibilidade ganhou força com a cassação do deputado, em 12 de setembro. No entanto, passaram-se quase 40 dias desde que ele perdeu o cargo e o foro privilegiado, e em apenas uma ocasião a ameaça se concretizou. Cinco dias após a cassação, Cunha deu uma entrevista em que acusou o secretário do Programa de Parcerias de Investimentos, Moreira Franco, homem forte do governo Temer, de estar por trás de irregularidades na operação para financiar obras do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. Junto à PEC 241, o PPI é uma das principais pautas econômicas do governo federal. “Na hora em que as investigações avançarem, vai ficar muito difícil a permanência do Moreira no governo”, afirmou na ocasião.

CONTINUA

CARTA CAPITAL 22 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

O certo é que, para conseguir fazer um acordo de delação, Eduardo Cunha precisará oferecer algo bastante atrativo que lhe permita negociar algo benéfico para sua esposa, a jornalista Cláudia Cruz, que também é ré em uma das ações da Lava Jato. Integrantes da Polícia Federal têm dito que a operação já tem material probatório suficiente para conduzir investigações sem a ajuda de delatores.

A prisão de Cunha criou também outro tipo de preocupação ao governo: a razão pela qual Moro decidiu prender o deputado cassado. Parlamentares da base e próximos ao presidente Michel Temer não escondem que o pedido causou estranheza. O deputado federal Danilo Forte (PSB-CE), um dos escolhidos pelo presidente para liderar o processo de tramitação da PEC 241, disse que o único aspecto que preocupa é o jurídico. “Precisa ter mais do que aquilo que o STF já tinha negado para a prisão do Cunha”, afirmou.

Forte refere-se a uma decisão do ministro Teori Zavascki que arquivou, em setembro, um pedido de prisão contra Cunha, apresentado em maio pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Teori alegou na ocasião que houve “perda de interesse” por conta da saída do peemedebista do Congresso e encaminhou, então, o caso para o juiz Moro. O líder do DEM na Câmara, Pauderney Avelino, da base do governo Temer, resume, de forma irônica, o que a detenção de Cunha pode significar.

Na frente petista, a preocupação é de outra natureza e a declaração do deputado a expõe claramente. “O pessoal do PT dizia que, para prender Lula, teriam, antes, que prender Eduardo Cunha. Se for seguir esta tese, o caminho está aberto”, declarou Avelino. Coincidentemente, no mesmo dia em que Sérgio Moro determinou a prisão de Eduardo Cunha, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva escreveu um artigo na *Folha de S. Paulo* em que critica a “perseguição política” ao

seu partido. “Não posso me calar, porém, diante dos abusos cometidos por agentes do Estado, que usam a lei como instrumento de perseguição política. Basta observar a reta final das eleições municipais para constatar a caçada ao PT.”

No despacho em que justificou a detenção de Cunha, Sérgio Moro escreveu que o poder do ex-parlamentar para obstruir a Lava Jato “não se esvaziou”. A afirmação é baseada no pedido de prisão feito por procuradores da República, que argumentam que a influência do ex-presidente da Câmara não diminuiu após a cassação. Os procuradores dizem que Cunha continuaria negociando indicações de cargos no governo Temer. Como exemplo é citada a nomeação de Maurício Quintella (PR-AL), para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Como deputado, Quintella chegou a votar contra a abertura do processo de cassação do ex-deputado. O ministro, no entanto, foi nomeado em meados de maio, há cinco meses, e poderia ter embasado esse mesmo pedido de prisão de Moro há algum tempo.

Essas circunstâncias têm gerado novas críticas à Lava Jato, por parte de advogados e especialistas. E não convenceram Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça e respeitado jurista. “Essa prisão do Cunha tem nítido caráter populista. Não tem nenhum fato novo que a justifique. Parece que visa calar aqueles que criticam a falta de imparcialidade da Lava Jato, um esforço de demonstração de apartidarismo.” Seria este um indício da iminente prisão de Lula. ●

22 OUT 2016

CARTA CAPITAL

Mino Carta

Medo de Lula

O ex-presidente deixa um recado para o futuro, valioso para entender o presente

Impecável texto assinado por Luiz Inácio Lula da Silva publicou a *Folha de S. Paulo* na terça 18, debaixo do título “Por que querem me condenar”. Um documento para a história, altivo e sereno, digno de um estadista, e impecável, repito, na forma e no conteúdo.

O ex-presidente da República escreve infinitamente melhor do que a larça maioria dos jornalistas nativos e, ao contrário destes, deita os advérbios no lugar certo. Irretorquível a demonstração das razões da perseguição e da inconsistência das acusações, a não ser que sobrem apenas, como única prova, a política social e a política exterior postas em prática pelo governo Lula em seus dois mandatos. A isto acrescentaria uma verdade factual: o ex-presidente parte favorito de qualquer pleito presidencial.

Inútil acentuar que as razões acima chocam-se de frente com os interesses da casa-grande, admiravelmente defendidos pelo regime de exceção em vigor, graças ao conluio dos três poderes afinados no golpe, a contarem com a força da polícia e a propaganda da mídia. Trata-se de um arremedo fascistoide, adequado ao país da casa-grande e da senzala, como se fossem possíveis acenos de modernidade em plena Idade Média.

Outra prova emerge do texto de Lula, sem contar a ironia da publicação na página 3 do *Folhãõ*, o jornal que o convidara para um almoço em julho de 2002, a incluir no cardápio uma entrevista. Bom recordar: o filho do anfitrião Otávio Frias, o Otavinho diretor da redação, cuidou na ocasião de duvidar abertamente da capacidade de um ex-metalúrgico exercer a Presidência da República. O hóspede ergueu-se, jogou o guardanapo sobre a mesa e dirigiu-se para os elevadores. O velho Otávio seguiu o ofendido, ao tentar demovê-lo da decisão de se retirar. Não houve jeito. Mais tarde Lula reconheceu o gesto fidalgo do dono da casa.

Quanto à prova, é de evidência solar: o Brasil é hoje um país sem lei e sem Justiça, uma espécie de faroeste, ou de Chica-

go na época da Grande Depressão. Carecemos, porém, de jornalistas como aquele de uma das obras-primas de John Ford, *O Homem Que Matou o Facinora*, impávido defensor da verdade factual. Contamos, em contrapartida, com os porta-vozes iletrados da casa-grande, sabujos dos patões, dos quais assumem ódio e raiva para externá-los nas páginas impressas, no vídeo, nos microfones, pela internet.

O papel da mídia nativa é oposto àquela da personagem de Ford. Fundamental neste contexto tragicômico bastante peculiar, em que a encenação de uma ópera-bufo se transforma em tragédia e nela se cristaliza. A mídia foi e é decisiva para tornar verdade a mentira, realidade a ficção, ao estabelecer um círculo vicioso entre vazamentos seletivos, delações premiadas, a pronta divulgação do material que a república de Curitiba fornece pontualmente, o retorno aos promotores milenaristas para a solicitação do indiciamento a partir de suas convicções, aceitas de imediato como provas pelo camisa preta Sergio Moro.

Logo se entende por que Michel Temer trata de pagar a conta dos prestadores do mais eficaz serviço a bem do golpe, e o prêmio é imponente como será provado pela reportagem de capa desta edição. Quem dá recebe, e a mídia exorbitou na sua contribuição, determinante, é o caso de dizer. A publicidade governista rega generosamente as hortas midiáticas e lhes traz alento quando as ameaça a aridez do momento, tão incerto, por exemplo, para a imprensa propriamente dita.

Carta Capital é excluída dessas benesses porque o regime é de exceção e quantos praticam o jornalismo honesto e, portanto, denunciam o golpe e condenam o seu resultado, não merecem favores. Pelo contrário, na esperança golpista habilitam-se à morte lenta, tanto mais em tempos de penúria da publicidade privada. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, também sofremos um *capitis diminutio* neste específico aspecto, graças ao denodado esforço do então ministro Andrezinho Matarazzo.

Quando Lula foi empossado pela primeira vez, janeiro de 2003, chamou-me a Brasília para falar das coisas da vida, as nossas e as do País. Somos amigos há muito tempo, no ano próximo celebraremos 40 anos de convívio bem-sucedido. Vinha eu da deplorável experiência sofrida com FHC e disse ao amigo presidente esperar do novo governo a isonomia na distribuição da publicidade governista. O então chefe da Casa Civil, José Dirceu, que se juntara a nós tão logo o assunto veio à baila, anotou diligentemente o meu pedido.

Isonomia foi. Em termos, só mesmo os governos do PT agiram democraticamente e, às vezes, até exageraram. Deu-se, por exemplo, que lá pelas tantas a revista *Exame*, da Editora Abril, quinzenal de negócios, tivesse mais anúncios governistas do que a semanal *Carta Capital*, de política, economia e cultura. Entregues ao dever democrático e republicano, os governos petistas aplicaram com rigor calvinista um certo “critério técnico”, baseado em tiragens e audiências. Há exceções à regra mundo afora, a se levar em consideração a influência do órgão midiático junto a setores da sociedade ou ao próprio poder, onde quer que se situe.

Exceções não houve, de todo modo. Nem por isso, escapamos à pecha de “revista chapa branca”, levada adiante até o naufrágio da nau de Dilma Rousseff, por jornalistas, colunistas, editorialistas, com intrépida dedicação e irredutível fervor. Havia mesmo quem, a cada edição, fizesse as contas dos nossos anúncios para concluir que, às vezes, em maioria eram do governo, sem falar dos balanços periódicos publicados pelo *Folhãõ*.

CONTINUA

22 OUT 2016

CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

As calúnias partiam de mediócras recalçados, escribas ou bichos falantes inclinados a iniciar o período com um porém ou um gerúndio, e a banir de vez o uso do subjuntivo, além de alimentarem a certeza de que, por nos agredir, agradavam ao patrão antes do seus egos. Mas os patrões enchiam as burras graças ao PT. Agora, com o governo do golpe, já não corremos o risco de acusações mentirosas. Voltamos ao nosso lugar.

Trata-se de um reconhecimento importante. Da nossa honestidade, do nosso antigolpismo, da nossa independência. Do irreduzível respeito que temos pelos leitores. Contra o festival de hipocrisia, prepotência e velhacaria que assola o País, como diria Stanislaw Ponte Preta. Nesta moldura, vale enquadrar a prisão de Eduardo Cunha. A enganação prossegue impavidamente: não passa de uma preliminar da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. •

Agora veta-se anúncio governista em *CartaCapital*. Com Lula e Dilma, fomos caluniados como “revista chapa branca”, quando o PT aplicava “o critério técnico”

O GLOBO – 24/10/2016

Sites de tribunais dificultam acesso a dados salariais de magistrados

Informações ficam escondidas,
dispersas e em formato que não
permite edição eletrônica

**POR ANDRÉ DE SOUZA / EDUARDO
BRESCIANI**

A ministra Cármen Lúcia assumiu o comando do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) junto com a presidência do STF: resoluções do CNJ determinam a publicação das remunerações dos magistrados nos sites - Arquivo / 12/09/2016 / Ailton de Freitas / Agência O Globo

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

BRASÍLIA — Apesar de resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinarem a publicação das remunerações dos magistrados nos sites dos tribunais, encontrar os dados não é uma tarefa fácil para o cidadão. Grande parte das cortes exige de quem deseja saber quanto ganha um juiz ou desembargador paciência e perspicácia para conseguir encontrar onde está a informação e, em alguns casos, há até a necessidade de informar dados pessoais para conseguir o acesso às informações, que são públicas.

Na maior parte dos sites, há uma aba ou link na página inicial com o convidativo título “transparência”, mas a partir daí o caminho não é simples. Para encontrar os dados em meio a vários outros sobre a gestão do tribunal geralmente é preciso descobrir que eles estão “escondidos” sob o título de “anexo VIII da resolução 102/2009”.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

Trata-se da primeira resolução do CNJ que obrigou os tribunais a divulgarem informações com transparência.

Poucos tribunais disponibilizam a folha salarial em formato que permite sua edição em programas de computador, o que facilitaria uma análise do material. Em alguns casos, nos tribunais de Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí e Rondônia, nem isso é possível. Não há uma lista com todos os dados e é preciso consultar nome a nome. Além disso, em muitas situações não é possível saber se o magistrado é ativo ou inativo.

Na Justiça Federal, há casos de juízes que aparecem em mais de uma folha. Isso ocorre porque as folhas dos Tribunais Regionais Federais e seções judiciárias nos estados são separadas. Caso um juiz seja cedido de uma seção para outra ou para o TRF, é preciso consultar as duas folhas.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

A dificuldade de obter informações se estendeu às assessorias dos tribunais.

Em 15 estados houve negativa do fornecimento de dados sobre os magistrados que tinham recebido férias, décimo-terceiro salário e abono.

O GLOBO – 24/10/2016

Decisões do Judiciário embasam salários inflados de magistrados

Auxílio-moradia, direito reconhecido pelo STF, ajuda a elevar pagamentos

**POR ANDRÉ DE SOUZA / EDUARDO
BRESCIANI**

A fachada do Supremo Tribunal Federal (STF) - Divulgação/Câmara dos Deputados/Edson Santos

BRASÍLIA — A Constituição diz que ninguém na administração pública pode ganhar mais que um ministro do

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

Supremo Tribunal Federal (STF).

Ironicamente, partiram da própria corte decisões que deram aval para que magistrados de instâncias inferiores ganhassem mais do que os ministros do STF. Resoluções de órgãos responsáveis por controlar o Judiciário também ajudaram a abrir a porteira para uma série de vantagens e gratificações que inflam os vencimentos dos magistrados. Resultado: hoje, a maioria recebe mais do que os R\$ 33.763 pagos a um ministro do STF. E tudo isso com respaldo legal.

Em 2010, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) entrou com uma ação no STF pedindo que fosse reconhecido o direito a auxílio-moradia, previsto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), em localidades onde não há residência oficial à disposição do magistrado. Na

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

época, o então ministro Joaquim Barbosa, relator do caso, negou a liminar pedida pela Ajufe. "É fato notório que os magistrados federais são atualmente remunerados por meio de subsídio, que, por natureza, indica o englobamento em valor único de parcelas anteriormente pagas em separado", escreveu Barbosa.

Em abril de 2013, um grupo de juízes federais entrou com nova ação para garantir o benefício, tendo depois recebido o apoio da Ajufe. Em 15 de setembro de 2014, o ministro Luiz Fux, do STF, concedeu liminar. Ele argumentou que o benefício já era pago a juízes de 18 estados e a membros do Ministério Público, carreiras equivalentes. Também citou a Loman e lembrou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concede o

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

auxílio a conselheiros e magistrados do órgão.

“Em razão da simetria entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público, que são estruturadas com um eminente caráter nacional, defiro a tutela antecipada requerida, a fim de que todos os juízes federais brasileiros tenham o direito de receber a parcela de caráter indenizatório”, escreveu Fux. Em parecer entregue ao STF, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, cargo máximo do Ministério Público Federal (MPF), concordou com o pedido dos juízes federais.

AUXÍLIO EM DUPLICIDADE NEGADO

Após a decisão, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entraram

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

com ações parecidas para garantir a extensão do benefício a todos os magistrados do país. As ações foram distribuídas novamente a Fux, que, em 25 de setembro de 2014, acolheu os pedidos.

A ação da AMB beneficiou juízes e desembargadores de Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo, estados que ainda não reconheciam o direito ao auxílio, além dos magistrados da Justiça Militar. A da Anamatra alcançou os juízes trabalhistas.

Em outubro de 2014, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com recursos e novas ações para derrubar as decisões de Fux. Alguns foram negados e outros ainda serão analisados. Numa dessas ações, a AGU diz que não havia previsão legal regulamentando a

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

vantagem e que a nova despesa, não prevista no orçamento, atingiria cifras milionárias.

O máximo que a AGU conseguiu no STF foi suspender o pagamento de auxílio-moradia em duplicidade: em 20 de novembro de 2015, o ministro Ricardo Lewandowski atendeu a pedido da AGU e suspendeu decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) que garantia o pagamento a juízes do trabalho casados com quem também recebia o benefício. Poucos dias depois, em 2 de dezembro, analisando ação relacionada a magistrados de Santa Catarina, Lewandowski voltou a suspender decisão autorizando o pagamento em duplicidade.

PUBLICIDADE

Além das decisões do STF, uma resolução do CNJ, de 2006, permitiu

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

que algumas verbas, entre elas o auxílio-moradia e o auxílio pré-escolar, não levassem em conta o teto constitucional. Em outubro de 2014, outra resolução do CNJ estabeleceu que a ajuda era "devida a todos os membros da magistratura nacional". Na mesma época, o Conselho da Justiça Federal (CJF) editou resolução de mesmo teor.

No próprio Judiciário, há decisões liberando pagamentos retroativos, que também aumentam os rendimentos de magistrados. Juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) de Rondônia foram beneficiados por um acordo homologado em dezembro de 2014 por Fux. Em um processo iniciado em 1990, um grupo de juízes pediu o pagamento de auxílio-moradia e transporte relativo a um período de dois anos no qual não houve repasses. Em 1995, outro

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

processo foi ajuizado. Em 2014, os magistrados e o estado de Rondônia chegaram a um acordo. As verbas do auxílio-moradia passaram a ser pagas, e os juízes desistiram da verba de transporte.

No Rio, 99% dos magistrados recebem mais do que os ministros do Supremo. Segundo o TJ local, o teto remuneratório do Poder Judiciário do estado é o estabelecido pela Constituição e pelo CNJ, o que faz o subsídio de desembargador corresponder a 90,25% da remuneração dos ministros do STF. Ainda segundo o tribunal, os valores recebidos supostamente além do teto do STF correspondem a débitos atrasados, obedecendo a decisões de STF e STJ e a leis federais e estaduais; e a verbas indenizatórias, não submetidas a esse limite, como férias, indenização por férias não gozadas, 13º, abono de permanência e aulas ministrada

Blog do Campana – 24/10/2016

Mais de dez mil magistrados recebem salários acima do teto

Eduardo Bresciani e André de Souza, O Globo

Três de cada quatro juízes brasileiros receberam remunerações acima do teto constitucional, revela levantamento feito pelo GLOBO analisando as últimas folhas salariais dos 13.790 magistrados da Justiça comum brasileira, a maioria de agosto. São 10.765 juízes, desembargadores e ministros do Superior Tribunal de Justiça que tiveram vencimentos maiores do que os

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

R\$ 33.763 pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal. Pela Constituição, esse deveria ser o maior valor pago aos servidores, e lá está expresso que nesse limite estão incluídas "vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza".

Para driblar o teto, porém, os tribunais pagam aos magistrados recursos a títulos variados de "indenizações", "vantagens" e "gratificações", com respaldo legal dado por decisões do próprio Judiciário ou resoluções dos conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e da Justiça Federal (CFJ), que têm a atribuição de fiscalizar esse poder.

O levantamento revela que a média das remunerações recebidas por magistrados da Justiça comum é de R\$ 39,2 mil. Esse valor exclui, quando informado pelas cortes, os pagamentos

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

a que fazem jus todos os servidores dos Três Poderes: férias, 13º salário e abono permanência, montante pago a todo servidor que segue na ativa mesmo já podendo ter se aposentado.

Blog do Campana – 24/10/2016

Ministro diz que ‘é preciso ter medo da caneta do juiz’

O ministro da Transparência, Fiscalização e Controle (Controladoria-Geral da União), Torquato Jardim, faz um alerta. Para enfrentar a corrupção é necessário que haja “medo da caneta do juiz, do Ministério Público e da investigação administrativa”. Ele esteve em São Paulo falando sobre “Perspectivas do Marco Legal de Contratações Públicas no Brasil” na reunião-almoço mensal do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Segundo o ministro, em 240 operações especiais sobre desvios de recursos federais em municípios, nos últimos 13 anos, a Transparência, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal identificaram que em 67% das ações

CONTINUA

houve desvio de merenda escolar, de medicamentos e saneamento básico.

“Por que isso acontece? Porque a sanção legal não amedronta. É a velha história de acreditar na impunidade”, afirma. “É preciso ter medo da caneta do juiz, é preciso ter medo da caneta do Ministério Público, é preciso ter medo da caneta da investigação administrativa.”

Torquato Jardim foi taxativo. “Dois terços são desviados de crianças. Nessa altura são três gerações de crianças que não têm alimentação, medicamento e saneamento básico ao seu alcance, porque há desvio de verba federal. Qual é a sanção? A Polícia Federal completa a investigação. O Ministério Público, com seus limites humanos, propõe as ações. Qual é a consequência?”

Durante sua palestra, o ministro citou “um município no interior da Paraíba”, onde “quatro gerações da família foram autuadas em momentos diferentes da

sua administração e continuaram praticando”.

“Em determinado município da Paraíba foram presos e autuados a avó, a mãe, o pai e o padrasto de um deputado federal no mesmo município, em sucessivas administrações públicas”, ele relatou a uma plateia eminentemente de advogados e juristas. “Porque ninguém tem medo da sanção legal. Este é o desafio da autoridade pública em qualquer plano, União, Estados e municípios, para conter a corrupção, o desvio de verbas públicas”, observou.

O ministro não disse o nome do parlamentar. Ao menos cinco integrantes da família do deputado Hugo Motta (PMDB) são investigados na Operação Desumanidade, no município de Patos (PB).

Ex-presidente da CPI da Petrobras, Hugo Motta teve sua mãe, Ilanna Motta, presa em outra investigação, a Veiculação. Na mesma investigação, sua

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

avó, Chica Motta, foi afastada do cargo de prefeita de Patos. O cunhado de Motta, José Willian Segundo Madruga, e o atual marido de sua mãe, René Caroca, também foram presos pela Polícia Federal.

Nabor Wanderley, pai de Motta, é apontado como líder do grupo criminoso e seria destinatário de 10% do valor dos contratos, segundo proposta de delação premiada dos proprietários da Soconstrói.

Torquato Jardim sugere “uma sanção social”. “A sanção legal claramente não tem sido suficiente. Por mais que se aparelhe a Polícia Federal, o Ministério Público e a Transparência/CGU não é suficiente para causar temor para o corrupto”, admitiu. “Nós temos que encontrar outro tipo de sanção, a sanção social, de alguma forma essa pessoa ser excluída do ambiente social. Uma coisa é o bulliyng da política em função da Operação Lava Jato. Isso

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 OUT 2016

passa. Outra coisa completamente diferente é a sanção social no ambiente do bairro, da cidade. Esses dois terços são municípios pobres, de Estados pobres, comunidades pequenas. Lá tem que começar uma reação social, tem de haver indignação.”

Site – Diário de Goiás

(20/10/2016)

Processo não pode ser 'faz de conta', diz Moro após prisão de Cunha

Em palestra a juízes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz federal Sergio Moro voltou a afirmar nesta quinta (20) que há um quadro de "corrupção sistêmica" no Brasil, e defendeu, nesses casos, a "aplicação vigorosa da lei".

"Nossos processos não podem ser um faz de conta", afirmou.

No dia seguinte à prisão do ex-deputado Eduardo Cunha, ordenada pelo magistrado, Moro voltou a defender as prisões preventivas da Lava Jato.

O juiz afirmou que elas são necessárias especialmente em casos de prática "serial, profissional e reiterada" de crimes contra a administração pública -exatamente as expressões utilizadas para justificar a prisão de Cunha, nesta quarta.

"Quando a regra do jogo é a corrupção, não admitir o risco de reiteração criminosa me parece incorreto", afirmou.

O magistrado ainda disse que o Brasil está "numa encruzilhada" no combate à corrupção, e urgiu os juízes presentes a terem consciência de seu papel neste momento.

"Que tenhamos sensibilidade para as necessidades do contexto. E isso significa, a

meu ver, uma aplicação rigorosa da lei em relação à corrupção sistêmica."

Moro ainda criticou o "generoso sistema de recursos" do sistema judicial brasileiro, que fez com que "muitos casos relevantes se transformassem em pó". Por isso, pediu uma atuação mais vigorosa dos juízes.

"Ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária. Claro que tudo deve ser dentro do devido processo e respeitando os direitos fundamentais do acusado", afirmou. "Mas é preciso ter vontade para que os processos cheguem a um bom termo, porque a Justiça, às vezes, é um labirinto."

Moro fez a palestra gratuitamente, a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos.

O desembargador elogiou Moro e disse que os servidores do tribunal estão "emocionados com suas atitudes" nos últimos anos.

Site – Portal o Dia

(20/10/2016)

Moro diz que Governo e Legislativo são tímidos no combate à corrupção

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, afirmou que o Governo e o Legislativo têm atuação tímida quando se fala em combate à corrupção. Ele disse que as iniciativas mais amplas têm partido do Judiciário, citando as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto às prisões após a condenação na segunda instância e o entendimento de que

doações de empresas para campanha eleitoral são inconstitucionais.

“Passamos do modelo de privilégio para um modelo de responsabilidade”, afirmou Moro. A avaliação do juiz fez parte da palestra “Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal”, dada por ele nesta quinta-feira (20) no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

Moro afirmou que a expectativa é de que Executivo e Legislativo caminhem no mesmo sentido, porém, segundo ele, o que se vê são posicionamentos contrários. Ele mencionou três projetos de lei que estão no Congresso Nacional que, conforme dito por Moro, visam restringir a colaboração premiada, reformar a execução de penas e dar nova redação à lei de crime de abuso de autoridade.

Esta última, no entendimento de Moro, é a mais “grave” porque, nas palavras dele, configura um atentado à independência da magistratura. “Tem um teor extremamente preocupante, principalmente, no que se refere a um magistrado vir a ser processado criminalmente por conta da sua liberdade de interpretação da lei”.

Moro afirmou que, caso o texto seja aprovado, seria necessário estabelecer salvaguardas para ficar claro que o alvo da lei não é a interpretação da magistratura.

'Processos faz de conta'

“Nosso papel exige que tenhamos responsabilidade para as necessidades do contexto. Isso significa aplicação rigorosa da lei, em relação à criminalidade e à corrupção sistêmica”, declarou Moro durante a palestra.

O juiz comentou que, a democracia e o estado de direito dependem de fé - a fé

maior é a de que a lei é válida para todos e quando não se tem uma resposta adequada nas instituições, as pessoas vão perdendo a fé.

Moro afirmou que no passado e ainda hoje se vê esquemas de corrupção sistêmica que não encontram uma resposta adequada nas instituições. Os processos não podem ser um faz de conta. Tem que haver uma aplicação vigorosa da lei", disse o juiz.

Ele acrescentou que tudo deve respeitar os direitos fundamentais do acusado. "Ninguém propõe uma espécie de solução autoritária, mas é preciso ter vontade nestes processos para que ele chegue a um bom termo".

Para ele, o país necessita de uma agenda de reformas. Neste prisma, Moro lembrou o projeto de lei elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF), com 10 medidas de

combate à corrupção, que está sendo discutido por uma comissão especial na Câmara.

Moro considera que a proposta deve ser discutida – uma vez que o debate é a premissa do Legislativo – e que a aprovação é de extrema importância.

"Aprovação seria importante, principalmente, para demonstrar que o Congresso se encontra sensível a esta problemática. Demonstrar que o cidadão pode ter esperança e fé nas instituições democráticas".

Propina

Segundo Sérgio Moro, nestes mais de dois anos de investigações, o que mais lhe chamou atenção na Lava Jato foi a forma como se tratava o pagamento de vantagem indevida. "O que mais me chamava atenção era essa naturalização do pagamento de propina".

Este entendimento se consolidou a partir das oitivas, audiências e interrogatórios dos investigados na maior operação desencadeada nos países.

Moro disse que a propina não era negociada do zero, que havia uma tabela, e que não havia uma razão muito clara do por que se pagava a vantagem ilícita. Afirmou ainda que não foi verificada nenhuma situação de extorsão. “Uns se reportaram como a regra do jogo”, acrescentou.

O juiz fez um breve relato do início da operação e da forma como as investigações foram crescendo. Citou as colaborações, as quebras de sigilo, o rastreamento das contas milionárias no exterior e prisões, alvos constantes de questionamentos por parte dos advogados.

"Jamais em qualquer momento se defendeu qualquer solução extravagante da lei em relação a decretação dessas prisões preventivas. Sempre tem sido decretadas quando tem os seus pressupostos que é uma boa prova de autoria e materialidade e os seus fundamentos, o risco a instrução, o risco a aplicação da lei penal ou um risco a ordem pública especialmente vinculado a reiteração delitiva", argumentou.

Ele não comentou fatos recentes e falou apenas sobre processo julgados, sem mencionar nomes.

Moro resumiu que o esquema mostrou que em quase todos os contratos da Petrobras havia percentuais de 1% a 3% de propina. "Isso não aconteceu uma, duas ou três vezes. Isso aconteceu praticamente em todas as vezes, por isso, chamamos de corrupção sistêmica".

“O que assistimos no país são diversos casos envolvendo prática de corrupção, que nos deixa dúvida se a corrupção sistêmica não está entranhada nas nossas instituições”.

Custos da corrupção

Moro falou também sobre o custo da corrupção para o país. Segundo ele, a estimativa é de que o esquema desvendado pela Lava Jato envolva R\$ 6 bilhões. A cifra foi caracterizada por Moro como gigantesca, em especial pelo fato do custo da propina estar embutido nos contratos públicos.

Ele ainda falou sobre os custos indiretos, atrelados aos investimentos. Ele considera que a corrupção afasta investidores externos e internos, que não querem participar de licitações com cartas marcadas.

Além disso, mencionou o fato de esquemas sistêmicos de corrupção terem o poder de determinar decisões econômicas do governo ineficientes uma vez que têm como premissa arrecadar propina e não a busca pela melhor decisão econômica para o país.

Site – IstoÉ

(20/10/2016)

Moro: projeto sobre abuso de poder por autoridade é 'atentato à magistratura'

O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, atacou nesta quinta-feira, 20, o texto do projeto de lei que altera as regras sobre abuso de poder de autoridades, em discussão no Senado, como sendo um "atentado à magistratura". A proposta de lei foi desengaveta e voltou à discussão no Congresso, por ação encabeçada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros

(PMDB-AL) - investigado no escândalo de corrupção, na Petrobras.

"É importante que se for realmente se pensar e aprovar esse projeto, que fossem estabelecidas salvaguardas para que ficasse claro que o alvo dessa lei não é a interpretação da magistratura a respeito do que significa o direito. Do contrário, vai ser um atentado à independência da magistratura", afirmou Moro. Ele foi convidado pelo Tribunal de Justiça do Paraná para uma palestra sobre "Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal" para desembargadores e juízes do Estado.

O projeto que altera a lei de abuso de autoridade de 2009 foi desengavetada em junho deste ano por Renan e tem como presidente da comissão especial e relator da proposta o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ambos são alvos da Lava Jato, que aprofunda apurações envolvendo o

PMDB. O projeto de lei foi criticado publicamente por integrantes da força-tarefa da Lava Jato e entidades representativas do Judiciário e do Ministério Público, que veem nas medidas uma forma de cercear as investigações.

Para Moro, o texto do projeto em discussão vai contra a necessidade de reformas e de "aprimoramento do estado de direito em relação ao fenômeno da corrupção sistêmica". "Esse projeto representaria uma tentativa de retrocesso no contexto atual."

Um dia depois de prender o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente cassado da Câmara dos Deputados, o juiz da Lava Jato disse estar preocupado com algumas iniciativas do Congresso. "O teor do projeto que tramita no Senado, especialmente o do substitutivo apresentado, tem um teor

extremamente preocupante, principalmente, no que se refere a magistratura."

O juiz destacou que a proposta "não exclui a possibilidade do magistrado ser processado por seu entendimento da lei".

"Digo não do magistrado de primeira instância, mas do magistrado em todas as instâncias, vir a ser processado criminalmente por conta da sua liberdade de interpretação da lei. O que nós chamamos do crime de hermenêutica."

Para Moro, "toda autoridade que comete um crime, seja qual for a natureza, corrupção ou abuso de poder, deve ser responsabilizado". O preocupante, segundo ele, é o texto do projeto de lei 280/2016, que vai dar novo conteúdo à Lei de Abuso de Autoridade.

Renan e Jucá são investigados pela operação e tiveram contra si um pedido de

prisão requerido pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, Renan chegou a dizer que Janot havia "extrapolado" seus limites constitucionais ao ter pedido sua detenção e requerido busca e apreensão de senadores no exercício do mandato. O peemedebista é alvo de dez investigações no Supremo, oito delas referentes à Lava Jato.

Corrupção

Moro apontou duas medidas que foram tomadas no avanço do combate à corrupção pelo Judiciário, como as mudanças nas regras de financiamento eleitoral e a possibilidade de execução da pena de prisão para réus condenados em segunda instância, mas cobrou a ação das demais instituições. "A única preocupação é que essas decisões têm vindo do Judiciário", disse Moro.

"Há uma expectativa que as demais instituições, Congresso e Governo, que rigorosamente são instituições que devem ser mais responsivas do que o Judiciário, a esse contexto específico, atuem na mesma linha. Até o momento a atuação (é) relativamente tímida."

O juiz citou o projeto de lei de iniciativa popular, encabeçado pelo Ministério Público Federal como algo importante.

"Acho importante (o projeto), não que não possa ter ali alguma medida sujeita a discussão. É papel do Parlamento afinal discutir e deliberar, e não necessariamente aprovar integralmente. Mas a aprovação, seria importante, não tanto pelo valor intrínseco das medidas, mas principalmente para, vamos dizer assim, demonstrar que o Congresso se encontra sensível a essa problemática. Demonstrar que o cidadão pode ter esperança e fé nas suas instituições democráticas."

Site – Fabio Campana

(20/10/2016)

Moro não brinca em serviço

“Nossos processos não podem ser um faz de conta”

Em palestra a juízes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz federal Sergio Moro voltou a afirmar nesta quinta (20) que há um quadro de “corrupção sistêmica” no Brasil, e defendeu, nesses casos, a “aplicação vigorosa da lei”.

“Nossos processos não podem ser um faz de conta”, afirmou.

No dia seguinte à prisão do ex-deputado Eduardo Cunha, ordenada pelo magistrado, Moro voltou a defender as prisões

meu ver, uma aplicação rigorosa da lei em relação à corrupção sistêmica.”

Moro ainda criticou o “generoso sistema de recursos” do sistema judicial brasileiro, que fez com que “muitos casos relevantes se transformassem em pó”. Por isso, pediu uma atuação mais vigorosa dos juízes.

“Ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária. Claro que tudo deve ser dentro do devido processo e respeitando os direitos fundamentais do acusado”, afirmou. “Mas é preciso ter vontade para que os processos cheguem a um bom termo, porque a Justiça, às vezes, é um labirinto.”

Moro fez a palestra gratuitamente, a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos.

O desembargador elogiou Moro e disse que os servidores do tribunal estão “emocionados com suas atitudes” nos últimos anos.

Site – Valor

(20/10/2016)

Processo não pode ser 'faz de conta', diz Moro após prisão de Cunha

Em palestra a juízes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz federal Sergio Moro voltou a afirmar nesta quinta que há um quadro de "corrupção sistêmica" no Brasil, e defendeu, nesses casos, a "aplicação vigorosa da lei".

"Nossos processos não podem ser um faz de conta", afirmou.

No dia seguinte à prisão do ex-deputado Eduardo Cunha, ordenada pelo magistrado, Moro voltou a defender as prisões preventivas da Lava-Jato.

O juiz afirmou que elas são necessárias especialmente em casos de prática "serial, profissional e reiterada" de crimes contra a administração pública -exatamente as expressões utilizadas para justificar a prisão de Cunha, nesta quarta.

"Quando a regra do jogo é a corrupção, não admitir o risco de reiteração criminosa me parece incorreto", afirmou.

O magistrado ainda disse que o Brasil está "numa encruzilhada" no combate à corrupção, e urgiu os juízes presentes a terem consciência de seu papel neste momento.

Moro ainda criticou o "generoso sistema

de recursos" do sistema judicial brasileiro, que fez com que "muitos casos relevantes se transformassem em pó". Por isso, pediu uma atuação mais vigorosa dos juízes.

"Ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária. Claro que tudo deve ser dentro do devido processo e respeitando os direitos fundamentais do acusado", afirmou. "Mas é preciso ter vontade para que os processos cheguem a um bom termo, porque a Justiça, às vezes, é um labirinto."

Moro fez a palestra gratuitamente, a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos.

O desembargador elogiou Moro e disse que os servidores do tribunal estão "emocionados com suas atitudes" nos últimos anos.

Site – Diário Online

(20/10/2016)

Processo não pode ser 'faz de conta', diz Moro

Em palestra a juizes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz federal Sergio Moro voltou a afirmar nesta quinta (20) que há um quadro de "corrupção sistêmica" no Brasil, e defendeu, nesses casos, a "aplicação vigorosa da lei".

"Nossos processos não podem ser um faz de conta", afirmou.

No dia seguinte à prisão do ex-deputado Eduardo Cunha, ordenada pelo magistrado, Moro voltou a defender as prisões preventivas da Lava Jato.

O juiz afirmou que elas são necessárias especialmente em casos de prática "serial, profissional e reiterada" de crimes contra a administração pública -exatamente as expressões utilizadas para justificar a prisão de Cunha, nesta quarta.

"Quando a regra do jogo é a corrupção, não admitir o risco de reiteração criminosa me parece incorreto", afirmou.

O magistrado ainda disse que o Brasil está "numa encruzilhada" no combate à corrupção, e urgiu os juízes presentes a terem consciência de seu papel neste momento.

"Que tenhamos sensibilidade para as necessidades do contexto. E isso significa, a meu ver, uma aplicação rigorosa da lei em relação à corrupção sistêmica."

Moro ainda criticou o "generoso sistema de recursos" do sistema judicial brasileiro, que fez com que

"muitos casos relevantes se transformassem em pó". Por isso, pediu uma atuação mais vigorosa dos juízes.

Ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária. Claro que tudo deve ser dentro do devido processo e respeitando os direitos fundamentais do acusado", afirmou. "Mas é preciso ter vontade para que os processos cheguem a um bom termo, porque a Justiça, às vezes, é um labirinto."

Moro fez a palestra gratuitamente, a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos.

O desembargador elogiou Moro e disse que os servidores do tribunal estão "emocionados com suas atitudes" nos últimos anos.

(Folhapress)

Site – Estadão - Política

(20/10/2016)

Moro diz que projeto sobre abuso de poder por autoridade é 'atentato à magistratura'

Juiz da Lava Jato defende importância de se estabelecer 'salvaguardas para que ficasse claro que o alvo dessa lei não é a interpretação da magistratura a respeito do que significa o direito', antes de aprovarem proposta encabeçada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL)

Ricardo Brandt, enviado especial a Curitiba

O juiz federal Sérgio Moro, dos processos da Operação Lava Jato, em primeiro grau, atacou nesta quinta-feira, 20, o texto do projeto de lei que altera as regras sobre abuso de poder de autoridades, em discussão no Senado, como sendo um “atentado à magistratura”. A proposta de lei foi desengaveta e voltou à discussão no Congresso, por ação encabeçada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) – investigado no escândalo de corrupção, na Petrobrás.

“É importante que se for realmente se pensar e aprovar esse projeto, que fossem estabelecidas salvaguardas para que ficasse claro que o alvo dessa lei não é a interpretação da magistratura a respeito do que significa o direito. Do contrário, vai ser um atentado à independência da magistratura”, afirmou Moro. Ele foi convidado pelo Tribunal de Justiça do

Paraná para uma palestra sobre
“Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal”
para desembargadores e juízes do Estado.

O projeto que altera a lei de abuso de autoridade de 2009 foi desengavetada em junho deste ano por Renan e tem como presidente da comissão especial e relator da proposta o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ambos são alvos da Lava Jato, que aprofunda apurações envolvendo o PMDB. O projeto de lei foi criticado publicamente por integrantes da força-tarefa da Lava Jato e entidades representativas do Judiciário e do Ministério Público, que veem nas medidas uma forma de cercear as investigações.

Para Moro, o texto do projeto em discussão vai contra a necessidade de reformas e de “aprimoramento do estado de direito em relação ao fenômeno da corrupção sistêmica”.

“Esse projeto representaria uma tentativa de retrocesso no contexto atual.”

Um dia depois de prender o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente cassado da Câmara dos Deputados, o juiz da Lava Jato disse estar preocupado com algumas iniciativas do Congresso. “O teor do projeto que tramita no Senado, especialmente o do substitutivo apresentado, tem um teor extremamente preocupante, principalmente, no que se refere a magistratura.”

O juiz destacou que a proposta “não exclui a possibilidade do magistrado ser processado por seu entendimento da lei. “Digo não do magistrado de primeira instância, mas do magistrado em todas as instâncias, vir a ser processado criminalmente por conta da sua liberdade

de interpretação da lei. O que nós chamamos do crime de hermenêutica.”

Para Moro, “toda autoridade que comete um crime, seja qual for a natureza, corrupção ou abuso de poder, deve ser responsabilizado”. O preocupante, segundo ele, é o texto do projeto de lei 280/2016, que vai dar novo conteúdos à Lei de Abuso de Autoridade.

Renan e Jucá são investigados pela operação e tiveram contra si um pedido de prisão requerido pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, Renan chegou a dizer que Janot havia “extrapolado” seus limites constitucionais ao ter pedido sua detenção e requerido busca e apreensão de senadores no exercício do mandato. O peemedebista é alvo de dez investigações no Supremo, oito delas referentes à Lava Jato.

Corrupção. Moro apontou duas medidas que foram tomadas no avanço do combate à corrupção pelo Judiciário, como as mudanças nas regras de financiamento eleitoral e a possibilidade de execução da pena de prisão para réus condenados em segunda instância, mas cobrou a ação das demais instituições. “A única preocupação é que essas decisões têm vindo do Judiciário”, disse Moro.

“Há uma expectativa que as demais instituições, Congresso e Governo, que rigorosamente são instituições que devem ser mais responsivas do que o Judiciário, a esse contexto específico, atuem na mesma linha. Até o momento a atuação (é) relativamente tímida.”

O juiz citou o projeto de lei de iniciativa popular, encabeçado pelo Ministério Público Federal como algo importante.

“Acho importante (o projeto), não que não

possa ter ali alguma medida sujeita a discussão. É papel do Parlamento afinal discutir e deliberar, e não necessariamente aprovar integralmente. Mas a aprovação, seria importante, não tanto pelo valor intrínseco das medidas, mas principalmente para, vamos dizer assim, demonstrar que o Congresso se encontra sensível a essa problemática. Demonstrar que o cidadão pode ter esperança e fé nas suas instituições democráticas.”

Folha de São Paulo 20/10/16

Processo não pode ser 'faz de conta', diz Moro após prisão de Cunha

Danilo Verpa/Folhapress



O juiz Sergio Moro, em evento em São Paulo no último dia 4

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em palestra a juízes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz federal Sergio Moro voltou a afirmar nesta quinta (20) que há um quadro de "corrupção sistêmica" no Brasil, e defendeu, nesses casos, a "aplicação vigorosa da lei".

"Nossos processos não podem ser um faz de conta", afirmou.

No dia seguinte à prisão do ex-deputado Eduardo Cunha, ordenada pelo magistrado, Moro voltou a defender as prisões preventivas da Lava Jato. A palestra estava agendada há mais de um mês e seu tema, proposto pelo próprio Moro, foi "Corrupção sistêmica e Justiça criminal".

O juiz afirmou que elas são necessárias especialmente em casos de prática "serial, profissional e reiterada" de crimes contra a administração pública —exatamente as expressões utilizadas

para justificar a prisão de Cunha, nesta quarta.

"Quando a regra do jogo é a corrupção, não admitir o risco de reiteração criminosa me parece incorreto", afirmou.

O magistrado ainda disse que o Brasil está "numa encruzilhada" no combate à corrupção, e urgiu os juízes presentes a terem consciência de seu papel neste momento.

"Que tenhamos sensibilidade para as necessidades do contexto. E isso significa, a meu ver, uma aplicação rigorosa da lei em relação à corrupção sistêmica."

Moro ainda criticou o "generoso sistema de recursos" do sistema judicial brasileiro, que fez com que "muitos casos relevantes se transformassem em pó". Por isso, pediu uma atuação mais vigorosa dos juízes.

"Ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária. Claro que tudo deve ser dentro do devido processo e respeitando os direitos fundamentais do acusado", afirmou. "Mas é preciso ter vontade para que os processos cheguem a um bom termo, porque a Justiça, às vezes, é um labirinto."

Moro fez a palestra gratuitamente, a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos.

O desembargador elogiou Moro e disse que os servidores do tribunal estão "emocionados com suas atitudes" nos últimos anos.

Site – Bem Paraná

(20/10/2016)

Processo não pode ser 'faz de conta', diz Moro após prisão de Cunha

ESTELITA HASS CARAZZAI CURITIBA, PR (FOLHAPRESS) - Em palestra a juízes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz federal Sergio Moro voltou a afirmar nesta quinta (20) que há um quadro de "corrupção sistêmica" no Brasil, e defendeu, nesses casos, a "aplicação vigorosa da lei". "Nossos processos não podem ser um faz de conta", afirmou. No dia seguinte à prisão do ex-deputado

Eduardo Cunha, ordenada pelo magistrado, Moro voltou a defender as prisões preventivas da Lava Jato. O juiz afirmou que elas são necessárias especialmente em casos de prática "serial, profissional e reiterada" de crimes contra a administração pública -exatamente as expressões utilizadas para justificar a prisão de Cunha, nesta quarta. "Quando a regra do jogo é a corrupção, não admitir o risco de reiteração criminosa me parece incorreto", afirmou. O magistrado ainda disse que o Brasil está "numa encruzilhada" no combate à corrupção, e urgiu os juízes presentes a terem consciência de seu papel neste momento. "Que tenhamos sensibilidade para as necessidades do contexto. E isso significa, a meu ver, uma aplicação rigorosa da lei em relação à corrupção sistêmica." Moro ainda criticou o "generoso sistema de recursos" do sistema judicial brasileiro, que fez com que

"muitos casos relevantes se transformassem em pó". Por isso, pediu uma atuação mais vigorosa dos juízes.

"Ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária. Claro que tudo deve ser dentro do devido processo e respeitando os direitos fundamentais do acusado", afirmou. "Mas é preciso ter vontade para que os processos cheguem a um bom termo, porque a Justiça, às vezes, é um labirinto." Moro fez a palestra gratuitamente, a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos. O desembargador elogiou Moro e disse que os servidores do tribunal estão "emocionados com suas atitudes" nos últimos anos.

Site - BRASIL 247
(20/10/2016)

MORO DEFENDE “APLICAÇÃO RIGOROSA DA LEI” CONTRA A CORRUPÇÃO

Durante uma palestra no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) nesta quinta-feira 20, um dia após a prisão de Eduardo Cunha, o juiz Sérgio Moro, da Lava Jato, afirmou que Executivo e Legislativo atuam timidamente contra a corrupção.

Para ele, os dois poderes deveriam caminhar "no mesmo sentido", porém, o que se vê são posicionamentos contrários. Moro citou projetos de lei que estão no

Congresso, como o que visa restringir a delação premiada e modificar o texto da lei de crime de abuso de autoridade.

"Tem um teor extremamente preocupante, principalmente, no que se refere a um magistrado vir a ser processado criminalmente por conta da sua liberdade de interpretação da lei", comentou, sobre esse último.

"Nosso papel exige que tenhamos responsabilidade para as necessidades do contexto. Isso significa aplicação rigorosa da lei, em relação à criminalidade e à corrupção sistêmica", ressaltou.

O juiz comentou ainda que o que mais lhe chamou a atenção nesses anos de investigação da Lava Jato foi "essa naturalização do pagamento de propina".

Site – Educativa FM -
Piracicaba

(20/10/2016)

‘CONTRA A NATURALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE PROPINA’

Juiz responsável pela Lava Jato falou no Tribunal de Justiça do Paraná. ‘Chamava atenção era essa naturalização do pagamento de propina’, disse.

Bibiana Dionísio Do G1 PR

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, afirmou que o Governo e o Legislativo têm atuação tímida quando se fala em combate à corrupção.

Ele disse que as iniciativas mais amplas têm partido do Judiciário, citando as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto às prisões após a condenação na segunda instância e o entendimento de que doações para campanha eleitoral por empresas são inconstitucionais.

“Passamos do modelo de privilégio para um modelo de responsabilidade”, afirmou Moro. A avaliação do juiz fez parte da palestra “Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal”, dada por ele, nesta quinta-feira (20), no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

Moro afirmou que a expectativa é de que o Executivo e Legislativo caminhem no mesmo sentido, porém, segundo ele, o que se vê são posicionamentos contrários. Ele mencionou três projetos de lei que estão no Congresso Nacional que, conforme dito por Moro, visam restringir a colaboração

premiada, reformar a execução de penas a partir de decisões de segunda instância e dar nova redação à lei de crime de abuso de autoridade.

Tem um teor extremamente preocupante, principalmente, no que se refere a um magistrado vir a ser processado criminalmente por conta da sua liberdade de interpretação da lei”

Sergio Moro, juiz federal

Esta última, no entendimento de Moro, é a mais “grave” porque configura um atentado à independência da magistratura.

“Tem um teor extremamente preocupante, principalmente, no que se refere a um magistrado vir a ser processado criminalmente por conta da sua liberdade de interpretação da lei”.

Moro afirmou que, caso o texto seja aprovado, seria necessário estabelecer

salvaguardas para ficar claro que o alvo da lei não é a interpretação da magistratura.

“Nosso papel exige que tenhamos responsabilidade para as necessidades do contexto. Isso significa aplicação rigorosa da lei, em relação à criminalidade e à corrupção sistêmica”, pontou.

O juiz comentou que, quando se fala em democracia, a fé maior é a de que a lei é válida para todos e quando não se tem uma resposta adequada nas instituições, as pessoas vão perdendo a fé.

Para ele, o país necessita de reformas.

Neste prisma, Moro lembrou o projeto de lei elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF) que está sendo discutido por uma comissão especial na Câmara.

Propina

Segundo Sérgio Moro, nestes mais de dois anos de investigações, o que mais lhe

chamou atenção foi a forma como se trata o pagamento de vantagem indevida.

“O que mais me chamava atenção era essa naturalização do pagamento de propina”.

Este entendimento se consolidou a partir das oitivas, audiências e interrogatórios dos investigados na maior operação desencadeada nos país.

O que mais me chamava atenção era essa naturalização do pagamento de propina”

Sérgio Moro, juiz federal

Moro disse que a propina não era negociada do zero, que havia uma tabela, e que não havia uma razão muito clara do por que se pagava a vantagem ilícita.

Moro disse que nos casos julgados não foi verificada nenhuma situação de extorsão.

“Uns se reportaram como a regra do jogo”, acrescentou.

O juiz fez um breve relato do início da operação e da forma como as investigações foram crescendo. Citou as colaborações, as quebras de sigilo, o rastreamento das contas milionárias no exterior.

Moro resumiu que o esquema mostrou que em quase todos os contratos da Petrobras havia percentuais de 1% a 3% de propina.

“Isso não aconteceu uma, duas ou três vezes. Isso aconteceu praticamente em todas às vezes, por isso, chamamos de corrupção sistêmica”.

“O que assistimos no país é diversos casos envolvendo prática de corrupção, que nos deixa dúvida de que a corrupção sistêmica não está entranhada nas nossas instituições”.

Moro falou também sobre o custo da corrupção para o país.

Segundo ele, a estimativa é de que o esquema desvendado pela Lava Jato envolva R\$ 6 bilhões. A cifra foi caracterizada por Moro como gigantesca, em especial pelo fato do custo da propina estar embutido nos contratos públicos.

Ele ainda falou sobre os custos indiretos, atrelados aos investimentos. Ele considera que a corrupção afasta investidores externos e internos, que não querem participar de licitações com cartas marcadas.

Além disso, mencionou o fato de esquemas sistêmicos de corrupção terem o poder de determinar decisões econômicas do governo ineficientes uma vez que têm como premissa arrecadar propina e não a melhor decisão econômica para o país.

G1 /RPC 20/10/2016

Moro diz que Governo e Legislativo são tímidos no combate à corrupção

Juiz responsável pela Lava Jato falou no Tribunal de Justiça do Paraná.

'Chamava atenção essa naturalização do pagamento de propina', disse.

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, afirmou que o Governo e o Legislativo têm atuação tímida quando se fala em combate à corrupção. Ele disse que as iniciativas mais amplas têm partido do Judiciário, citando as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto às prisões após a condenação na segunda

instância e o entendimento de que doações de empresas para campanha eleitoral são inconstitucionais.

“Passamos do modelo de privilégio para um modelo de responsabilidade”, afirmou Moro. A avaliação do juiz fez parte da palestra “Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal”, dada por ele nesta quinta-feira (20) no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

Moro afirmou que a expectativa é de que Executivo e Legislativo caminhem no mesmo sentido, porém, segundo ele, o que se vê são posicionamentos contrários. Ele mencionou três projetos de lei que estão no Congresso Nacional que, conforme dito por Moro, visam restringir a colaboração premiada, reformar a execução de penas e dar nova redação à lei de crime de abuso de autoridade.

Esta última, no entendimento de Moro, é a mais “grave” porque, nas palavras dele, configura um atentado à independência da magistratura.

“Tem um teor extremamente preocupante, principalmente, no que se refere a um magistrado vir a ser processado criminalmente por conta da sua liberdade de interpretação da lei”.

Moro afirmou que, caso o texto seja aprovado, seria necessário estabelecer salvaguardas para ficar claro que o alvo da lei não é a interpretação da magistratura.

'Processos faz de conta'

“Nosso papel exige que tenhamos responsabilidade para as necessidades do contexto. Isso significa aplicação rigorosa

da lei, em relação à criminalidade e à corrupção sistêmica”, declarou Moro durante a palestra.

O juiz comentou que, a democracia e o estado de direito dependem de fé - a fé maior é a de que a lei é válida para todos e quando não se tem uma resposta adequada nas instituições, as pessoas vão perdendo a fé.

Moro afirmou que no passado e ainda hoje se vê esquemas de corrupção sistêmica que não encontram uma resposta adequada nas instituições.

“Os processos não podem ser um faz de conta. Tem que haver uma aplicação vigorosa da lei”, disse o juiz.

Ele acrescentou que tudo deve respeitar os direitos fundamentais do acusado.

"Ninguém propõe uma espécie de solução autoritária, mas é preciso ter vontade nestes processos para que ele chegue a um bom termo".

Para ele, o país necessita de uma agenda de reformas. Neste prisma, Moro lembrou o projeto de lei elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF), com 10 medidas de combate à corrupção, que está sendo discutido por uma comissão especial na Câmara.

Moro considera que a proposta deve ser discutida – uma vez que o debate é a premissa do Legislativo – e que a aprovação é de extrema importância.

"Aprovação seria importante, principalmente, para demonstrar que o Congresso se encontra sensível a esta problemática. Demonstrar que o cidadão

pode ter esperança e fé nas instituições democráticas".

Propina

Segundo Sérgio Moro, nestes mais de dois anos de investigações, o que mais lhe chamou atenção na Lava Jato foi a forma como se tratava o pagamento de vantagem indevida. "O que mais me chamava atenção era essa naturalização do pagamento de propina".

Este entendimento se consolidou a partir das oitivas, audiências e interrogatórios dos investigados na maior operação desencadeada nos país.

Moro disse que a propina não era negociada do zero, que havia uma tabela, e que não havia uma razão muito clara do por que se pagava a vantagem ilícita.

Moro disse que não foi verificada nenhuma situação de extorsão. “Uns se reportaram como a regra do jogo”, acrescentou.

O juiz fez um breve relato do início da operação e da forma como as investigações foram crescendo. Citou as colaborações, as quebras de sigilo, as prisões e o rastreamento das contas milionárias no exterior, por exemplo. Ele não comentou fatos recentes e falou apenas sobre processo julgados, sem mencionar nomes.

Moro resumiu que o esquema mostrou que em quase todos os contratos da Petrobras havia percentuais de 1% a 3% de propina.

“Isso não aconteceu uma, duas ou três vezes. Isso aconteceu praticamente em

todas as vezes, por isso, chamamos de corrupção sistêmica”.

“O que assistimos no país são diversos casos envolvendo prática de corrupção, que nos deixa dúvida se a corrupção sistêmica não está entranhada nas nossas instituições”.

Custos da corrupção

Moro falou também sobre o custo da corrupção para o país.

Segundo ele, a estimativa é de que o esquema desvendado pela Lava Jato envolva R\$ 6 bilhões. A cifra foi caracterizada por Moro como gigantesca, em especial pelo fato do custo da propina estar embutido nos contratos públicos.

Ele ainda falou sobre os custos indiretos, atrelados aos investimentos. Ele considera que a corrupção afasta investidores

externos e internos, que não querem participar de licitações com cartas marcadas.

Além disso, mencionou o fato de esquemas sistêmicos de corrupção terem o poder de determinar decisões econômicas do governo ineficientes uma vez que têm como premissa arrecadar propina e não a busca pela melhor decisão econômica para o país